



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTROS DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

GLAUBER ROBSON OLIVEIRA LIMA

**O PROUNI COMO POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO SOCIAL: UM ESTUDO EM
PACAJUS-CE**

FORTALEZA – CEARÁ
2017

GLAUBER ROBSON OLIVEIRA LIMA

O PROUNI COMO POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO SOCIAL: UM ESTUDO EM
PACAJUS-CE

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de Concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Horácio da Silva Frota.

FORTALEZA – CEARÁ

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Lima, Glauber Robson Oliveira.

O Prouni como política pública de inclusão social:
um estudo em Pacajus-CE [recurso eletrônico] /
Glauber Robson Oliveira Lima. - 2017.

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do
trabalho acadêmico com 109 folhas, acondicionado em
caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade
Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais
Aplicados, Mestrado Profissional em Planejamento e
Políticas Públicas, Fortaleza, 2017.

Área de concentração: Planejamento e Políticas
Públicas.

Orientação: Prof. Dr. Francisco Horácio da Silva
Frota.

1. Prouni. 2. Políticas Públicas. 3. Inclusão
Social. 4. Educação. 5. Juventude. I. Título.

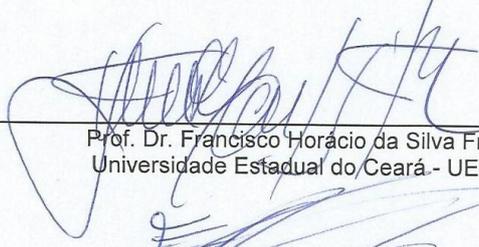
GLAUBER ROBSON OLIVEIRA LIMA

O PROUNI COMO POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO SOCIAL: UM ESTUDO
EM PACAJUS-CE

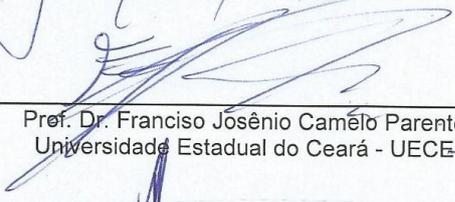
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 17/08/2017

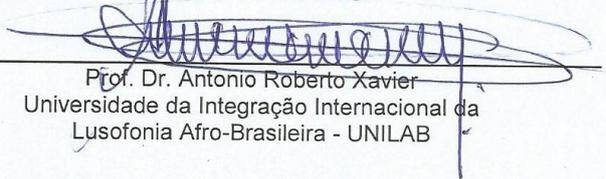
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Francisco Horácio da Silva Frota
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof. Dr. Franciso Josénio Camêlo Parente
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof. Dr. Antonio Roberto Xavier
Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Dedico este trabalho a todos os meus colegas de ensino fundamental e médio que foram excluídos do acesso ao ensino superior e aos meus alunos do ensino médio, como um símbolo de que, sim, é possível a nós, filhos da classe trabalhadora, rompermos com as barreiras que nos foram impostas e nos livrarmos da escravidão mental a que somos submetidos.

AGRADECIMENTOS

Ao Criador de todas as coisas, por me permitir usufruir da energia vital, que move a tudo e a todos no universo, e cumprir essa trajetória de lágrimas e sorrisos.

Ao meu pai Severino Ferreira, que mesmo não tendo a oportunidade de estudar, sempre vibrou com cada conquista acadêmica minha e nunca deixou de acreditar em mim.

À minha mãe, Socorro Oliveira, mulher guerreira, educadora nata, que dedicou sua vida à educação pública, por seu estímulo e dedicação na minha formação integral.

À minha esposa, Elzilene Nóbrega, que foi entusiasta e incentivadora de todos os momentos, desde a preparação para a seleção até este dia especial; seu carinho, paciência e contribuições foram fundamentais para que eu chegasse a cumprir essa etapa.

À minha filha, Ana Sophia, pela alegria contagiante que, nos momentos difíceis, serviram de combustível para persistir na jornada.

Aos meus irmãos, Rômulo e Glaudebia, pela confiança e respeito que sempre tiveram comigo.

Aos amigos verdadeiros e leais que me incentivaram, vibraram e me apoiaram nos momentos mais difíceis da jornada.

Ao meu orientador, professor Horácio Frota, pelas contribuições ao longo do curso e da construção deste trabalho.

Ao colega de profissão, professor Roberto Xavier, pelas contribuições no debate e partilha acadêmica.

Aos estudantes bolsistas do PROUNI que contribuíram para esta pesquisa, pela disponibilidade e presteza nas entrevistas.

A todos os professores do MPPPP, pelas valorosas discussões e aprendizado ao longo das aulas.

Aos colegas da turma 13, pela forma solidária e partilhada que vivenciamos este curso e essa fase importante de nossas vidas.

“A desumanidade e a indignidade humana não perdem tempo a escolher entre as lutas para destruir a aspiração humana de humanidade e dignidade. O mesmo deve acontecer com todos que lutam para que tal não aconteça.”

(Boaventura de Sousa Santos)

RESUMO

Esta é uma dissertação de mestrado que teve por objeto de estudo o Programa Universidade para Todos – PROUNI –, como uma política pública de inclusão social através do direito social à educação, partindo da educação como um direito social do indivíduo e um dever do Estado. O fato de ser professor da rede pública estadual de educação há mais de uma década influenciou a escolha deste tema, juntamente com a ausência de análises sobre os impactos do PROUNI na região metropolitana de Fortaleza. A pesquisa está ancorada nas contribuições sociais e econômicas da referida política pública de inclusão no ensino superior na vida dos estudantes egressos da escola estadual de ensino médio Padre Coriolano que foram beneficiados pelo programa. Buscou-se compreender as políticas públicas de educação na última década do século XX e na primeira década do século XXI, nos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula da Silva (2003-2010), em especial as políticas voltadas à democratização do ensino superior e à inclusão de um grupo social alijado deste direito durante muitas décadas. Investigou-se a democratização das políticas públicas de ampliação do acesso ao ensino superior nas universidades públicas e nas instituições privadas. Observou-se ainda a relação entre o público e o privado na educação ofertada nas instituições cadastradas no programa, com enfoque na preparação para o mercado de trabalho de acordo com as exigências do capitalismo global imposto ao Brasil. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa mista com base em levantamento bibliográfico e levantamento de dados. A pesquisa bibliográfica buscou embasamento de autores cujas produções coadunam com a temática elencada. Quanto ao levantamento de dados, tratou-se de uma pesquisa qualitativa que teve como método o estudo de caso. Nessa perspectiva, o apurado nos dados bibliográficos foi somado com os elementos apurados nas entrevistas semiestruturadas com a participação espontânea dos estudantes beneficiados pela política pública. Nesse sentido, analisou-se o PROUNI como mecanismo de acesso das populações de baixa renda ao ensino superior e de qualificação desse grupo para o mercado de trabalho e a mobilidade social.

Palavras-chave: Prouni. Políticas Públicas. Inclusão Social. Educação. Juventude. Mercado de Trabalho.

ABSTRACT

This is a dissertation of master degree that had as object of study the Programa Universidade para Todos - PROUNI -, as a public policy of social inclusion through social right to education. Starting from education as a social right of the individual and a duty of the State. The fact of I to be a teacher of the state public education network for over a decade has influenced the choice of the topic added the absence of analysis on the impacts of PROUNI in metropolitan region of Fortaleza. The research is anchored in economic and social contributions of the referred public policy of inclusion in the higher education of egress students of Padre Coriolano High School State School and those that became beneficiaries of the program. It was sought to understand the education public policies in last decade of twelfth century and in the first decade of the twenty-first century, at the governments of Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) and Lula da Silva (2003-2010), specially directed policies towards to democratization of the higher education and the inclusion of a social group that was excluded of this right for many decades. It was investigated the democratization of public policies of enlargement of access to the higher education in the public universities and in the private institutions. It is noticed the relation between the public and the private in the education offered in cadastered institutions in the program with focus in the preparation to the work market according to exigencies of imposed global capitalism to Brazil. Methodologically, this is a mixed research based on bibliographic survey and data collection. The bibliographic research sought basement of authors whose productions line with the casted thematic. In Relation to the data collection, this was a qualitative research had as method the study of case. In this perspective, they were added the obtained informations in bibliographic data and verified elements in semi-structured interviews with the spontaneous participation of benefited students by the public policy. In this sense, the PROUNI was analyzed as a mechanism of access of low incomes populations to the higher education and qualification of this group to the work market and later possibility of social mobility.

Keywords: Prouni. Public Policies. Social Inclusion. Education. Youth. Work Market.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Bolsas ofertadas pelo MEC por ano	46
Gráfico 2 – Bolsas ofertadas por tipo	47
Gráfico 3 – Bolsistas por região	47
Gráfico 4 – Bolsistas por turno	48
Gráfico 5 – Bolsistas por raça	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEMES	Associação Brasileiras das Mantenedoras de Ensino Superior
ANTDJ	Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CEJAP	Centro de Educação de Jovens e Adultos
COFINS	Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social
CREDE	Coordenadoria Regional do Desenvolvimento da Educação
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
EN	Entrevistado (a)
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FAK	Faculdade Kurius
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEF	Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental
FUNDEB	Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDJ	Instituto Dom José
IES	Instituições de Ensino Superior
IF's	Institutos Federais
INEP	Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRPJ	Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OI	Organismos Internacionais

OIT	Organização Internacional do Trabalho
OP	Orçamento Participativo
PIS	Programa de Integração Social
PNE	Plano Nacional de Educação
PNJ	Política Nacional de Juventude
Pronatec	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
PT	Partido dos Trabalhadores
Reuni	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
SEDUC	Secretaria da Educação Básica do Estado do Ceará
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SME	Secretaria Municipal de Educação
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
TI's	Tecnologias da Informação
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	O PAPEL DO ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR NOS ANOS 1990: O GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO	24
2.1	O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL COMO INSTRUMENTO DE DESIGUALDADE SOCIAL.....	25
2.2	OS ANTECEDENTES DO PROUNI: AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NOS GOVERNOS FHC	28
3	AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NOS GOVERNOS LULA DA SILVA (2003-2010)	38
3.1	AS MUDANÇAS ECONÔMICAS E SOCIAIS NOS ANOS INICIAIS DO SÉCULO XXI	38
3.2	O PROUNI E A REFORMA DEMOCRÁTICA DA UNIVERSIDADE	43
4	A REFORMA DEMOCRÁTICA DO ENSINO SUPERIOR E POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO: O PROUNI COMO INSTRUMENTO DE MOBILIDADE SOCIAL.....	54
4.1	O PROUNI COMO MECANISMO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E MOBILIDADE SOCIAL.....	56
4.2	EMPREGABILIDADE E MOBILIDADE SOCIAL	60
4.3	TRABALHO DECENTE PARA A JUVENTUDE.....	63
5	O LÓCUS DOS ESTUDANTES: SUAS NARRATIVAS E TRAJETÓRIAS ...	67
5.1	A TRAJETÓRIA FAMILIAR DOS ESTUDANTES BOLSISTAS	73
5.2	A ESCOLA PÚBLICA E A PREPARAÇÃO PARA O INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR	77
5.3	A IMPORTÂNCIA DO ENSINO SUPERIOR PARA OS ESTUDANTES PESQUISADOS.....	80
5.4	A LUTA PELA PERMANÊNCIA.....	84
5.5	TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS: O ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO E MOBILIDADE SOCIAL.....	87
5.6	PROUNI: O OLHAR DO ESTUDANTE BENEFICIADO.....	91
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
	REFERÊNCIAS	102

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa ora desenvolvida tem como objeto o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), que será analisado como uma política pública geradora de possibilidades de inclusão, no ensino superior privado, de grupos sociais excluídos desse direito pela estrutura social vigente durante séculos no Brasil.

Partimos da educação como um direito social e da importância desta para a mobilidade social em uma sociedade marcada pelas desigualdades. Apoiamo-nos em dois conceitos epistemológicos para desenvolver o trabalho: o da reprodução social e o da emancipação social.

Em relação à reprodução social, percebe-se que as instituições educacionais, nos diferentes níveis, contribuem de forma decisiva para reproduzir as relações sociais de dominação, utilizando-se do poder simbólico que tem a educação para manter, sobre o discurso da independência e da autonomia das instituições, o *status quo* defendido pelas classes dominantes. As análises do campo social devem levar em consideração os fundamentos e as determinantes econômicas e sociais das relações de trabalho, cujos mecanismos produzem e reproduzem a separação entre os grupos sociais, determinando a distribuição e a estrutura do capital. Essa distribuição monopoliza a concentração não somente da renda, mas também dos bens culturais, prevalecendo o domínio dos grupos sociais hegemônicos que se perpetuam no poder graças à imposição tácita do seu modo de organização social baseado, nas últimas décadas, no modelo econômico neoliberal. Esse modelo imposto à sociedade transforma os cidadãos em meros consumidores (BOURDIEU, 1989; BOURDIEU; PASSERON, 2014; SANTOS, 2011).

Em relação à emancipação social, pode-se dizer que estes indivíduos, através do acesso à educação superior, tornam-se sujeitos capazes de questionar a estrutura social na qual estão inseridos, após serem incluídos em um espaço educacional que proporciona não só a aquisição de conhecimentos para o mercado de trabalho, mas também desenvolve a consciência sobre as questões que regem a essa estrutura social, que, a partir disso, pode ser modificada. O acesso ao ensino superior é visto pelas diferentes camadas sociais como mecanismo de inclusão social a partir da inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, no consumo de bens outrora negados a estes indivíduos (BAUMAN, 1999; SANTOS, 2003, 2004, 2011).

Após o objeto estabelecido, buscamos analisar, durante a pesquisa, a contribuição dessa política educacional na inserção social dos beneficiários, ou seja, o PROUNI como uma política pública capaz de interferir na redução das desigualdades sociais.

O PROUNI foi desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC), encetado através da medida provisória 213 de 2004 e institucionalizado em 2005 pela Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005, como uma política pública de ação afirmativa voltada à inclusão educacional, partindo do pressuposto de que o direito à educação é primordialmente um direito social. Em caráter geral, o programa já tem beneficiado mais de 1,9 milhões de estudantes de acordo com o MEC (BRASIL, 2017). Com isso, ele inclui os outrora excluídos dessa etapa da educação fundamental, possibilitando-lhes alcançar os postos de trabalho melhor remunerados, acessar espaços culturais e, conseqüentemente, atingir a mobilidade social.

Identificamos também a necessidade de ampliar os conhecimentos sobre o PROUNI para além da inclusão de seus beneficiários no ensino superior, dada a dimensão do programa e a sua função social. Assim, buscamos compreendê-lo em uma visão holística, entendendo a educação como um direito social e um instrumento de inclusão.

Através da pesquisa, buscamos analisar a importância do PROUNI no combate aos privilégios no ingresso ao ensino superior, na democratização deste acesso e nas mudanças nas condições sociais dos indivíduos beneficiados pelas bolsas de estudos, distinguindo, através da metodologia adotada, os fatos que nos permitem compreender, de forma contextualizada, as dimensões sociais e as implicações do programa no cotidiano dos estudantes entrevistados.

As últimas décadas no Brasil têm sido marcadas pela ampliação do debate em torno das políticas públicas e pelo desenvolvimento de ações afirmativas que visam ampliar o acesso a direitos sociais, como saúde, educação e moradia, que foram negados à maioria da população durante séculos. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, esses direitos prioritários, em um Estado democrático, passam a ser discutidos de forma ampla e transformaram-se em políticas públicas. A inserção de grupos sociais excluídos durante a formação do Brasil proporciona um resgate histórico e tem se mostrado um grande desafio nas primeiras décadas do

século XXI. Programas e ações governamentais de alcance popular tem tido importante papel nessa tarefa (GOMES; OLIVEIRA, 2012; SOUZA, 2006).

Nos anos iniciais do século XXI, após a chegada ao governo do Partido dos Trabalhadores (PT), o Estado brasileiro tem apresentado um número considerável de ações afirmativas através de políticas públicas que visam diminuir as desigualdades sociais, presença marcante em países atrasados economicamente dentro da ótica capitalista. Entre essas políticas, destacamos: o Bolsa Família, principal programa de distribuição de renda do país; os investimentos em educação básica, com a criação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB; as políticas de moradia, através do programa Minha casa minha vida; e as políticas de ganho real do salário mínimo. Mesmo após as revoluções liberais e a declaração dos direitos do homem e do cidadão, países como o Brasil continuaram a viver às margens da sociedade Ocidental colonizadora, pois esses direitos foram defendidos para os que estavam ao norte do globo, provocando um empobrecimento de parte da população global. Políticas públicas, como as acima citadas, possuem a finalidade de diminuir as discrepâncias sociais evidenciadas no Brasil durante o período estudado (SANTOS, 2011; CHAUI, 2014).

É prudente compreendermos a divisão proposta pela nova ordem econômica entre Estado e economia, ou seja, o modelo neoliberal imposto ao Brasil, que é responsável pelo aumento das mazelas sociais que marcam o mundo contemporâneo. Essa ordem global impõe um movimento e a compreensão do espaço/tempo, onde uns objetos movem-se mais rápido que outros, o que Bauman (1999b, p. 63) define como

a economia, o capital, que significa dinheiro e outros recursos necessários para fazer as coisas para fazer mais dinheiro e mais coisas, move-se rápido, rápido o bastante para se manter permanentemente um passo adiante de qualquer Estado.

O Estado que procure interromper sua lógica, reforçando o domínio dos grupos econômicos sobre as decisões estatais.

Temos, como uma das referências neste estudo, a interferência da política econômica imposta pela ordem global ao Estado brasileiro, presente na relação deste com os organismos financeiros internacionais, como: o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e suas consequências na elaboração e implantação das

políticas públicas de cunho social no Brasil nos governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula da Silva (2003-2010).

A política social em debate intervém em um espaço derivado dos desequilíbrios da distribuição dos bens e riquezas gerados pela nação, e uma ação governamental escolhe um quadro desse conflito, porém influenciada pela ordem econômica estabelecida, não sendo uma atividade livre de influências, pelo contrário é permeada pela lógica econômica dominante (ABRANCHES, 1994; BOURDIEU; PASSERON, 2014).

A escolha do tema da pesquisa nasceu do interesse pessoal, primeiramente, ao observar, no cotidiano, como professor de História no ensino médio da rede pública estadual do Ceará, a importância de políticas públicas de acesso ao ensino superior para as classes excluídas. Em seguida, da indignação com as absurdas desigualdades sociais vistas e vividas, neste país, por esse grupo. Desenvolvendo o trabalho de educador com formação específica na área de história, surgiu a oportunidade de desenvolver um olhar crítico acerca da formação da sociedade brasileira, fincada na exploração econômica e na produção e reprodução da miséria social das classes trabalhadoras deste imenso país.

O Estado brasileiro reconheceu, durante o governo Lula da Silva (2003-2010), sua dívida com as classes excluídas do ensino superior. Manifesta seu interesse em garantir a continuidade do acesso à educação em suas próprias instituições, através do Programa de Restruturação Universitária – o Reuni –, que tem por finalidade ampliar os campus das universidades federais, estaduais e a rede de Institutos Federais, IF's.

O PROUNI vem no esteio da democratização do ensino superior proposta por esse governo, que percebe a inviabilidade de incluir esses grupos sociais excluídos na rede pública de ensino superior. Essas políticas, somadas ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), do sistema de cotas sociais e raciais, promovem um crescimento da estrutura educacional do Estado brasileiro nos anos iniciais da primeira década do século XXI, democratizando o outrora restrito espaço acadêmico.

Busca-se, com essas políticas de acesso à educação superior, romper a lógica da “meritocracia”, segundo a qual o ensino superior deve ser para uma determinada camada privilegiada da sociedade, quebrando a lógica de que os filhos dos “doutores” serão doutores, e os filhos dos empregados serão empregados e

propondo uma ruptura do paradigma que vem gerando a reprodução das desigualdades sociais enfrentadas há séculos pela classe trabalhadora (SANTOS, 2011; MINTO, 2012; CASTELLS, 2013).

Com a finalidade de democratizar o acesso ao ensino superior, o programa foi criado, na primeira década do século XXI, para incluir grupos excluídos. Como essa tarefa não é possível de ser cumprida com o sistema estatal de educação superior já existente, procuraram-se mecanismos, como a parceria entre o Estado e instituições privadas, para suprir o déficit de vagas no ensino superior público.

Escolhemos, como foco de pesquisa, analisar o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) não apenas como uma política educacional, mas também como uma política de inclusão social para alunos egressos do ensino médio da rede pública estadual do Ceará, especificamente os da Escola estadual de ensino médio Padre Coriolano, localizada em Pacajus – CE.

Compreendemos o programa como uma ação afirmativa, pois tem como objetivo principal intervir em uma realidade social estruturalmente desigual, buscando uma distribuição mais equânime dos direitos, vantagens e riquezas – os bens sociais melhor distribuídos entre os membros de um determinado grupo social (NOGUEIRA; GIOVANNI, 2015).

Nossa pesquisa busca analisar a trajetória dos indivíduos até o ensino superior, as suas condições de permanência e o passo seguinte a esse acesso através da bolsa concedida pelo programa. Almejamos compreender os impactos gerados pelo PROUNI como política pública de democratização ao ensino superior na vida dos estudantes definidos nesta pesquisa e a mudança de paradigma social por eles vivida. Suas perspectivas, sonhos, frustrações e conquistas e sua capacidade de compreender as desigualdades sociais como oriundas de um processo histórico de formação social, em que prevaleceu o clientelismo e o corporativismo em detrimento da consolidação dos direitos sociais e da cidadania (CARVALHO, 2015).

Como a pobreza, o acesso à educação superior não é tarefa de fácil resolução, nem será resolvida somente com o PROUNI, no entanto o programa institui, no espaço acadêmico, os outrora destituídos de voz, os “invisíveis”; uma pequena parcela retirada dentre os milhões de brasileiros que estavam fora das heranças mais básicas da civilização (BAUMAN, 1999; REGO, 2013; CASTELLS, 2013; CARVALHO, 2015).

Outro pressuposto justificador desta pesquisa é a concepção de que o PROUNI é uma política pública de inclusão social que, através da prática social da educação, busca diminuir a discrepância entre os números de egressos do ensino médio e os que ingressam no ensino superior, referendando um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, o acesso à educação, no esteio da cidadania, na construção de uma iniciativa democrática e democratizante que tem como base a ação do Estado como fomentador dessas ações na sociedade.

De forma geral buscamos analisar em que medida o PROUNI, como uma política pública, é capaz de colaborar de forma estrutural e efetiva na redução das desigualdades sociais enfrentadas pelos estudantes beneficiários no município de Pacajus. Especificamente tivemos como objetivos verificar as condições sociais dos sujeitos pesquisados através de uma análise sócio-histórica da formação social do Brasil; Identificar os sujeitos sociais beneficiados pelo PROUNI na cidade de Pacajus; Explicitar as contribuições do PROUNI como uma política pública de democratização do ensino superior, inclusão social através da educação e do acesso ao mercado de trabalho no universo dos estudantes pesquisados; Refletir sobre o PROUNI e suas propostas na efetividade da inclusão social e mobilidade social, a partir das visões dos sujeitos estudados.

Os procedimentos técnicos utilizados nesta pesquisa são mistos, com base em revisão de literatura (bibliográfica) e levantamento. A pesquisa bibliográfica ocorreu durante todo o processo da escrita com consulta a autores cujas produções coadunam com a temática elencada. Em relação ao levantamento (com base em pesquisa de campo), foram coletados dados secundários em fontes específicas, com complementação em dados primários, através de entrevistas semiestruturadas aos sujeitos sociais diretamente envolvidos com a temática pesquisada.

Para abordagem do problema proposto, optamos pelo método do estudo de caso, pois tal técnica facilita a compreensão de fenômenos sociais complexos, proporcionando uma visão holística e significativa dos acontecimentos em análise. Quanto à abordagem do problema, esta pesquisa é caracterizada como qualitativa, haja vista estar voltada para compreender um programa e suas contribuições para inclusão de pessoas em um determinado contexto social através de um programa institucional (GIL, 1999; YIN, 2015).

O foco central desta pesquisa foi identificar, no universo dos estudantes bolsistas do PROUNI, da cidade de Pacajus, que concluíram o ensino médio na

Escola Estadual Padre Coriolano, em que dimensão o programa, como uma política pública de inclusão no ensino superior, contribuiu para mudanças socioeconômicas substanciais na vida desses indivíduos, observando a influência do PROUNI como uma ferramenta de inclusão social, ao observar de forma holística sua abrangência em diferentes campos da vida dos estudantes entrevistados. O trabalho foi desenvolvido com estudantes que concluíram ou estão com pelo menos metade do curso superior concluído através da bolsa ofertada pelo programa.

Levamos em consideração o interesse da ciência social no comportamento significativo dos indivíduos presentes na ação social. Comportamento este no qual os indivíduos agregam significado, considerando o comportamento de outros indivíduos, ou seja, o pesquisador e o pesquisado são objetos e sujeitos da pesquisa (WEBER, 2012).

Inicialmente, a pesquisa consistiu no levantamento bibliográfico para embasamento do contexto sócio-histórico da pesquisa e das políticas públicas de educação no Brasil, durante os anos 1990 e 2000, e a compreensão das limitações dos direitos sociais e das conseqüentes desigualdades. Em sequência, foi analisada a literatura nacional e estrangeira disponível sobre o tema das políticas públicas e do programa em si. Em seguida, a análise da relação existente entre as legislações específicas sobre o assunto (leis, decretos, instruções normativas), que formam o arcabouço legal do programa. Assim, foram feitos levantamentos de estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); dados do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e outros.

De posse dos dados adquiridos através da pesquisa literária e documental, optamos por analisá-los no modelo qualitativo que nos proporciona a análise dos dados, refletindo, a partir das entrevistas com os estudantes bolsistas, o conjunto a ser analisado.

Buscamos compreender as mudanças sociais adquiridas após o acesso à bolsa de estudos e o ingresso no ensino superior e as modificações na vida desses estudantes, compreendendo que o papel do pesquisador é

uma busca sistemática e rigorosa de informações, com a finalidade de descobrir a lógica e a coerência de um conjunto, aparentemente, disperso e desconexo de dados para encontrar uma resposta fundamentada a um problema bem delimitado, contribuindo para o desenvolvimento do conhecimento em uma área ou em uma problemática específica (CHIZZOTTI, 2014, p.19).

Observando à luz desse ponto, a pesquisa requer um esforço sistêmico na construção de um conhecimento novo, utilizando-se dos conhecimentos desenvolvidos ao longo da história por parte do pesquisador sem que este possa “refutar as teorias já existentes, mas trazer alguma coisa nova e original a elas para se afirmar no campo do saber e do poder” (CHIZZOTTI, 2014, p.21), levando em consideração as realizações científicas do passado e com a convicção das oportunidades geradas para o acúmulo progressivo dos conhecimentos científicos ao longo da história.

A opção pelo modelo qualitativo levou em consideração também os ensinamentos de González-Rey (2005, p. 32), pois, para este autor,

O sentido subjetivo aparece indiretamente na qualidade da informação, no lugar de uma palavra em uma narrativa, na comparação das significações atribuídas a conceitos distintos de uma construção, no nível de elaboração diferenciado no tratamento dos temas. Assim, utiliza-se a conversação como processo para conduzir as pessoas estudadas a campos significativos de suas experiências pessoais, os quais são capazes de envolvê-las no sentido subjetivo dos diferentes espaços delimitadores de sua subjetividade individual.

O autor destaca que a subjetividade da pesquisa qualitativa amplia os conceitos e significados na construção do resultado ao considerar as experiências do indivíduo no grupo social ao qual ele pertence. Ao escolher o método qualitativo não queremos afirmar que o quantitativo seja por nós totalmente desprezado. Portanto, em alguns momentos, a pesquisa qualitativa utiliza-se de dados quantitativos para seu embasamento e explicações de determinados elementos investigados.

Numa observação mais ampla, compreendemos que as ciências sociais são capazes de revelar as condições que possam obstar uma prática de pesquisa crítica e capaz de gerar autonomia nos grupos sociais investigados, a pesquisa qualitativa neste campo “é, muitas vezes, vista como uma maneira de dar poder ou dar voz, às pessoas, em vez de tratá-las como objetos, cujo comportamento deve ser quantificado e estatisticamente modelado” (BAUER; GASKELL, 2002, p.30). Portanto essa celeuma é desnecessária, pois:

A prontidão dos pesquisadores em questionar seus próprios pressupostos e as interpretações subsequentes de acordo com os dados, juntamente com o modo como os resultados são recebidos e por quem são recebidos, são fatores muito mais importantes para a possibilidade de uma ação emancipatória do que a escolha da técnica empregada. (BAUER; GASKELL, 2002, p. 35).

Dois pontos merecem destaque na citação acima: primeiro, a consciência e zelo do pesquisador na especificação dos fatos sociais, nas regras do método sociológico e na fundamentação compreensiva da vida social ao questionar seus pressupostos; e segundo, a recepção e o tratamento dos dados originados da pesquisa.

Chizzotti (2014), ao avaliar as rupturas e as diferentes teorias, práticas e estratégias de pesquisa que estão disponíveis, percebeu que as ciências sociais por não limitarem-se a reprodução das exigências metodológicas das ciências da natureza compõem-se de um vasto campo de ação e interpretações. Nessa conjuntura,

todo pesquisador adota ou inventa um caminho de explicação da realidade que investiga ou a descoberta que realiza, guiado por um modo de conhecer essa realidade e de explorá-la, porque tem ou urde uma concepção do que é a realidade que investiga.” (CHIZZOTTI, 2014, p. 24).

Portanto, influenciado e influenciando, o pesquisador constrói sua pesquisa pela sua formação e sua concepção da sociedade, de forma consciente ou não (MARX; ENGELS, 1977; BOURDIEU; PASSERON, 2014).

Partindo da concepção acima descrita, na pesquisa procuramos conhecer melhor a realidade dos estudantes beneficiados pelo PROUNI e investigar como esses indivíduos se enxergam enquanto sujeitos beneficiados por uma política pública de inclusão educacional de pessoas outrora segregadas do ensino superior e qual é o impacto social desta no espaço social destes indivíduos, através da análise de suas trajetórias educacionais.

Os sujeitos da pesquisa são beneficiários do programa, portanto possuem conhecimento sobre o tema pesquisado, condição fundamental na pesquisa qualitativa, pois é inerente à construção e à interação entre o pesquisador e pesquisado essa relação intrínseca, ou seja, “todas as pessoas que participam da pesquisa são reconhecidas com sujeitos que elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas para intervir nos problemas que identificam.” (CHIZZOTTI, 2005, p. 83).

O PROUNI tem sido objeto de estudos em diversos campos das ciências. Principalmente no campo da educação, por razões óbvias. Nossa investigação, no entanto, procura ir além desse prisma de inclusão educacional e envereda pela esfera do social, discutindo as relações sociais de exclusão, exploração e

reprodução social. A pesquisa foi desenvolvida a partir de um recorte geográfico específico, uma cidade pequena, na região metropolitana de Fortaleza, capital do estado do Ceará, com a finalidade de contribuir para a pesquisa nacional ao analisar um universo que, por sua posição geográfica, fica fora das análises sobre o tema desenvolvidas nos grandes centros de pesquisa.

Ao nos debruçarmos sobre o tema, chegamos à conclusão de que faltam estudos em cidades com esse perfil, e a análise por nós desenvolvida contribuirá para a pesquisa sobre o tema e a compreensão da referida política pública em espaços urbanos fora das regiões Sul e Sudeste do Brasil.

Nesse contexto, buscamos entender os marcos do poder simbólico que a educação, como uma prática social, exerce sobre o imaginário da sociedade; a dominação a que este setor está submetido pela estrutura capitalista vigente na atualidade; e a capacidade de emancipação dos sujeitos que obtiveram acesso ao ensino superior, outrora lhes negado; e conhecimentos que proporcionam uma nova visão sobre a sociedade (BOURDIEU, 2012a; MINTO, 2012).

Neste sentido, o *corpus* levantado nesta pesquisa foi intencional e se trata de descrever a amostra, perfil e peculiaridades do PROUNI, na visão dos beneficiados.

Complementando a metodologia, acima elencada, esclarecemos que, além dos elementos pré-textuais e pós-textuais, esta pesquisa está composta por elementos textuais na forma de introdução, capítulos e as considerações finais. O primeiro capítulo, intitulado “O papel do estado e as políticas públicas de ensino superior nos anos 1990: o governo Fernando Henrique Cardoso”, é dividido em duas partes: na primeira, descrevemos o cenário político e econômico no qual o Brasil desenvolveu as políticas públicas de educação garantidas pela Constituição Federal de 1988, a interferência do pensamento neoliberal implantado no período e a manutenção das desigualdades no acesso ao ensino superior; na segunda, discutimos a legislação educacional aprovada no período, em especial a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o aumento da participação do setor privado na educação superior e a adaptação das universidades públicas ao modelo imposto pelos Organismos Internacionais (OI’S).

O segundo capítulo, sob a temática “As Políticas Públicas de acesso ao ensino superior nos governos Lula da Silva (2003-2010)” traz, em sua primeira parte, a abordagem da conjuntura social, política e econômica no país após a ascensão do

Partido dos Trabalhadores (PT) em 2003 e o conjunto das políticas sociais desenvolvidas, enquanto que, na sua segunda parte, discutimos o PROUNI como uma política pública de democratização de acesso ao ensino superior, suas consequências sociais e os conflitos entre o público e o privado.

No terceiro capítulo, trabalhamos a seguinte temática: “A reforma democrática do ensino superior e políticas públicas educação: o PROUNI como instrumento de mobilidade social”. Nesse capítulo, abordamos a importância das políticas públicas de educação para a qualificação profissional, principalmente da juventude, no processo de inclusão social; o acesso ao PROUNI como ferramenta de mobilidade social deste grupo, considerando a inserção e a necessidade de se construir um acesso ao trabalho decente para esse setor, compreendendo a inclusão no ensino superior e no mercado de trabalho sobre a ótica da emancipação humana.

No quarto capítulo, procedeu-se a pesquisa de cunho qualitativo, utilizando, como método, o estudo de caso. Buscando conhecer a natureza do fenômeno pesquisado, sua forma, conteúdos e características, deparamo-nos com o grupo pesquisado, alunos de baixa renda egressos do ensino médio da rede estadual de educação no município de Pacajus, especificamente da Escola de Ensino Médio Padre Coriolano. No estudo, debruçamo-nos sobre os investigados, buscando, através da amostra, conhecer e interpretar a realidade dos sujeitos inseridos, mostrando e demonstrando as possibilidades de transformações ocorridas ou que poderão ocorrer, mesmo sem podermos interferir. Por último, as considerações finais.

2 O PAPEL DO ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR NOS ANOS 1990: O GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

O ensino superior, em qualquer sociedade, é símbolo do desenvolvimento econômico e cultural. A educação superior reafirma valores, dissemina a cultura e constrói conhecimentos que impulsionam o país (GOMES; OLIVEIRA, 2012). Esse nível de educação possui um forte apelo emocional e simbólico nos diferentes grupos sociais, pois a universidade,

é uma dessas palavras cujo campo de significação é aparentemente simples, mas que também pode trazer bastante complexidade. Uma semântica dilatada e em disputa. [...] como toda instituição social, é historicamente atravessada por contradições e disputas ideológicas e políticas. As relações de forças, que disputam a hegemonia e a direção de concepções, determinam as mudanças que essa instituição vai adquirindo ao longo dos tempos e dos diversos lugares. É uma instituição produzida pela sociedade e como tal resulta de um conjunto de relações contraditórias e moventes que constituem a vida social e a história (DIAS SOBRINHO, 2002, p. 70).

O ensino superior é produto das relações sociais, portanto é permeado pelas contradições sociais inerentes à sociedade, pois, ao mesmo tempo em que é mecanismo de reprodução, pode tornar-se instrumento de transformação das relações sociais, proporcionando uma ressignificação da participação dos membros que compõem o tecido social nos diferentes campos da participação política, estando presentes, ao longo da constituição das instituições de ensino superior, as relações de força que disputam a hegemonia e a direção das concepções que irão determinar as mudanças ou permanências nas estruturas sociais de um país. Por ter esse poder simbólico de ser o campo de concepções de ideias, a universidade é compreendida como espaço de prestígio social, e o acesso a este passa a ser almejado como uma forma de mobilidade social, por diferentes setores da sociedade, e de manutenção hegemônica, pelos grupos dominantes.

2.1 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL COMO INSTRUMENTO DE DESIGUALDADE SOCIAL

Para compreendermos a universidade brasileira e seu poder simbólico na estrutura social do país, é primordial conhecermos um pouco da trajetória desse nível de ensino na nossa história.

O surgimento do ensino superior no Brasil data da transferência da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, quando uma metropolização forçada da colônia desencadeou um processo intensivo de modernização, controlada é óbvio, em larga escala. Nesse contexto, o ensino superior brasileiro nasce despojado de funções culturais criadoras, tendo como principal finalidade atender as necessidades do governo português instalado no Brasil (SAMPAIO, 2000).

A escola superior tem, portanto, a finalidade de atender aos interesses e as necessidades sociais imediatas da Coroa portuguesa e das elites nativas. Ela, por assim dizer, tinha o interesse “através do ensino magistral e dogmático, preparar certo tipo versátil de letrado, mais ou menos apto para o exercício de profissões liberais, relacionadas principalmente com a advocacia, a medicina, e a engenharia” (FERNANDES, 1979, p.101).

No entanto, o modelo transplantado foi adaptado aos ritmos, históricos, sociais e culturais da colônia, que interferiram na modernização proposta pelo modelo de ensino superior trazido com a Corte. Desse modo, o ensino superior brasileiro, em seu berço, possuía uma matriz portuguesa e foi implantado nos moldes da sociedade brasileira para atender a aristocracia.

A passagem da dependência colonial para a independência política não logrou modificar os padrões sociais brasileiros, porque, sem as mudanças sociais necessárias, o modelo de educação também permaneceu inalterado nos anos do Brasil Império. A desagregação do sistema escravista e a proclamação da República não interferiram na alta concentração de renda, no prestígio social e no poder exercido pela aristocracia.

A educação superior, nos anos iniciais da república, permaneceu limitada a uma parcela da sociedade. A pequena alteração que merece destaque é a gradual ascensão das camadas médias da sociedade à formação em profissões liberais – advogado, médico e engenheiro – que permitiram a esses membros os papéis políticos, intelectuais, burocráticos ou técnicos, tanto nos crescentes centros

urbanos quanto na burocracia estatal republicana em crescimento. A qualificação dos indivíduos, membros da aristocracia ou das camadas médias da sociedade, para ocupar esses espaços, é defendida como ferramenta para modernização do Brasil.

A aristocracia brasileira, no início do século XX, baseia suas necessidades de consolidação e expansão do novo regime político; e da política econômica vigente à época. A educação superior no Brasil busca a formação de quadros portadores das qualidades necessárias para ocupar os postos de gerência nos diferentes espaços públicos e privados. Durante o período incipiente de nossa república, no que tange à abrangência de nosso ensino superior, percebe-se que este foi de baixa complexidade. Sua limitada atuação (poucas áreas de conhecimento) e consequente restrição (para um grupo social restrito) são fatores que coadunam com sua elitização e incapacidade de discutir os problemas sociais graves.

A análise do papel conservador da educação superior no Brasil, em diferentes momentos históricos, contribuirá para o entendimento dos problemas inerentes ao ingresso dos brasileiros no ensino superior nos anos finais do século XX e nos primeiros anos do século XXI. Florestan Fernandes (1979), ao discorrer sobre a contribuição da universidade no desenvolvimento do Brasil, explica que uma nova etapa de expansão quantitativa do ensino superior se deu assim:

Durante a primeira República, foram criados 64 estabelecimentos de ensino superior; de 1930 a 1949, fundaram-se 160 desses estabelecimentos (duas vezes e meio a cifra anterior); e, apenas numa década, 1950 a 1960, instalaram-se mais 178 estabelecimentos (quase três vezes aquela cifra). Ora, a rápida multiplicação e disseminação da escola superior processavam-se em conformidade com o antigo padrão cultural. (FERNANDES, 1979, p.109).

O autor demonstra o crescimento quantitativo de instituições de ensino superior no período, mas, é enfático no que tange ao papel dessas instituições. Ao assumirem o padrão cultural herdado do passado colonial, são meros aparelhos de reprodução social e contribuem de forma decisiva para a manutenção do país entre os países de capitalismo periférico – ou seja, ao não desenvolverem novas tecnologias, concorrem para o atraso econômico, social e político. As críticas eram feitas pelos defensores de uma reforma radical na estrutura da universidade brasileira, por entenderem o espaço onde se constrói a educação superior como um campo propício ao desenvolvimento do país nas mais diferentes áreas. Eles, então,

interviram, com a finalidade de ampliar a autonomia dos estabelecimentos de ensino superior e o fortalecimento das instituições públicas. No campo legal, no interstício entre 1961-1988, a educação do país foi regida pela LDB de 1961, que não permitiu avanços substanciais no processo de democratização do ensino superior brasileiro (SAMPAIO, 2000).

Mesmo resguardada a autonomia das universidades, os intelectuais que defendiam uma educação superior com uma estrutura mais orgânica sentiram-se derrotados. Anísio Teixeira (2000), ao analisar as particularidades da referida lei no que tange ao ensino superior, explana que

A educação superior passou a ser algo de uniforme e homogênea, que se expande como se expande a escola primária. O fato de a Lei de Diretrizes e Bases estabelecer a liberdade da iniciativa particular de ministrar ensino em todos os graus, assegurando aos estabelecimentos privados, legalmente autorizados, o reconhecimento para todos os fins dos estudos neles realizados veio a dar grande impulso ao ensino particular, por um lado, atraído pela procura social da educação e, por outro, incentivado pela sanção pública generosamente estendida ao ensino privado sem outra exigência que a da autorização legal. (TEIXEIRA *apud* SAMPAIO, 2000, p. 56).

Em um momento de imprescindível reforma do ensino superior no Brasil, em direção a uma educação pública capaz de atender as camadas populares, a legislação nos oferece um fortalecimento do setor privado, para o qual o Estado contribuiu de forma explícita com a expansão do ensino privado no país durante o período que marcou de forma intrínseca esse segmento até os dias atuais. O país, então, passa a ter uma dependência do setor privado de educação superior para a ampliação e a democratização do acesso ao ensino superior; é nesse espaço que está inserido o PROUNI.

A universidade contemporânea é a síntese de “três modelos forjados em sociedades política e culturalmente diversas: o britânico, sintetizado pelo Cardeal Newman, o alemão formulado por Wilhelm von Humboldt e o americano”(GOMES; OLIVEIRA, 2012). A legislação brasileira absorveu essas diretrizes oriundas da junção dos modelos citados, característica esta que é nítida nas sociedades onde prevaleceu a dominação econômica do capitalismo neoliberal do final do século XX. O modelo de universidade que predomina identifica-se com

a) formação de pessoal de nível de graduação, nas várias áreas de conhecimento; b) formação de pessoal altamente qualificado, em cursos de mestrado e doutorado acadêmicos, para o desenvolvimento da pesquisa e atuação nos diversos campos do saber, assim como o avanço científico por meio da produção de conhecimento sistemático e institucionalizado; c)

interlocução com a sociedade, a qual, o discurso utilitarista a formulou e o qual é continuamente reproduzido, chama-se de prestação de serviço à sociedade. (GOMES; OLIVEIRA, 2012, p. 30).

No Brasil, a universidade se organiza pelo modelo descrito pelos autores citados de forma geral e busca sua atuação nas três bases acima descritas. O Brasil absorve esse modelo por ser o modelo hegemônico nas sociedades capitalistas centrais que capitaneiam o modelo econômico neoliberal expandido aos países considerados periféricos pela ordem econômica global.

Esse é o escopo da universidade que temos no Brasil do final do século XX e início do século XXI, marcada por suas heranças sociais e seus desafios em construir um espaço democrático, senão de participação de todos os segmentos da sociedade, ao menos de inclusão de indivíduos pertencentes a esses grupos sociais outrora segregados do direito à educação superior.

A universidade continua a ser um lugar privilegiado e por isso almejado por diferentes grupos sociais. Ao observarmos os paradigmas econômicos do final do século XX, deparamo-nos com a crise desse sistema de ensino que não é capaz de contribuir substancialmente, pela forte influência exercida pelas políticas neoliberais, para a redução dos problemas sociais oriundos da organização social capitalista dominante na atualidade. A lógica neoliberal tem falhado na promessa de igualdade de oportunidades baseada no mérito e nas conquistas individuais. Essa crise tem como problemática “as seguintes dicotomias: alta cultura – cultura popular; educação – trabalho; teoria – prática”, como entraves à emancipação social (SANTOS, 2003, p. 193).

Após um breve histórico do ensino superior, no Brasil, buscaremos analisar acesso ao ensino superior em dois momentos distintos da vida política brasileira: os anos de ampla adesão às políticas neoliberais dos governos FHC (1995-2002) e os anos de reformas propostas pelos governos Lula (2003-2010).

2.2 OS ANTECEDENTES DO PROUNI: AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NOS GOVERNOS FHC

A compreensão do acesso à educação, como necessidade básica do indivíduo para a inclusão e ascensão social, é condição preliminar para discutirmos

o PROUNI como uma ferramenta capaz de cumprir o papel de incluir um grupo social excluído desse direito em um setor historicamente privilegiado. Ao organizar o sistema educacional, o Estado institui ritos estruturais, hierarquias sociais e mentais através da percepção da sociedade e dos grupos hegemônicos (BOURDIEU, 2012a).

O direito à educação está escrito no artigo 205 do texto constitucional de 1988, sendo esta “um direito de todos e um dever do Estado” (BRASIL, 1988). A legislação pátria e as leis que seguiram *a posteriori* sobre o tema garantem aos brasileiros o acesso a esse direito básico. A execução da norma constitucional, na prática, continua sendo uma luta constante, a implantação da universalização da educação básica ainda não se concluiu e o acesso ao ensino superior possui inúmeros entraves.

Tratando-se do direito à educação como um dever do Estado, sentimos a necessidade de definir, mesmo correndo o risco de fazê-lo de forma limitada, o que é o Estado. Os estudos sobre o tema são repletos de interpretações, mas, para fins deste estudo, ele será compreendido na definição dada por Bourdieu, para quem o Estado,

[...] pode ser definido como um princípio de ortodoxia, isto é, um princípio oculto que só pode ser captado nas manifestações da ordem pública, entendida ao mesmo tempo como ordem física e como inverso da desordem, da anarquia, da guerra civil, por exemplo. Um princípio oculto perceptível nas manifestações da ordem pública, entendida simultaneamente no sentido físico e no sentido simbólico. (BOURDIEU, 2012a, p. 30).

Seguindo o entendimento do autor, compreendemos o Estado como ente regulador da ordem pública, dotado de uma rede de estrutura burocrática capaz de organizar o conjunto da sociedade, como inverso da desordem, aglutinando os princípios fundamentais da ordem social que nem sempre se fundamenta no consenso, mas sim da existência de trocas que levam a um dissenso. As ações estatais nem sempre são oriundas da harmonia ou da falta do consenso de todos; desse contexto, nascem às dissensões e os questionamentos à ordem vigente (BOBBIO, 2009).

Os atos do Estado são dotados de autoridade que se organiza em cadeia e possui o domínio para servir o bem comum, o governo e o bem do povo, sendo o detentor do que Weber (2012) denominou de monopólio da violência legítima, essa

legitimidade se deve à eficácia do discurso de defesa do “bem comum”. Essa violência se manifesta no mundo contemporâneo de forma física e simbólica.

Os Estados organizam seu aparato burocrático e cumprem seus atos junto à sociedade, de acordo com o pensamento dominante vigente, e a educação é parte fundamental desse aparato. Para Bourdieu e Passeron (2014, p. 27), a educação

é objetivamente uma violência simbólica, num primeiro sentido enquanto que as relações de força entre os grupos ou as classes constitutivas de uma formação social estão na base do poder arbitrário que é a condição da instauração de uma relação de comunicação [...] da imposição e da inculcação de um arbitrário cultural segundo um modo arbitrário de imposição e de inculcação (educação).

Para esses autores, as ações do Estado, no campo da educação, possuem finalidade de reprodução da sociedade, impondo elementos culturais de uma violência simbólica. Na atualidade, a ordem é do capitalismo neoliberal de caráter especulativo, portanto as diretrizes educacionais estão imbricadas a este modelo, defendidas e aplicadas pelos Organismos Internacionais (OI), que são responsáveis por disseminar a visão de sociedade defendida pelos grupos hegemônicos do capitalismo global.

Em sociedades como a brasileira, essa realidade é mais crítica, pois uma sociedade com raízes coloniais e desiguais traz em seu bojo uma estrutura estatal comprometida por sua formação desigual. O Estado brasileiro foi mergulhado no neoliberalismo imposto pela ordem econômica internacional na década de 1990, quando foram aprofundadas as dominações estrangeiras no interior da estrutura estatal brasileira.

A compreensão do modelo econômico desenvolvido no Brasil, a partir da década de 1990, o neoliberalismo, é fundamental para o entendimento do contexto no qual se discutiu a necessidade da democratização do acesso ao ensino superior. O Brasil, por suas características econômicas, é considerado um país de capitalismo periférico, não fazendo parte do grupo hegemônico que formula e impõe as regras econômicas no mundo globalizado.

Indubitavelmente, o neoliberalismo aprofundou os problemas sociais oriundos da desigualdade social. Para Castel (1995), as políticas neoliberais formam grupos que são “desfiliaados” do sistema econômico e social, não sendo meramente excluídos, pois ficam à margem do capital, sem perspectivas de avanços, e não são

alcançados pelas políticas estatais. Eles são “desfilados” não somente por um momento, mas formam multidões que ficam à margem de tudo, mesmo quando o capital passa por metamorfoses, como as apresentadas pelo processo de globalização defendido como a salvação para os problemas econômicos do globo. As novas tecnologias que ocupam os diversos setores da economia, com destaque para as Tecnologias da Informação (TI's), apenas não resolveram os problemas sociais gerados pelas desigualdades sociais, como as aprofundaram, aumentando o exército de reserva de trabalhadores, criando grupos cada vez maiores de trabalhadores sem trabalho.

O neoliberalismo e o pós-neoliberalismo organizam todas as suas ações em prol do fortalecimento do mercado e do enfraquecimento do Estado, concentrando as riquezas em uma determinada parte do globo, gerando um mundo cada vez mais desigual. Para os pensadores neoliberais, os gastos públicos com a população excluída, através de políticas sociais, são responsáveis por um inexorável destino em que aqueles que conquistaram suas riquezas são obrigados, por meio da taxação de suas fortunas e pagamentos de impostos, a sustentar os fracassados (MORAES, 2001).

No Brasil, o ideário neoliberal teve sua implantação iniciada em 1990, quando o governo Collor iniciou o desmonte da nação, que foi interrompido pelo *impeachment*. Nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), aconteceu a consolidação e o pleno desenvolvimento das ideias neoliberais, com a total submissão à economia globalizada, optando por uma abertura econômica sem freios. Durante os quatro primeiros anos de governo FHC, a agenda de redução do Estado havia, de forma indubitável, cumprido seu papel. Entre outras ações nefastas do período, destacamos: privatização de grande número de empresas estatais; perdas de reservas cambiais; aumento da dívida externa; nível de desemprego alarmante; redução da renda salarial média; deterioração dos serviços públicos (LESBAUPIN, 1999).

A má qualidade dos serviços públicos é a indiscutível marca dos governos neoliberais de FHC. Nesse cenário, destacamos a educação, que é nosso objeto de estudo neste trabalho. As políticas globais assumidas na década de 1990 foram responsáveis pela negação de direitos sociais às classes pobres do país. O direito à educação é entendido e debatido como um direito fundamentalmente social, pois

inclui o indivíduo desde a tenra idade até a fase adulta, proporcionando-lhes conhecimentos para a reflexão e para a inserção social.

Nesse contexto sócio, político e econômico, desenvolvem-se as políticas públicas que antecederam o PROUNI. A educação dos anos 1990 possui como premissa a formação de um novo tipo de trabalhador e de homem requerida pelos padrões do desenvolvimento mundial. Essa formação exigiu mudança nos papéis sociais da educação e na organização do sistema educacional. (NEVES *apud* LESBAUPIN, 1999).

A nova organização do sistema educacional brasileiro manteve a dicotomia na estrutura: para as massas trabalhadoras, prevaleceu uma educação limitada aos postos de trabalho que estes estão “destinados” a ocupar; e, para os trabalhadores qualificados, oriundos em sua maioria das camadas médias da sociedade, a organização foi direcionada ao domínio das tecnologias. Nenhuma novidade se a compararmos à estrutura social brasileira nos diferentes momentos históricos desde sua formação. Em suma, a educação implantada e difundida no período foi concebida em duas vertentes:

Para aqueles que realizam ou venham realizar o trabalho simples, o sistema direciona seus componentes curriculares e sua estrutura organizacional para aumentar o patamar mínimo de escolarização. Este patamar se traduz na aquisição de conteúdos mínimos de natureza científico-tecnológica e de normas de conduta que capacitam essa parcela da força de trabalho a operar com produtividade as novas máquinas e adaptar-se aos novos requerimentos de sociabilidade da nova organização do trabalho e da produção [...] Já para aqueles que realizam ou venham a realizar o trabalho complexo, o sistema direciona suas atividades curriculares e a estrutura organizacional de nível superior para capacitar essa parcela da força de trabalho a adaptar produtivamente a ciência e a tecnologia transferidas ao país pelos grandes grupos transnacionais [...] (NEVES *apud* LESBAUPIN, 1999, p.134).

A educação foi utilizada pela estrutura governamental, sobre orientação dos OI, como instrumento de domínio e de manutenção da hierarquia social, de forma explícita ou implícita, tendo os organismos papel fundamental na elaboração das diretrizes educacionais desenvolvidas pelo MEC durante os governos FHC (SANTOS, 2004, 2011).

O Banco Mundial (BM) esteve presente nas discussões e na elaboração das políticas de reorganização e expansão educacionais no Brasil, durante a década de 1990, promovendo a expansão do pensamento economicista na educação, tanto na esfera pública quanto privada, considerando:

[...] a educação como fator de produtividade. Apoiando-se na concepção economicista da educação, ressalta o cálculo do custo-benefício da educação obtido por meio dos ganhos em produtividade ou pela elevação da renda das populações. Nessa perspectiva, o Banco Mundial considera as escolas agências capazes de garantir o desenvolvimento das aptidões em leitura, escrita e cálculo requeridas no mercado de trabalho, tornando-se pré-requisito fundamental para o alcance do nível de desenvolvimento desfrutado pelos países ricos (SOUSA, 2008, p.190).

Desse modo, a educação foi amplamente discutida, elaborada e posta em prática voltada para o mercado, um fator capaz de aumentar a produtividade dentro do moderno sistema global em pleno funcionamento nos anos finais do século XX. Nessa perspectiva, as escolas são vistas como agências formadoras de mão-de-obra, com o mínimo de qualificação dentro das normas exigidas pelo capitalismo.

No discurso das instituições financeiras internacionais, a educação deve incluir os mais pobres no sistema de ensino, como condição para manter o equilíbrio econômico, político e social entre as classes sociais, dentro de um determinado país e, a nível internacional, entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Assim, o objetivo da educação “é proporcionar equidade e não igualdade, de modo que favoreça a concorrência e a inserção no mundo competitivo, propiciando mecanismos de sobrevivência às classes populares”, promovendo a reprodução da estrutura social e não permitindo mobilidade social às classes que compõem a base da pirâmide social brasileira (COSTA, 2012, p. 57).

Na prática, o modelo imposto pelas organizações financeiras internacionais ao Brasil, nos governos FHC, aproveitou-se do simbolismo que possui o acesso à educação para impor, de forma implícita, seu objetivo de manter a sociedade ou adaptá-la as suas necessidades. Para Minto (2012, p. 219),

o processo de reconfiguração do capital – a reestruturação produtiva e a recomposição das taxas de lucro – se dá através desse processo histórico em que o capital apropria-se, de forma crescente, dos setores ainda não dominados inteiramente por sua lógica reprodutiva.

Nessa perspectiva, a educação é um desses setores, sendo as políticas públicas um campo propício para essa expansão do capital, ocorrendo a privatização da educação.

Essas ações governamentais não foram postas de maneira unilateral e arbitrária. Durante o período, diversos mecanismos de consenso foram utilizados pelo bloco no poder. No campo educacional, buscou-se “a parceria com aliados clássicos: empresários, proprietários de estabelecimentos escolares; na sociedade

civil para a socialização do ideário neoliberal da educação para a qualidade total” (NEVES *in* LESBAUPIN, 1999, p.135).

Esse modelo cumpriu o objetivo de legitimar as decisões do governo, tendo a chancela de diversos setores da sociedade e a ampla divulgação nos meios de comunicação em massa. Nesse cenário, as pessoas passaram frequentemente a aceitar, como sendo uma troca igual, aquilo que de fato é uma troca desigual (SANTOS, 2011).

Com essa sustentação social e popular, através da mídia, o Estado brasileiro pode impor seu modelo de educação neoliberal sem questionamentos amplos na base social e sem o desgaste de explicar os motivos da organização excludente da educação brasileira, graças ao poder simbólico da educação (BOURDIEU, 1989).

Especificamente no campo do ensino superior, é possível compreender que, na era FHC, as políticas para esse setor foram marcadas por dois pontos fundamentais: revisão da rede pública federal e um crescimento do ensino superior privado.

No que tange à revisão da rede pública federal, o MEC, nos anos iniciais dos governos FHC, estabeleceu, como prioridade para o Estado brasileiro, a promoção de uma revolução administrativa, tornando as gestões das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas mais racionais e eficientes, utilizando a capacidade ociosa, aumentando cursos noturnos, sem aumentar os custos. Com essa visão, a universidade brasileira passa por uma importante transformação que é autonomia administrativa, que, dentro da ótica neoliberal, possuía como contrapartida a racionalização dos gastos e o aumento da produtividade. Esse aumento produtivo passou a estar imbricado com os aumentos salariais e verbas para essas instituições, impondo ao ensino superior público as regras do setor privado, alardeadas pelas políticas neoliberais.

O crescimento do setor privado de educação, no período, foi significativo com o amparo das bases legais postas em vigor pela LDB-1996, que atribuiu um formato peculiar ao ensino superior brasileiro, ao projetar modificações substanciais na fronteira entre o público e o privado na educação superior brasileira. Essas modificações proporcionaram um aumento considerável do ensino superior privado no Brasil, como podemos conferir na Tabela 1.

Tabela 1 – Evolução do Número de Instituições por Categoria Administrativa - Brasil 1997-2003

Ano	Pública	Privada	Total
1997	211	689	900
1998	209	764	973
1999	192	905	1.097
2000	176	1.004	1.180
2001	183	1.208	1.391
2002	195	1.442	1.637

Fonte: Deaes/INEP/MEC.

Os dados expostos na tabela acima nos mostram o aumento vertiginoso do ensino superior privado no Brasil no intervalo de 1997, primeiro ano após a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e o último ano dos governos FHC, 2002. Em paralelo, observamos, no mesmo interstício, o declínio das instituições de ensino superior públicas no Brasil. A Tabela 2 mostra os números de matrículas e o percentual por categoria administrativa:

Tabela 2 – Número de matrículas em cursos presenciais por Categoria Administrativa, Brasil – 2003

Categoria Administrativa	Total	Porcentagem
Pública	1.136.370	29,2%
Privada	2.750.652	70,8%
Total	3.887.022	100%

Fonte: Deaes/INEP/MEC.

Os dados da tabela acima são de 2003, primeiro ano após o fim do último governo FHC. Os dados nos mostram que o ensino superior privado não domina somente no número de instituições como também absorve a maioria dos estudantes matriculados, chegando a 70,8% do total de matrículas nesta modalidade de ensino, ficando os demais 29,2% destas a cargo das IES públicas. Ao descrever as reformas

educacionais de ensino superior nos governos Lula da Silva, voltaremos a analisar esses dados e sua evolução.

Não podemos negligenciar que as políticas educacionais da década de 1990 indubitavelmente contribuíram para avanços significativos no acesso à educação, principalmente na base do processo de formação, proporcionando o acesso de grupos que, no passado, foram alijados desse direito social. Esses avanços contribuíram também para discussões e ampliação desse direito a outros níveis de educação, como o acesso ao ensino superior.

Nesse contexto, é relevante analisar de forma crítica as políticas públicas colocadas em prática, os avanços, os retrocessos e as novas demandas surgidas a partir da prática, pois o caráter da educação

[...] é múltiplo. De fato, em certo sentido, pode-se dizer que em tal sociedade há tantos tipos quanto meios de educação diferentes. Tal sociedade, por exemplo, é formada por castas? A educação variará de uma casta para outra; a dos aristocratas não era igual à dos plebeus [...] Ainda hoje, não vemos a educação variar com as classes sociais ou mesmo com os habitats? A da cidade não é igual a do campo, a do burguês não é a mesma do operário (DURKHEIM, 2012, p. 50).

A afirmação de Durkheim nos faz entender a existência e as contradições das políticas públicas postas em prática no período ora em discussão. Observando dados do MEC, concluímos que avançamos no número de alunos matriculados, na universalização do ensino fundamental, no crescimento significativo de ingresso no ensino médio. Por outro lado, observamos a manutenção da educação para o mercado de trabalho, ao qual a classe trabalhadora possui limitado acesso, ou seja, sua inclusão é limitada à preparação para os postos inferiores do sistema econômico em vigor, e os membros das classes média e superior são os que possuem condições diferenciadas de acesso à educação (INEP, 2014; CASTEL, 1995).

Mantém-se, com essas políticas educacionais, a estagnação social dos indivíduos excluídos pelo modelo neoliberal; na prática, temos uma escola para os operários e outra para a classe dominante. Em um país historicamente desigual, uma educação que não cumpre seu papel de promover a igualdade social e a superação da marginalidade reforça e legitima a dominação social de um grupo sobre os demais, ampliando o contingente de “desfilados” do sistema e funcionando como um aparelho reprodutor das condições sociais de forma implícita ou explícita (CASTEL, 1995).

O aumento numérico de pessoas que tiveram acesso à educação, nas últimas décadas, contribuiu de forma substancial para uma mudança significativa das raízes historicamente desiguais de nosso país, porém devemos ser atenciosos ao analisarmos o alcance das políticas públicas durante os anos de 1990, uma vez que “o simples acesso à escola é condição necessária, mas não suficiente para tirar das sombras do esquecimento social milhões de pessoa cuja existência só é reconhecida nos quadros estatísticos” (MÉSZÁROS, 2008, p.11).

Elevar o número de acessos à educação é importante. Fomentar um ensino que proporcione o rompimento com a reprodução dos valores que perpetuam uma concepção de mundo baseada na sociedade mercantil é primordial. É necessário se discutir e implantar um modelo de sociedade na qual as práticas educacionais permitam aos educadores e educandos trabalharem as mudanças necessárias para a construção de pessoas críticas, agentes políticos capazes de pensar e agir, a partir de sua práxis social, construindo a luta por seus direitos como ser humano e não apenas por um trabalho que os tornará consumidores e reprodutores, propiciando condições para que esses indivíduos se emancipem (FREIRE, 2013; SANTOS, 2003; BAUMAN, 1999a).

O panorama do direito à educação no Brasil, no final do século XX, é desafiador. O século XXI requer uma educação capaz de romper a lógica mercantilista e adentrar na esfera da emancipação, fortalecendo e ampliando a democratização e o acesso ao ensino superior, bem como concentrando suas ações na quebra dos paradigmas tradicionais de concentração de riquezas e renda pelas elites. As políticas públicas de inclusão educacional necessitam serem revistas e ampliadas ao patamar de intervenção efetiva no combate às desigualdades sociais (SAVIANI, 2009).

3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NOS GOVERNOS LULA DA SILVA (2003-2010)

A partir de 2003, após a transição democrática de governo, a primeira de um presidente eleito para outro desde o retorno da democracia, chega ao Palácio do Planalto o Partido dos Trabalhadores. Sendo este fortemente ligado aos movimentos sociais, assistimos a um aumento considerável das políticas públicas, em razão do fortalecimento da democracia e do equilíbrio conquistado no campo político, por efeito do presidencialismo de coalizão. Por outro lado, tivemos um cenário econômico propício graças a uma política de conciliação de classes que buscou o equilíbrio entre a acumulação de capitais e a busca de equidade através da efetivação dos direitos sociais propostos pela Constituição de 1988 (AVRITZER, 2016).

3.1 AS MUDANÇAS ECONÔMICAS E SOCIAIS NOS ANOS INICIAIS DO SÉCULO XXI

As políticas econômicas desenvolvidas pelo governo Lula da Silva foram responsáveis pela pujança vivida pelo país nos anos iniciais do século XXI. Bolsa família; Minha Casa, Minha Vida; ganho real do salário mínimo; redução de impostos para fortalecimento do consumo; política de crédito rural; microcrédito e políticas educacionais. Esses programas se concatenaram e proporcionaram um desenvolvimento econômico e um acesso a bens culturais e de consumo a uma parcela da população brasileira excluída desses direitos.

Para o desenvolvimento dessas políticas públicas, foi necessária uma estrutura republicana consolidada, ou seja, independência entre os três poderes e constância de direitos sociais capazes de consolidar gradativamente o acesso à cidadania e a participação de diversos setores da sociedade nas decisões coletivas. Destacando-se, neste espaço, os conselhos municipais e estaduais, os Planos Plurianuais, o Orçamento Participativo (OP) e as conferências nacionais. Esses instrumentos de participação possuem papel fundamental nas discussões, elaborações e efetivação de políticas públicas capazes de intervir nas lacunas históricas que são responsáveis pelas desigualdades.

Essa estrutura, em pleno desenvolvimento na primeira década do século XXI, é fundamental para o acolhimento por parte do Estado de demandas oriundas dos diversos setores organizados da sociedade e a construção de agendas públicas e participação desses setores sociais nas decisões inerentes às políticas públicas. Esse fenômeno proporciona uma mudança na estrutura social e de sua dinâmica nas últimas décadas (CALDAS, 2008).

A participação dos indivíduos nas discussões públicas, na concepção e na estruturação das tomadas de decisão, embora limitadas a um setor restrito da sociedade, é expressiva, pois propõe alterações no modo de vida e no imaginário dos cidadãos, dos grupos e das classes sociais. No que tange à participação, a massificação da internet e as redes sociais criaram um vasto espaço de participação e debates que ampliaram a presença de ideias nas discussões e acompanhamento das ações do Estado (CASTELLS, 2013).

No que tange às políticas públicas educacionais de ensino superior, precisamos levar em consideração as peculiaridades do ensino superior frente aos outros níveis da educação. Considerando essa etapa como construtora de deliberações capazes de reorientar a estrutura social, “em virtude da natureza de suas próprias atividades – a pesquisa, a formação profissional, entre outras - o sistema tende a desenvolver padrões muito próprios de ação” (SAMPAIO, 2000, p.165).

As mudanças na educação superior brasileira que enxergamos hoje vêm, desde a metade da década de 1990, no período pós LDB, passando por modificações significativas decorrentes de uma ampla reforma desse nível de ensino. As transformações vividas pelo sistema brasileiro são fruto do processo de reestruturação do capital disseminado pelos Organismos Internacionais – OI's, como economia do conhecimento, segundo a qual os indivíduos devem buscar sua qualificação profissional para alcançar postos no mercado de trabalho. Esse modelo coloca sobre responsabilidade do trabalhador seu sucesso ou fracasso no mundo do trabalho ao impor a ideia de que existem postos de trabalho, o que faltam são pessoas qualificadas para ocupar esses postos.

O ensino superior passa a ser visto como porta para essa qualificação e posterior inserção no mundo do trabalho em postos de melhor remuneração. E essa regulação do ensino superior, imposta pelos OI's, possuem características peculiares e, de forma geral, são regidos pela

maior articulação entre sistemas educativos e o setor produtivo; expansão de número crescente de alunos; racionalização na utilização de recursos públicos e prestação de contas, conjugada com autonomia e avaliação centrada nos resultados; adoção de gestão estratégica e de governos empreendedores para as instituições de ensino superior (IES); maior regionalização e atendimento ao meio econômico e social em que as instituições estão inseridas; diversificação das fontes de financiamento; expansão das IES privadas e reorganização curricular (FERREIRA; OLIVEIRA *apud* GOMES; OLIVEIRA, 2012, p. 96).

As políticas públicas de democratização do ensino superior possuem um caráter dualizante. Por um lado, são antidemocráticas: por não garantir a igualdade de oportunidades para todos os indivíduos. Por outro, os êxitos em ampliar o acesso de grupos que antes não participavam do acesso ao direito à educação pública proporcionam a inclusão de um segmento que contribuirá para o debate e ampliação dessas políticas sociais, por serem sujeitos que vivenciam as desigualdades em seu cotidiano.

É, nesse ambiente dúbio, que podemos construir o rompimento da lógica do atraso e da segregação social, características de nossa sociedade. E as políticas públicas de ensino superior postas em prática nos governos Lula da Silva são fundamentais para a saída de milhões de brasileiros da área de exclusão do acesso ao ensino superior.

Os governos Lula da Silva (2003-2010) marcaram uma época de avanço das políticas públicas de caráter social. Esses governos propuseram um pacto social mediante os preceitos da Terceira Via e, no campo político-econômico, denotaram um perfil neoliberal-popular, por manter traços da política econômica de seu antecessor, como a forte presença dos mecanismos de mercado aliada à dialética presença do Estado em diversos programas que conseguiram impactar bem ou muito bem as classes populares e privilegiadas (NEVES *apud* LESBAUPIN, 1999; GOMES; OLIVEIRA, 2012).

Para Gomes e Oliveira (2012 p. 102), os governos Lula promoveram uma reforma na educação superior que foi guiada por meio da

[...] promulgação de leis e decretos que apontaram mais para uma continuidade do que para a ruptura com as políticas para a educação superior do governo anterior. Apesar da opção dessa direção, deve-se ressaltar a criação do sistema nacional de avaliação da educação superior (Sinaes), certa recuperação dos montantes de recursos de custeio e uma significativa expansão das Instituições Federais de Ensino Superior.

Esses investimentos propiciaram a interiorização das instituições de ensino superior federais nas unidades da federação, promovendo a inserção dessas

populações no ensino superior. Um dos mecanismos para essa expansão foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior (BRASIL, 2017), sendo este um importante mecanismo de democratização do ensino superior pelo governo federal e de cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) 2011/2020.

O PNE estabeleceu relações entre as políticas de públicas de inclusão educacional e propôs a interação entre elas. Primeiramente, podemos citar a utilização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como critério de acesso à educação superior, fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do ensino médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitem a comparabilidade dos resultados do exame, fortalecendo a imparcialidade do método de acesso ao ensino superior, através de um sistema de seleção unificado que reúne as vagas de todas as IES do Brasil.

Em segundo lugar, a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior, para cinquenta por cento, e da taxa líquida, para trinta e três por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurando a qualidade da oferta, o que tiraria o país do grupo dos países com a menor proporção aluno/vaga do mundo. Além disso, a ampliação da oferta de vagas por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior, através do Reuni, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do Sistema Universidade Aberta do Brasil, considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observando as características regionais das micro e mesorregiões definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em prol da uniformização da expansão no território nacional; ação essa que a médio e longo prazo serão responsáveis pela redução da quantidade de bolsa do programa, pois a meta é a ampliação das vagas nas IES públicas ao invés da compra de vagas nas IES privadas.

Podemos citar também a ampliação, por meio de programas especiais, das políticas de inclusão e de assistência estudantil, nas instituições públicas de educação superior, de modo a ampliar as taxas de acesso à educação superior de estudantes egressos da escola pública, apoiando seu sucesso acadêmico. E ainda ampliação da participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na

educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei, ou seja, o sistema de cotas” (BRASIL, 2017).

O governo Lula da Silva afirma que a educação superior é um bem público que possui uma função social, impondo à universidade uma relevância e um papel social estratégico para o progresso econômico da nação e das regiões em que as IES estão localizadas (FERREIRA; OLIVEIRA *apud* GOMES; OLIVEIRA, 2012).

Com o conjunto de políticas públicas de educação superior implantadas, o Governo Federal retomou o crescimento do ensino superior público, proporcionando condições para a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior.

No final de 2011, haviam sido criados quatorze novas universidades e mais de cem novos campi nas IES públicas, que possibilitaram a ampliação de vagas e a criação de novos cursos de graduação, ampliando significativamente o número de matrículas no ensino superior público. Essa expansão da rede federal não foi suficiente para suprir a carência de vagas no ensino superior no país.

A inclusão da maioria da população excluída dessa modalidade, desde os primórdios da implantação do ensino superior no país, requer do Estado um número maior de políticas públicas de inserção na educação superior. Surge, nesse vácuo, o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), política pública que, em sua essência, possui a parceria com instituições privadas de ensino superior.

As políticas públicas educacionais, nesse caso específico, o PROUNI, foi forjado no esteio das condições históricas do acesso à educação superior ou da negação desse direito, concatenadas com a política econômica, “precisamente do processo estatal de alocação e distribuição de valores. Está, portanto, no centro do confronto entre interesses de grupos e classes” (ABRANCHES, 1994, p.10), influenciados constantemente pela correlação de forças inerentes aos dissensos que formulam as regras sociais entre a acumulação, a expansão do capital e a busca pela igualdade social. Trata-se, portanto, de uma ação afirmativa que, na prática social, possui um caráter de inclusão em diferentes aspectos (BOURDIEU, 2012).

3.2 O PROUNI E A REFORMA DEMOCRÁTICA DA UNIVERSIDADE

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), o PROUNI tem por finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas (BRASIL, 2017).

Criado pelo Governo Federal em 2004, através de medida provisória, e instituído através da Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005, oferece, em contrapartida, isenção de tributos às instituições privadas que aderem ao Programa. As IES que aderiram ao programa obtiveram isenção dos seguintes impostos: Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS).

Colleoni (2012) esclarece que o objetivo estabelecido na lei que instituiu o programa é conceder bolsas de estudos parciais e integrais aos estudantes egressos do ensino médio que preencham os requisitos definidos pela lei em IES privadas, com ou sem fins lucrativos.

A bolsa é destinada aos estudantes com renda familiar *per capita* máxima de três salários mínimos, que cursaram todo o Ensino Médio em escolas públicas ou, em colégios particulares, com bolsa integral; aos alunos com necessidades especiais; e aos professores da rede pública que desejem fazer um curso de licenciatura em áreas específicas ou pedagogia, independente da renda (BRASIL, 2017).

A inserção desses indivíduos contribui para a redução das desigualdades sociais ao incluir no ensino superior grupos sociais distintos, rompendo com a concessão de privilégios e pondo, no mesmo espaço, indivíduos de origens diferentes, o que possibilita o debate salutar sobre a sociedade e seus problemas (SANTOS, 2011).

A inclusão de estudantes de baixa renda no ensino superior gera uma preocupação com a manutenção desses indivíduos nas IES das quais são bolsistas. É necessário, então, que o Estado desenvolva políticas públicas de permanência dos estudantes, pois cursar uma graduação requer, para além da bolsa de estudos, outras despesas que a renda dos indivíduos não suporta, como: transporte, material didático, alimentação. Essas políticas complementares facilitam a efetivação da

continuidade dos estudos durante todo o período do curso superior. Para garantir essa continuidade, o programa se integra com outras políticas públicas e desenvolvem ações conjuntas ou complementares, desde a inserção até a permanência dos estudantes no ensino superior. Dessa forma, o programa está imbricado com outras políticas de Estado, dentre as quais destacamos:

O ENEM

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) surgiu em 1998, com o objetivo de avaliar o rendimento dos alunos egressos do ensino médio, ou seja, uma ferramenta de avaliação. Na atualidade, o ENEM é utilizado para substituir o vestibular tradicional, tornando o acesso ao ensino superior mais democrático, já que os estudantes que realizam o exame podem usar suas notas para pleitear vagas nas universidades públicas através do Sistema de Seleção Unificada (SISU) e participar da seleção do PROUNI, sendo esta condição necessária para pleitear a bolsa de estudos. Portanto, esta é uma importante política na democratização do acesso ao ensino superior (BRASIL, 2017).

Bolsa permanência

A Bolsa Permanência é um benefício com o valor máximo equivalente ao praticado na política federal de bolsas de iniciação científica, destinada exclusivamente ao custeio das despesas educacionais de beneficiário de bolsa integral do Programa Universidade para Todos (PROUNI). A referida bolsa destina-se a estudantes que, além de ter bolsa integral, estão matriculados em cursos presenciais, com, no mínimo, seis semestres de duração, e cuja carga horária média seja igual ou superior a seis horas diárias de aula, de acordo com os dados cadastrados pelas instituições de ensino junto ao MEC. A seleção dos bolsistas aptos ao recebimento da bolsa é realizada mensalmente, no primeiro dia de cada mês, observado o cálculo da carga horária e a disponibilidade orçamentária e financeira do Ministério da Educação. Ressaltamos que ela é de fundamental importância para estudantes bolsistas de baixa renda, permitindo a permanência e a posterior conclusão do curso superior.

O benefício da Bolsa Permanência abrange todos os meses do ano, e o seu pagamento é realizado na primeira quinzena do mês subsequente à sua

competência. É permitida a utilização da Bolsa Permanência somente durante o prazo mínimo de integralização do curso, contado a partir do primeiro mês de concessão da bolsa. O estudante deixará de receber o benefício caso tranque ou encerre a sua matrícula. O período em que a matrícula permanecer trancada será considerado como de efetiva utilização da Bolsa Permanência. Dentre as regras estabelecidas, está a de utilização adequada da referida bolsa, que será encerrada nos seguintes casos: quando houver encerramento da bolsa de estudo do PROUNI; quando o estudante for transferido para outro curso que não se enquadre nos critérios de concessão da Bolsa Permanência; quando constatado que o benefício não está sendo usado para o custeio de despesas educacionais do bolsista; quando constatada inidoneidade de documento apresentado ou falsidade de informação prestada pelo bolsista; quando solicitado pelo estudante (BRASIL, 2017; FERREIRA, 2012).

O Fies

O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que é operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação não gratuita na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores, na forma da Lei 10.260/2001. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. O programa é utilizado pelos estudantes que alcançam a bolsa de 50% do PROUNI e não possuem condições de custear a diferença (BRASIL, 2017).

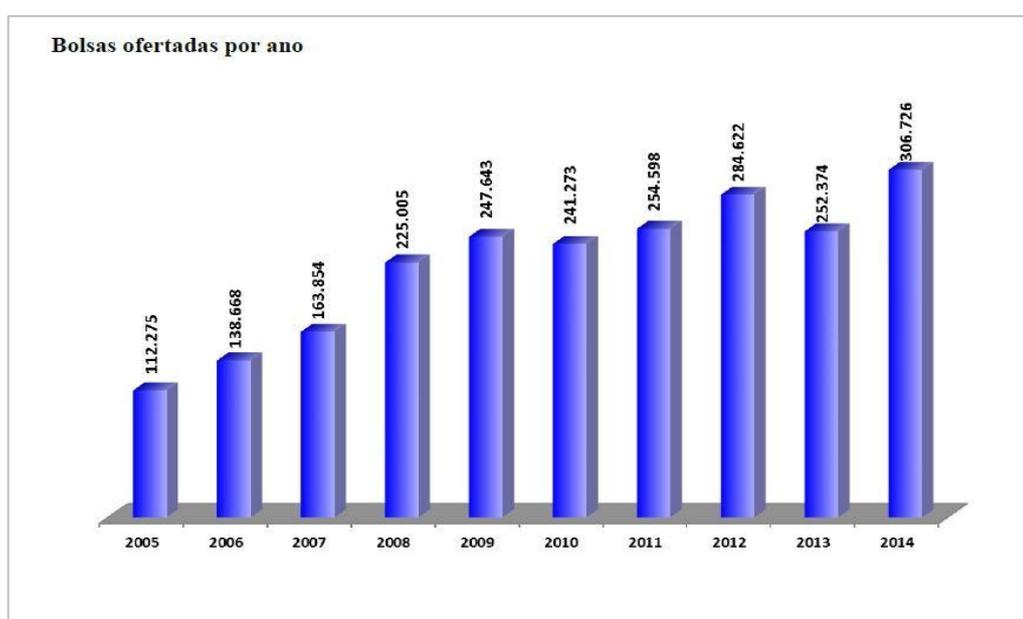
Transporte

O deslocamento até as IES onde são bolsistas é um dos maiores desafios desses estudantes. No nosso local de pesquisa, o município de Pacajus, destacamos uma importante política pública municipal de transporte de estudantes universitários para a capital, Fortaleza, sede das principais IES parceiras do PROUNI. Esse transporte ofertado pelo poder executivo local é fundamental para que os estudantes de baixa renda possam concluir seus cursos no ensino superior (PACAJUS, 2017).

Após doze anos de sua implantação, o PROUNI já atendeu, desde sua criação até o processo seletivo do segundo semestre de 2016, mais de 1,9 milhão de estudantes, sendo 70% com bolsas integrais (BRASIL, 2017).

Contudo, para fins deste estudo, iremos trabalhar com os dados consolidados pelo MEC no ano de 2014, que estão disponíveis no endereço eletrônico do Ministério. O interstício entre o primeiro ano de vigência do programa 2005 e o último ano consolidado é de exatamente dez anos, e os números disponíveis são os seguintes:

Gráfico 1 – Bolsas ofertadas pelo MEC por ano

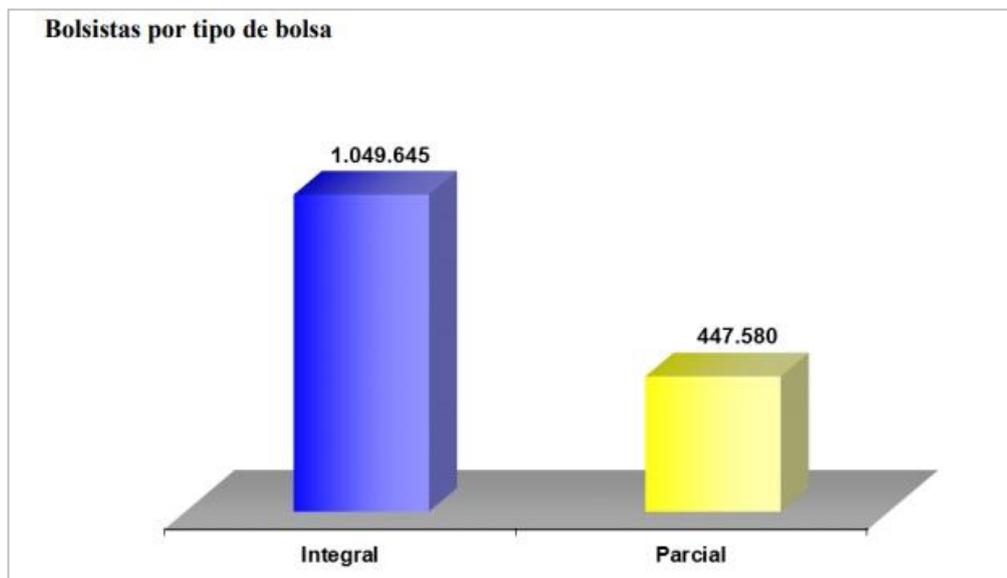


Fonte: Sisprouni¹ (2015).

O número de bolsas ofertadas cresceu em praticamente todos os anos, saindo de 112.275 bolsas, em 2005, para 306.726, em 2014; um acréscimo de quase trezentos por cento, totalizando 1.497.225 de bolsas ofertadas entre integrais e parciais.

Dado importante para a compreensão da dimensão da política pública ora em análise, além do número geral consolidado, é o da quantidade de bolsas ofertadas por modalidade, integral ou parcial:

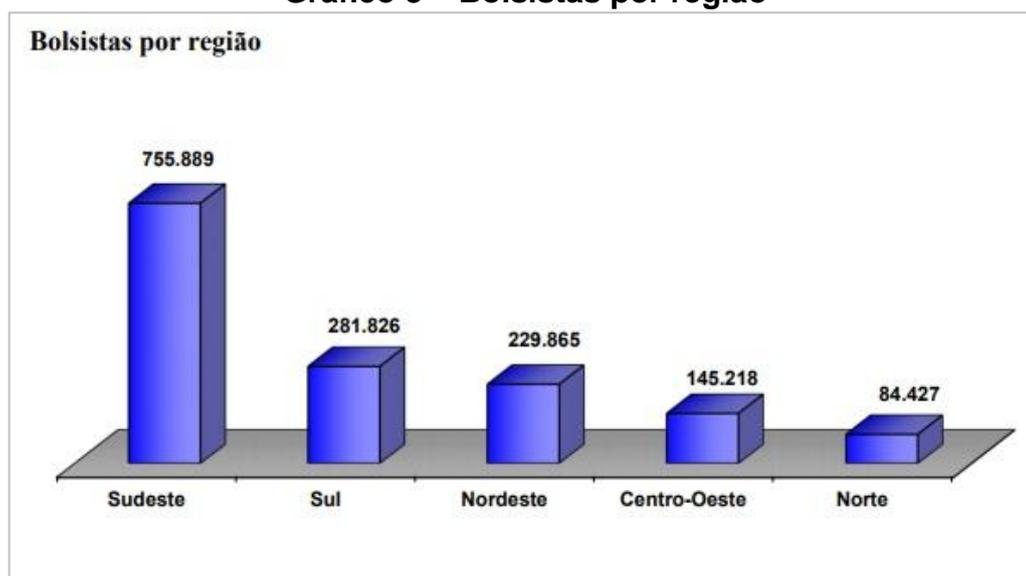
¹ Acesso em: 11 fev. 2017.

Gráfico 2 – Bolsas ofertadas por tipo

Fonte: Sisprouni² (2015).

As bolsas integrais representam a imensa maioria das bolsas ofertadas, chegando ao total de 70%, ficando os demais 30% para os estudantes que receberam bolsas parciais. Assim, temos a maioria dos beneficiados pelo programa com bolsas integrais, sendo este um fator que facilita a permanência no curso.

Apresentamos a seguir a distribuição das bolsas por regiões do Brasil, como segue no Gráfico 3:

Gráfico 3 – Bolsistas por região

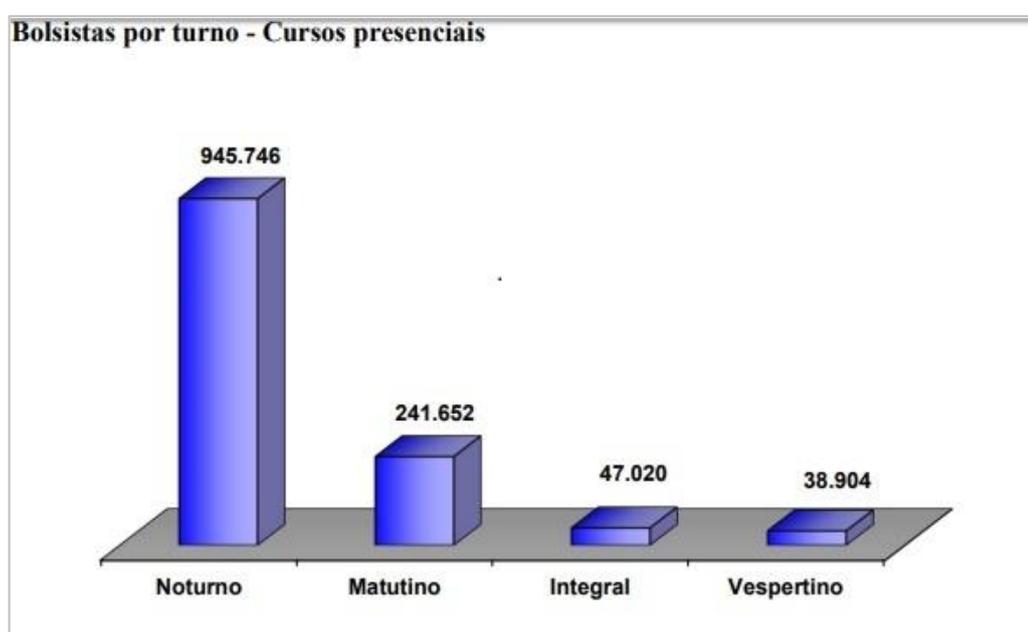
Fonte: Sisprouni³ (2015).

² Acesso em: 11 fev. 2017.

A região Sudeste concentra 50% das bolsas ofertadas pelo programa, ficando os demais 50% das bolsas divididos entre as demais regiões da federação na seguinte proporção: 19% na região Sul, 15% na região Nordeste, 10% na região Centro-Oeste e 6% na região Norte. Essa distribuição leva em consideração a distribuição da população pelo território de acordo com dados do IBGE.

Corroborando com a importância do PROUNI como uma ferramenta de inclusão da classe trabalhadora no ensino superior, o Gráfico 4 demonstra a distribuição das bolsas ofertadas pelo programa nos respectivos turnos.

Gráfico 4 – Bolsistas por turno



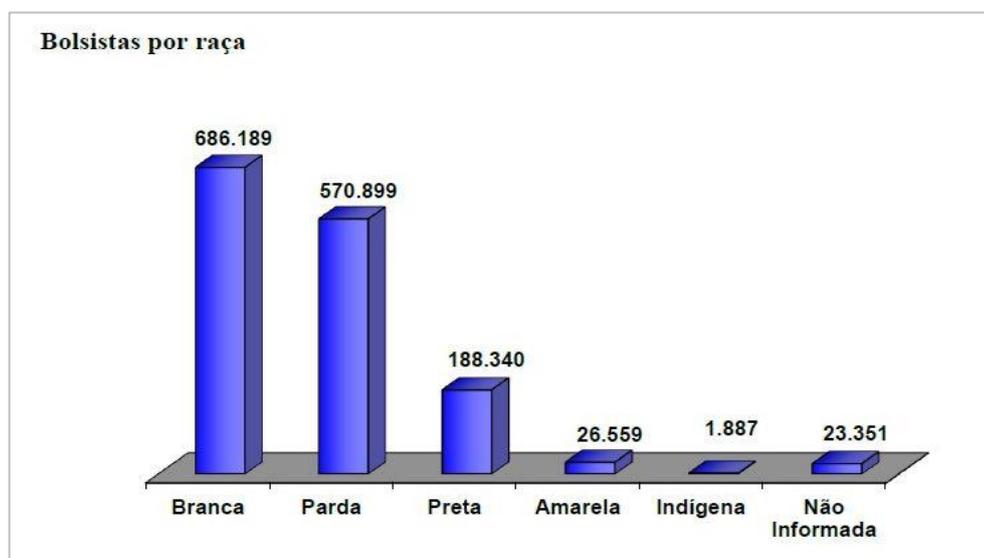
Fonte: Sisprouni⁴ (2015).

Como demonstrado no gráfico, a grande maioria dos estudantes bolsistas do programa, 74%, estudam no turno noturno. Essa condição primeira para poder conciliar os estudos no ensino superior com o trabalho que é fundamental para a manutenção de despesas inerentes aos cursos no qual estão matriculados.

Outro dado importante que devemos levar em consideração é a distribuição étnico-racial, conforme é demonstrado no gráfico a seguir.

³ Acesso em: 11 fev. 2017.

⁴ Acesso em: 11 fev. 2017.

Gráfico 5 – Bolsistas por raça

Fonte: Sisprouni⁵ (2015).

A presença dominante é da etnia branca e parda, sendo os pretos um percentual menor, representando 12,5% do total de bolsas no período. Esse dado reforça a importância de políticas afirmativas capazes de promover a equidade do acesso, a permanência dos excluídos no ensino superior e a sua inclusão social, que só é possível com a polarização de processos contraditórios e a construção de um projeto de país baseado em um contrato social, englobando os amplos setores da sociedade e tendo a educação como um bem público com uma função social (SANTOS, 2003).

No Brasil, vivenciamos, na primeira década do século XXI, como discutido acima, um processo de democratização do acesso ao ensino superior através de políticas públicas inovadoras. Compreendemos a educação como responsável direta pela ascensão social e defendemos que o acesso ao conhecimento de nível superior deve ser desenvolvido através de mecanismos cooperativos em contraponto ao domínio neoliberal.

O debate sobre formas alternativas aos privilégios de um em detrimento da maioria precisa acontecer para que elas sejam impostas ao modelo de educação, fortalecendo um caráter de cooperação social ao invés da competição predatória. As dificuldades herdadas da histórica desigualdade social necessitam e devem ser combatidas no cotidiano, no decurso das relações sociais, mas, para isso, a

⁵ Acesso em: 11 fev. 2017.

educação precisa ser entendida em seu sentido libertário e como um instrumento de emancipação (FREIRE, 2013; MÉSZÁROS, 2008).

A proposta de democratização do ensino superior, no Brasil, é permeada por debates calorosos que englobam as políticas públicas em todas as suas fases. Com o PROUNI não é diferente, o programa foi instituído e posto em prática sobre fortes debates e críticas. Entre as mais ferrenhas, estava a sua criação via MP, Medida Provisória, e a ausência do debate parlamentar na formulação da política pública. Até hoje os debates continuam calorosos: de um lado, os defensores do programa, que reconhecem sua contribuição na democratização do ensino superior; e do outro, seus críticos, para quem o programa tem como finalidade a ampliação da mercantilização da educação – esses críticos baseiam seus argumentos na defesa de que os recursos destinados às parcerias com instituições privadas fossem aplicados na educação superior pública, na contratação de novos professores, assim como poderiam ser abertos todos os cursos de graduação necessários no período noturno para suprir as carências do sistema público de educação superior (OTRANTO, 2006).

Os críticos do PROUNI se embasam em números apresentados pelo próprio MEC, através do censo da educação superior, divulgado anualmente pelo INEP, no qual é possível se certificar de que o setor privado ampliou sua hegemonia no número de matrículas no ensino superior brasileiro graças ao PROUNI. Vejamos a Tabela 3:

Tabela 3 – Evolução do Número de Instituições de Educação Superior, por Categoria Administrativa – Brasil – 2005-2013

Ano	Pública	Privada	Total
2005	231	1.934	2.165
2006	248	2.022	2.270
2007	249	2.032	2.281
2008	236	2.016	2.252
2009	246	2.069	2.314
2010	278	2.100	2.378
2011	284	2.081	2.365
2012	304	2.112	2.416
2013	301	2.090	2.391

Fonte: Censo da Educação Superior. Inep/Deed.

Essa tabela demonstra que, entre os anos de 2005, início do PROUNI, até 2013, últimos dados consolidados pelo Censo da Educação Superior do MEC, tivemos um aumento significativo do número de instituições privadas no Brasil, foram 156 novas instituições nessa categoria. Esse crescimento foi fortalecido especialmente pelas políticas públicas de democratização e de incentivo ao ingresso no ensino superior, especialmente o PROUNI e o FIES. E, se levarmos em consideração a matrícula nas IES por unidade administrativa, veremos que o percentual de participação das instituições privadas aumentou, como podemos comprovar com a Tabela 4.

Tabela 4 – Número de matrículas em cursos presenciais por Categoria Administrativa– Brasil – 2013

Categoria Administrativa	Total	Porcentagem
Pública	1.932.527	26,5%
Privada	5.373.450	73,5%
Total	7.305.977	100%

Fonte: Censo da Educação Superior. Inep/Deed.

Os dados expostos nas tabelas acima são utilizados pelos críticos, engrossando o discurso de que o PROUNI destina vultosos recursos públicos ao fortalecimento do capital privado em detrimento do fortalecimento das instituições de ensino superior públicas. Seguindo o mesmo argumento, o sociólogo Wilson Antunes, em entrevista à revista Carta Capital (PELLEGRINI, 2014), questiona o investimento público no programa, alegando que ele fortalece o ensino privado em detrimento de um ensino de baixa qualidade. De acordo com o autor, os fundos de investimento de educação reestruturam as instituições, reduzindo custos, com o corte de professores e outras medidas que influenciam na qualidade da educação ofertada.

Compreendemos que o PROUNI foi criado em um contexto de democratização e integração das políticas de expansão da educação superior, com foco na ampliação do acesso com qualidade. Para os defensores do programa, o PROUNI conjuga inclusão à qualidade e mérito dos estudantes com melhores desempenhos acadêmicos.

Corroborando com a ideia de que o PROUNI é um programa de inclusão educacional e social importante e que demonstra resultados significativos, expomos os dados da pesquisa realizada por Wainer e Melguizo (2017) publicados pelo portal de notícias G1, em 23 de fevereiro de 2017, no qual os pesquisadores analisaram mais de um milhão de notas de universitários brasileiros no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE). O estudo mostrou que “os estudantes com bolsa do Programa Universidade para Todos PROUNI tiveram nota mais alta do que estudantes não beneficiados pelo programa” (WAINER; MELGUIZO, 2017). O mesmo estudo demonstrou ainda que os estudantes beneficiados de outras políticas públicas, como o FIES e o sistema de Cotas, obtiveram notas equiparadas aos demais universitários que não são beneficiados por políticas públicas.

Esses dados demonstram a importância das políticas de democratização do ensino superior e sua consequente contribuição para inserção, no mundo do trabalho, desses indivíduos, que são capazes de contribuir com os conhecimentos adquiridos nos cursos superiores concluídos por estes, pois as análises das notas do ENADE, que é realizado pelos estudantes em fase de conclusão, medem os "conhecimentos totais adquiridos pelo aluno durante o ensino superior e sua preparação para a futura carreira profissional" (WAINER; MELGUIZO, 2017).

É fato que o PROUNI promove uma mudança substancial no acesso ao ensino superior, proporcionando uma modificação do panorama do acesso a essa modalidade no Brasil inteiro, por sua proposta de divisão equânime de bolsas pelo território nacional.

Haddad e Bachur (2004) defendem, em artigo publicado no jornal Folha de São Paulo, que a concessão de bolsas de estudo surgiu como alternativa complementar, e não antagônica, à universidade pública, tendo em vista que o PROUNI não afetaria os investimentos do setor público e atualizaria o financiamento estudantil. Para eles, enquanto as bolsas atenderiam aos estudantes oriundos das camadas populares, o FIES poderia ser canalizado a uma faixa de renda superior, mais capaz de restituir o financiamento aos cofres públicos, reduzindo o risco da inadimplência e compensando parte significativa das isenções destinadas ao PROUNI.

Os autores elucidam ainda que o programa não obsta a expansão do ensino superior público nem compromete o FIES, discordando também do discurso de que ele é um privilégio às instituições privadas e afirmam que é a remodelagem

de um pacto social e constitucional esquecido. Nesse interim, o antagonismo entre a universidade pública, o FIES e o PROUNI é ilusório, ambos compõem o arcabouço de políticas públicas que tem por finalidade democratizar o ensino superior.

Gomes e Oliveira (2012) divergem, ao afirmar que o PROUNI é uma medida meramente paliativa, que não ataca o cerne do problema em questão: a necessidade de ampliação do acesso ao ensino superior brasileiro público onde os investimentos públicos são direcionados ao capital privado.

Apesar das críticas, é inegável que o PROUNI ampliou o acesso de estudantes de baixa renda ao ensino superior privado. Sólton Caldas presidente da Associação Brasileiras das Mantenedoras de Ensino Superior (ABEMES), em entrevista concedida ao Portal UOL durante as comemorações de dez anos do PROUNI, defende que, apesar das críticas, a parceria público privado deu certo, sendo o maior impacto o social ao gerar oportunidades de vagas no ensino superior para mais estudantes.

O papel social do PROUNI é indiscutível, os demais aspectos precisam e devem ser debatidos, principalmente os que permeiam a relação entre o público e privado. Como em todo processo de construção social, no qual os interesses de classe estão postos no debate, somente a aceitação tácita deve ser tratada como inexorável, por se tratar de uma política social de ampla abrangência e que pode ser usada tanto para a manutenção das desigualdades sociais como para a emancipação dos indivíduos. O debate deve ser perene.

A busca de igualdade de oportunidades, em uma área fundamental para a redução das desigualdades sociais, deve ser respeitada como avanço para a inclusão social. As críticas recebidas pelo programa já demonstram que o mesmo se trata de uma corajosa política pública de inclusão. No próximo capítulo, analisaremos as políticas públicas de democratização do ensino superior e a relação destas com a qualificação profissional e a inserção no mercado de trabalho (SANTOS 2004; DURKHEIM, 2012; CHAÚÍ, 2014; BOURDIEU; PASSERON, 2014).

4 A REFORMA DEMOCRÁTICA DO ENSINO SUPERIOR E POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO: O PROUNI COMO INSTRUMENTO DE MOBILIDADE SOCIAL

Como já discutido neste trabalho, percebemos o PROUNI como uma política pública de inclusão social através da educação, portanto capaz de proporcionar a mobilidade social dos beneficiados pelo programa. Antes da análise dos temas centrais deste capítulo, destacamos a importância da educação para o alcance da mobilidade social e a definição de mobilidade social por nós utilizada neste estudo.

A educação apresenta considerável impacto nas características socioeconômicas e demográficas da população em qualquer país. Diferentes níveis educacionais estão relacionados a diferentes hábitos de saúde, comportamentos reprodutivos, níveis salariais, escolhas religiosas, oportunidades de mobilidade social, formas de participação política. O acesso à educação de qualidade ao longo da vida é imprescindível para a inserção social plena dos sujeitos sociais nos espaços de discussões políticas, de cidadania e na ocupação de postos de trabalho, pois

a desigualdade material está profundamente entrelaçada com a desigualdade não material, sobretudo com a educação desigual, a desigualdade das capacidades representacionais, comunicativas e expressivas e ainda a desigualdade de oportunidades e de capacidades para organizar interesses e para participar autonomamente em processos de tomada de decisões significativas (SANTOS, 2011, p. 267).

O acesso ao ensino superior propicia a participação de grupos sociais em setores outrora inimagináveis, e essa inserção constrói novas visões sobre o mundo no qual esses sujeitos estão inseridos e atuam não como meros expectadores, mas como indivíduos capazes de opinar sobre as representatividades que convergem para novas formas de participação e criam um número cada vez maior de relações democráticas. São nas camadas excluídas da estrutura social que possuem o mínimo de direitos respeitados que são sentidos os golpes do modelo econômico neoliberal imposto nas últimas décadas. A inserção desses indivíduos nos espaços acadêmicos democratiza o acesso e contribui, ao menos subjetivamente, para uma nova experiência de construção de uma nova visão do mundo e o conhecimento de que todo o sofrimento do mundo é feito pelo homem e não é algo necessário e

inevitável e, por isso, pode ser modificado através das relações sociais (SANTOS, 2011).

O PROUNI amplia os espaços de fortalecimento da democracia utilizando-se da inserção dos excluídos e incute, no cotidiano de uma classe excluída, as discussões inerentes ao espaço acadêmico.

O contexto socioeconômico nos governos Lula da Silva (2003-2010), com o conjunto das políticas sociais implantadas, foi favorável à ampliação do acesso ao ensino superior, proporcionado pelo aumento da renda, do nível educacional da população e pelas melhorias nas condições econômicas das famílias que liberam jovens para seguirem estudando ao invés de se dedicarem exclusivamente ao trabalho. A democratização do acesso ao ensino superior foi estimulada por uma série de políticas públicas, como as descritas no anterior capítulo desta pesquisa.

O termo mobilidade social vem sendo largamente utilizado, não somente nos meios acadêmicos, como também nos meios de comunicação. Ao abordar o tema das desigualdades sociais, imbricado com o tema da educação e do trabalho como instrumentos de redução da pobreza no Brasil esse termo está sempre presente. De acordo com Bastos (2004, p.28):

no sentido mais geral, designa-se o termo mobilidade social para indicar a capacidade que um indivíduo ou grupo social tem para se mover dentro do sistema de estratificação social de uma determinada sociedade. Sendo assim a mobilidade social seria um fenômeno de transição de um indivíduo ou de um grupo de uma posição social para outra.

O tema possui vertentes distintas e abrange diversos aspectos da mobilidade, sendo a mobilidade vertical a mais utilizada pelos estudos, visto que estes estão interessados em medir e analisar a quantidade de indivíduos e como esses indivíduos ascendem ou descendem na hierarquia social, investigando a forma como eles vão se alocando na estrutura social estabelecida e de como ocorre esse processo de ascensão. Como nos explica Pastore,

A mobilidade pode ser usada como um indicador de desenvolvimento social. O tipo de mobilidade que melhor desempenha a função de indicador de desenvolvimento social é a mobilidade vertical (PASTORE, 1979, p.3).

Compreendemos que a ascensão social dos indivíduos, ou seja, sua mobilidade dentro da estrutura social não é possível sem as políticas públicas de inclusão social, entre elas as de caráter educacional. A democratização do acesso à educação, principalmente do ensino superior, que é o objeto deste estudo, é,

portanto, essencial para a inserção nesta modalidade de indivíduos oriundos das classes excluídas, que, além do acesso à educação superior e ao trabalho decente, possam discutir e ampliar os mecanismos de democratização ora existentes, para que possamos alcançar equidade na distribuição das riquezas produzidas no país.

O PROUNI é uma política pública de educação que compõe o grupo de ações do Estado que buscam democratizar os espaços de educação superior e tem entre a maioria dos seus beneficiados oriundos da população jovem. Esse grupo é considerado vulnerável socialmente, nesta faixa etária, dos quinze aos vinte e nove anos, pois é onde se concentram os maiores índices de desemprego, consumo de drogas, encarceramento e vítimas de violência. O programa ora em análise figura como uma alternativa no combate a essas mazelas que por sua vez são fruto das desigualdades sociais (BRASIL, 2017; IPEA, 2009).

A construção dessas políticas públicas de democratização e inserção da juventude é uma posição contraditória dos governos Lula da Silva (2003-2010) diante da estrutura neoliberal imposta pelos países de capitalismo central, pois fortalecem o papel do Estado. Mesmo o setor privado apropriando-se das políticas públicas para obtenção de lucros, não podemos descartar a importância dessas ações para o fortalecimento da participação das populações pobres em espaços de discussão e tomada de decisões.

4.1 O PROUNI COMO MECANISMO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E MOBILIDADE SOCIAL

É importante nos determos, neste ponto, para falarmos sobre a importância do PROUNI na qualificação da juventude para o mercado de trabalho, pois a maioria dos bolsistas está nesta faixa etária. Esse seguimento requer atenção especial por sua vulnerabilidade, como já destacado neste trabalho.

Os problemas da juventude ganham espaço na agenda social a partir da década de 1990, período marcado por mudanças estruturais e produtivas internacionalmente. Com a intensificação do capitalismo global de orientação neoliberal, temos o crescimento dos problemas sociais, principalmente nos países ao Sul do globo, os de capitalismo periférico. A redução da presença do Estado e a consequente redução dos direitos sociais impostas pelo neoliberalismo. A agenda

imposta pelos OI's aumenta o desemprego, amplia a precarização das relações sociais, aprofunda a miséria e proporciona uma explosão da violência. O capitalismo vivenciado nos tempos contemporâneos não cumpriu sua promessa de distribuição de riqueza e de paz mundial, o que temos é um crescimento das guerras, da fome e de outras mazelas sociais, e a juventude está no epicentro desse caos social (CASTEL, 1995; SANTOS, 2011; BAUMAN, 1999).

O Brasil possui, de acordo com o IBGE (2010), cerca de 50 milhões de jovens, com idade entre 15 e 29 anos. Esta é a idade estabelecida pelo Estatuto da Juventude, instituído pela lei nº 12.852 de 5 de agosto de 2013, que dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e as diretrizes das políticas públicas de juventude. A partir da primeira década do século XXI, é estabelecida, no âmbito do governo federal, a importância da criação de políticas públicas voltadas para esse setor outrora esquecido de direitos, tendo as políticas públicas destinadas para esse grupo distribuídas entre as políticas de apoio à infância, à adolescência e às políticas destinadas à população adulta, sendo os jovens inseridos nesta última categoria. A partir do ano de 2005, com a implementação da Política Nacional de Juventude (PNJ), foram possíveis avanços importantes na melhoria das condições sociais dessa faixa etária, funcionando como respostas aos graves problemas sociais enfrentados pela juventude excluída dos direitos básicos (BRASIL, 2017).

Os esforços acima elencados buscam superar a visão da juventude como um problema e compreender esses indivíduos como sujeitos de direitos e partícipes na construção da democracia. Dentre os problemas enfrentados pela juventude brasileira, um dos principais é o desemprego juvenil. Para essa camada da população, o acesso a postos de trabalho é, particularmente, crítico, sendo o índice de desemprego entre superior ao índice entre adultos (BRASIL, 2017).

É essencial para o enfrentamento desse problema a confluência de temas como juventude, educação e trabalho. Para a UNESCO (2004), em relatório citado pela Agenda Nacional de Trabalho Decente para Juventude de 2011, destacam-se dois fatores que contribuem para a consolidação das políticas públicas inerentes à juventude, são eles: o fato da ineficiência das instituições de educação em preparar os sujeitos para as demandas exigidas pelo mercado de trabalho formal e a falta de políticas específicas articuladas para esse fim (BRASIL, 2017).

Nesse vácuo, surgem às ações do Plano Nacional de Juventude (PNJ), articuladas através da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), órgão que responde

diretamente à Presidência da República e que sintetiza as políticas interministeriais voltadas à juventude. Ação inovadora que permitiu a inclusão da juventude nos meios de debate e formulação de políticas públicas dentro do Estado brasileiro (BRASIL, 2017).

As políticas de educação e qualificação profissional são paradoxais. Ao mesmo tempo em que se buscam mecanismos de formação e consequente extensão do tempo de formação dos indivíduos, como o prolongamento da faixa etária da juventude para vinte e nove anos, que busca ampliar as chances desse grupo de inserção e melhores postos de trabalho, temos por outro lado a necessidade de inserção desses jovens no mercado de trabalho desde cedo, seja para o acesso aos bens de consumo, fator decisivo para a integração do jovem no grupo social, ou ainda nos setores mais empobrecidos da sociedade pela necessidade de contribuir para a renda familiar (SPOSITO; CARRANO, 2003).

No Brasil, a implementação de políticas de juventude é recente e permeada por conflitos. Sua discussão, elaboração e execução são produtos de conflitos em torno do destino de recursos e bens públicos limitados, por isso, constantemente negociados pelo Estado e pelos setores sociais organizados que buscam a consolidação dos direitos sociais (SPOSITO; CARRANO, 2003).

Ao observar as principais políticas de juventude desenvolvidas pelo governo federal na última década, constatamos que o foco principal destas é a inserção no mercado de trabalho das camadas excluídas pela estrutura desigual expandida com a implantação do modelo neoliberal, proporcionando, através da inclusão no mundo do trabalho, a possibilidade de mobilidade social desses grupos. O PROUNI é um exemplo emblemático desse pensamento presente no governo federal durante os governos petistas.

A qualificação profissional é tema recorrente no mundo do trabalho e está “associada ao processo de evolução do trabalhador dentro de um contexto social de valorização ou não das suas capacidades, que são expressas através do valor de seu trabalho combinada com os níveis salariais” (COSTA, 2012, p. 59), sendo realizada, na maioria das vezes, de forma individual pelo próprio trabalhador, com base nas demandas do mercado na busca por melhores postos de trabalho ou ascensão profissional dentro da empresa.

Costa (2012) analisa a relação qualificação profissional/inserção social, destacando a preocupação da qualificação como uma política pública, na qual a

interferência do Estado é crucial para a garantia do acesso ao emprego e renda como forma de incluir os excluídos, permitindo o acesso aos bens de consumo negados pela condição de vida miserável.

Nessa perspectiva, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) lançou, em 2003, um documento chamado Bases de uma Nova Política de Qualificação. O referido documento estabelece as diretrizes e concepções do conceito de qualificação entendida como uma construção social ao afirmar que:

Uma política de qualificação, que venha a se afirmar como um fator de inclusão social, de desenvolvimento econômico, com geração de trabalho e distribuição de renda, deve nortear-se por uma concepção de qualificação entendida com uma construção social, de maneira a fazer um contraponto àquelas que se fundamentam na aquisição de conhecimentos como processos estritamente individuais e como uma derivação das exigências dos postos de trabalho (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2003, p.23).

A preocupação do governo federal em proporcionar condições de qualificação foi de fundamental importância para a ampliação do número de empregos na primeira década do século XXI. Paralelo às políticas econômicas que proporcionaram um crescimento econômico significativo no Brasil durante os governos Lula da Silva (2003-2010), destaca-se as parcerias com a finalidade de qualificar os excluídos para ocuparem os postos de trabalho surgidos com os avanços.

Ressaltamos, como efetivação da política de qualificação profissional, a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que foi criado pelo Governo Federal, em 2011, por meio da Lei 12.513/2011 e que tem como objetivo expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país. O Pronatec busca ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada aos jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda. De 2011 a 2014, foram realizadas mais de 8,1 milhões de matrículas, entre cursos técnicos e de qualificação profissional, em mais de 4.300 municípios (BRASIL, 2017).

Ao tratar de políticas públicas de inserção de jovens, é necessária uma visão específica sobre o tema, levando em consideração os segmentos em processo de exclusão para os quais as políticas públicas são a única expectativa de rompimento do ciclo de pobreza (CASTEL, 1995).

De outra parte, devemos levar em consideração que, além desses segmentos

há uma inequívoca faixa de jovens pobres, filhos de trabalhadores rurais e urbanos (os denominados setores populares e segmentos oriundos de classes médias urbanas empobrecidas), que fazem parte da ampla maioria juvenil da sociedade brasileira e que pode estar, ou não, no horizonte das ações públicas, em decorrência de um modo peculiar de concebê-los como sujeitos de direitos (SPOSITO; CARRANO, 2003, p.19).

Diante dessas particularidades, as políticas públicas de qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho da juventude brasileira devem levar em consideração as particularidades desse grupo para o aproveitamento do potencial e a conquista do almejado espaço no mercado de trabalho.

É nesse contexto que nosso objeto de estudo, o PROUNI, está inserido, uma política pública de acesso à educação, funcionando como um instrumento de qualificação profissional da juventude e sua consequente inserção no mercado de trabalho, proporcionando condições de mobilidade social.

4.2 EMPREGABILIDADE E MOBILIDADE SOCIAL

O conceito de empregabilidade surgiu na década de 1990 e concatena-se com a capacidade do indivíduo de conseguir inserir-se no mercado de trabalho, manter-se no emprego e posteriormente conseguir promoções e desenvolver suas competências e habilidades na aquisição de novos conhecimentos. Esse conceito está imbricado ao esforço do indivíduo, destinando a sua própria responsabilidade a sua inserção ou não no mercado de trabalho, não levando em consideração a responsabilidade do Estado na construção de condições para a geração de emprego e renda. Nesse panorama, não podemos deixar recair sobre o indivíduo a responsabilidade pelo fracasso diante da empregabilidade para Frigotto (1997, p.63) não podemos:

confundir o papel da educação, da formação e qualificação no processo social e produtivo com o suposto, a meu ver falso, de que políticas educacionais e de formação profissional tenham a virtude de que os indivíduos criem seu próprio emprego.

É necessário estabelecer a associação entre a qualificação profissional e as oportunidades de emprego desenvolvidas no Brasil no momento vivido para a

formulação das políticas de qualificação profissional desenvolvidas. A alteração veloz do mundo do trabalho e suas exigências contemporâneas precisam ser consideradas. A juventude é, nesse cenário, a que mais sente as consequências das exigências e habilidades estabelecidas pelo mercado de trabalho, em que

A empregabilidade é uma construção social, evolutiva e dinâmica, e não uma atribuição isolada e exclusiva dos indivíduos; essa construção emerge atrelada a um outro requisito a cada instante mais demandado: a qualidade de vida e do trabalho como direitos substantivos. (CORTELLA; FRIGOTTO, 1997, p. 22).

A afirmação acima nos permite pensar que na área das políticas públicas está o campo propício para a resolução dos entraves que levam ao alto índice de desemprego juvenil. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em documento publicado em 2014, que aborda a questão do acesso de jovens ao mercado de trabalho,

O processo de entrada dos jovens no mercado de trabalho envolve algumas questões particulares, que normalmente não são observadas da mesma maneira nas transições de outros grupos de trabalhadores. Essas diferenças estão associadas principalmente a questões de informação. Por um lado, os empregadores possuem pouco conhecimento sobre os jovens sem experiência prévia, enquanto, por outro, esses mesmos jovens ao fazerem a transição da escola para o mercado de trabalho também carecem de informações sobre as tarefas desenvolvidas ou sobre o ambiente em cada tipo de emprego. Além disso, o fato de o desempenho em várias atividades geralmente depender da experiência do indivíduo no emprego também contribui para que os jovens sejam muitas vezes pouco valorizados. (IPEA, 2014, p.143).

Na atual conjuntura, torna-se preponderante a imbricação das políticas públicas educacionais e de qualificação profissional para se atingir o objetivo da empregabilidade da juventude. Considerando que

a inserção dos jovens brasileiros no mundo do trabalho se dá de forma precária e difícil. Além de constituírem o grupo etário mais desfavorecido pelas condições restritivas de emprego, também reproduzem em si as desigualdades de gênero e de renda presentes na população brasileira como um todo (IPEA, 2009, p.121).

Portanto, é necessário que “as políticas de emprego para jovens não apenas enfrentem um problema social importante, mas também respondam à herança da desigualdade social pretérita e presente.” (IPEA, 2009, p.121).

Ainda no tocante às limitações impostas pelo modelo econômico aos jovens, coadunamos com o pensamento de Pochmann (1998, p. 94) para quem

De um lado, a ausência de uma fase completa de estruturação do mercado de trabalho durante o ciclo virtuoso de crescimento econômico (de 1933 a

1980) comprometeu a conformação de um padrão de inserção ocupacional do jovem brasileiro nas mesmas condições de integração do jovem ao mundo do trabalho alcançadas pelas economias avançadas. De outro lado, o recente movimento de desestruturação do mercado de trabalho, influenciado diretamente pelo ciclo vicioso de baixo crescimento econômico desde os anos 80, apresenta-se suficiente tanto para desgastar o antigo padrão de inserção ocupacional do jovem quanto para torná-lo ainda mais instável e precário.

A estrutura econômica vigente é marcada pela mudança cíclica do capital, na qual prevalece, neste início de século XXI, o capital especulativo, que tem como principal consequência a redução dos postos de trabalho, como forma de maximização dos lucros. Nesse contexto, o acesso à renda e à mobilidade social dos jovens é um desafio gigantesco ao Estado brasileiro que

diante do quadro de altas taxas de desemprego juvenil e da precariedade das ocupações produtivas atualmente disponíveis aos jovens, as políticas de juventude se veem diante de duas opções no que se refere ao trabalho. A primeira é preparar o jovem para fazer a transição, procurando facilitar sua contratação e oferecer-lhe melhores oportunidades de trabalho. A segunda é, ao contrário, prolongar sua escolarização, o que eventualmente redundaria em desincentivar sua entrada no mercado de trabalho (IPEA, 2009, p.121).

A educação é uma política pública fundamental para a preparação dos indivíduos para a inserção no mundo do trabalho, seja de forma rápida, com cursos profissionalizantes que aumentem as chances presentes de inserção no mercado de trabalho, seja incentivando os jovens através de políticas de inclusão no ensino técnico ou superior, o que retarda seu ingresso no mercado, porém o qualifica melhor, ampliando suas chances, considerando que o processo de formação do trabalhador é permeado pelo conjunto das experiências adquiridas no espaço de preparação educação básica e profissional, como na sua experiência no mercado de trabalho (COSTA, 2012).

A educação, a formação e o treinamento do indivíduo é parte do processo de desenvolvimento integral do ser humano, tanto físico quanto intelectual e moral, permitindo seu desenvolvimento individual e sua integração social, tendo o Estado papel de assegurar melhores condições de formação dos trabalhadores, em especial a juventude que sofre com o desemprego ou com a falta de postos de trabalho decentes (MUSA *apud* COSTA, 2012, p. 62).

4.3 TRABALHO DECENTE PARA A JUVENTUDE

O acesso ao trabalho tem sido o principal desafio nos anos finais do século XX e nas primeiras décadas do século XXI para as camadas excluídas. O capitalismo neoliberal que estabeleceu sua hegemonia no período acima descrito construiu sua estrutura ao ponto de não precisar dos trabalhadores, criando uma massa de excluídos da sociedade (CASTEL, 1995).

Hannah Arendt (2013, p.6) cravou décadas antes que a automação e a modernização do sistema capitalista trariam o que há de pior para a humanidade, uma sociedade de trabalhadores sem trabalho, sem a única atividade que lhes resta, complementando que “certamente nada poderia ser pior”.

O trabalho continua sendo uma referência não só econômica, mas também psicológica, cultural e simbólica de inserção social, capaz de fomentar a cidadania, sendo a condição de inserido no mercado de trabalho agente fundador da dignidade social como partícipe na produção da sociedade. A não inclusão nesse mundo do trabalho, aprofunda a exclusão, impondo a “desfiliação” da sociedade e não uma libertação de algo penoso (CASTEL, 1995).

A parcela da população entre quinze e vinte e nove anos que compõem a juventude é hoje, no Brasil, cerca de 20% dos brasileiros e sofre com a não inserção no mercado de trabalho (IBGE, 2017).

O trabalho na juventude é um tema que tem adquirido grande importância nas últimas décadas, em especial nos países de capitalismo tardio, como o caso do Brasil, tanto pela contribuição que esse grupo pode dar ao crescimento econômico quanto pelas altas taxas de desemprego juvenil que existem. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT),

Uma parte significativa da juventude brasileira apresenta grandes dificuldades em conseguir uma inserção de boa qualidade no mercado de trabalho. Frequentemente, essa inserção é marcada pela precariedade, o que torna difícil a construção de trajetórias de trabalho decente. Elevadas taxas de desemprego e de informalidade, e baixos níveis de rendimentos e de proteção social evidenciam essa dificuldade. Em termos relativos, os jovens apresentam taxas de desocupação e informalidade superiores, e níveis de rendimento inferiores à média da população trabalhadora (OIT, 2009).

A temática do emprego de jovens foi reconhecida como uma prioridade pela OIT que em documento publicado em 2009, intitulado “Trabalho Decente e Juventude”, desenvolve ações que reafirmam o

compromisso de elaborar e pôr em prática estratégias que deem aos jovens de todo o mundo uma oportunidade real e igual de conseguir o emprego pleno e produtivo, e trabalho decente. Neste sentido, tendo observado que quase a metade dos desempregados do mundo são jovens, estamos decididos a integrar o emprego juvenil nas estratégias e programas nacionais de desenvolvimento; a elaborar políticas e programas para melhorar a capacidade de emprego dos jovens, em particular, através de educação, capacitação e formação contínuas, de acordo com as exigências do mercado de trabalho; e a promover o acesso ao trabalho por meio de políticas integradas que propiciem a criação de novos empregos e de qualidade para os jovens, e facilitem o acesso a eles, por meio de iniciativas de informação e capacitação. Salientamos a importância do trabalho da Rede de Emprego dos Jovens como mecanismo de troca de ideias, apoio e exame entre os jovens, e encorajamos os Estados Membros, as Nações Unidas e as organizações associadas a fortalecer e ampliar a Rede nos âmbitos nacional, regional e internacional (OIT, 2009, p. 12).

Na promoção de um modelo de desenvolvimento sustentável, com equidade, são prioritárias políticas voltadas a facilitar o acesso dos jovens a um trabalho decente. A partir dos debates encetados pela OIT e o aprofundamento da agenda de políticas públicas de juventude elaboradas e desenvolvidas pela SNJ, em parceria com os ministérios do governo federal, temos um número crescente dessas políticas que levam em conta as peculiaridades desse segmento o que é um marco, no entanto não resolvem as questões históricas responsáveis pelo alto número de excluídos. Essas novas políticas possuem importância histórica e reforçam a necessidade da democratização do acesso à educação superior e ao mercado de trabalho, como condição essencial à inclusão social destas camadas (POCHMANN, 1998; CASTEL, 1995; SADER; GENTILI, 1995).

Essa afirmação pode ser confirmada ao analisarmos a criação de uma agenda específica para o setor a “Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude” (ANTDJ), operacionalizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em parceria com outros setores do governo. Na agenda, a juventude é compreendida como fruto de uma construção social e histórica e deve ser considerada como uma das mais significativas fases do ciclo da vida, e a agenda busca investigar e propor saídas para muitas das crises e mutações que tomam forma na contemporaneidade, especialmente no mundo do trabalho (MTE, 2011).

Para que os grupos alijados do processo produtivo e, conseqüentemente, das mínimas condições de sobrevivência possam ser incluídos no mercado de trabalho e conquistar a mobilidade social, é necessária

a busca por uma trajetória de desenvolvimento social e econômico que ofereça condições de vida dignas e mais equânimes, ao lado da ampliação dos níveis de escolaridade e de qualificação profissional para a garantia de trabalho decente para a população trabalhadora, inclusive a camada juvenil (MTE, 2011, p.35; OIT, 2009; CASTEL, 1995).

A elaboração da agenda verificou que

As persistentes desigualdades e os desafios no campo educacional, ao aumento dos níveis de escolarização, especialmente das gerações mais jovens, não correspondeu uma crescente possibilidade de absorção pelo mercado de trabalho de parcela da população economicamente ativa, particularmente a juvenil. (MTE, 2011, p.36).

Partindo das constatações acima, a agenda do MTE propõe quatro prioridades para o combate ao desemprego juvenil, que reproduziremos a seguir:

1) Mais e melhor educação: elevação do acesso e qualidade em todos os níveis de ensino para os/as jovens, com igualdade de oportunidades e tratamento de gênero e raça, elevação da escolaridade, melhor ensino médio profissionalizante e tecnológico, ampliação do acesso ao ensino superior, mais e melhor acesso ao patrimônio cultural brasileiro; implementação de políticas públicas para garantir a observância efetiva da idade mínima de ingresso no mercado de trabalho conforme legislação brasileira vigente, e implementação da política pública de educação do, no e para o campo.

2) Conciliação de estudos, trabalho e vida familiar: ampliar as oportunidades e possibilidades de conciliação entre os espaços do trabalho, dos estudos e da vida familiar e em sociedade para os/as jovens trabalhadores e estudantes, de forma que o trabalho não se sobreponha ou mesmo prejudique as trajetórias educacionais e de integração social.

3) Inserção ativa e digna no mundo do trabalho: mais e melhores empregos e outras oportunidades de trabalho para os/as jovens com igualdade de tratamento e de oportunidades: a) ampliação das oportunidades de emprego assalariado e melhoria de sua qualidade; igualdade de oportunidades e de tratamento; promoção da saúde do/a trabalhador/a; combate às causas da rotatividade; acesso à terra, trabalho e renda no campo; b) melhorias na qualidade dos empregos, com ampliação das oportunidades no campo dos “empregos verdes”; c) geração de trabalho e renda através da economia popular e solidária, associativismo rural e do empreendedorismo.

4) Diálogo social: ampliar e fortalecer o debate sobre as alternativas e condicionantes para a melhor inserção juvenil no mercado de trabalho; estimular as condições de participação juvenil urbana e rural nos instrumentos de defesa de direitos do trabalho, na organização sindical e nas negociações coletivas. (MTE, 2011, p. 36-37).

A contradição da estrutura capitalista é exacerbada quando nos deparamos com situações em que o capital busca incluir ao solicitar dos Estados a qualificação da população economicamente ativa para ser absorvida pelos empregos disponíveis, obtendo lucros através da privatização da educação e, por outro lado continua a cuidar para que a formação do exército de reserva continue acontecendo a fim de manter a estrutura social vigente. Mesmo no auge do desenvolvimento

econômico gerado no Brasil durante os governos Lula da Silva, não tivemos a resolução dos problemas de desemprego juvenil e o alcance da agenda de construção de empregos decentes para esse grupo social.

Bourdieu e Passeron (2014), ao discorrer sobre a reprodução social no esteio da sociedade contemporânea, defende que a estrutura educacional reproduz o arbitrário cultural das práticas sociais desiguais, através da transmissão dos valores do próprio capital, isto é, tornando o conhecimento adquirido em mera ferramenta de acesso ao mercado de trabalho e conseqüente consumo, restringindo a ascensão social ao aumento do poder de compra, tendo a educação formal o trabalho de inculcar de forma durável através da violência simbólica a reprodução das desigualdades como algo natural.

Nesta pesquisa, compreendemos que o modelo educacional vigente no Brasil tem papel preponderante na qualificação dos indivíduos, na sua posterior inclusão no mercado de trabalho e na sua inserção no grupo de consumidores do que é produzido no país.

A educação é resultado das relações entre os homens, sendo resultado das relações de dominação social, estabelecidas por efeito do poder político, a influência desse poder sobre o conjunto da sociedade e pelo alcance que este exprime na estrutura social e a imposição da visão de mundo na qual as políticas públicas foram erigidas (DURKHEIM, 2012; BOURDIEU, 2012a).

O emprego e a inclusão social dos outrora excluídos estão imbricados com a política de educação, desde a base até o ensino superior. Em meio a momentos de incertezas gerados pela crise do capitalismo mundial e suas conseqüências no Brasil nos últimos anos, a educação e a formação profissional surgem como questões centrais, pois a lhes são conferidas funções essencialmente instrumentais, ou seja, capazes de possibilitar a competitividade, intensificar a concorrência, adaptar trabalhadores às mudanças técnicas e minimizar os efeitos do desemprego, que aumenta de forma significativa na atualidade graças à nova fase do capitalismo baseada na especulação.

5 O LÓCUS DOS ESTUDANTES: SUAS NARRATIVAS E TRAJETÓRIAS

O objetivo do presente capítulo é analisar a trajetória dos dez estudantes bolsistas do PROUNI que são objetos de estudo nos seguintes aspectos: a) a trajetória familiar; b) da educação básica; c) o acesso ao nível superior; d) a permanência no espaço acadêmico; e) o acesso ao mercado de trabalho e a mobilidade social; f) o olhar do aluno bolsista sobre o PROUNI. Interessa-nos, sobretudo, compreender, o percurso dos estudantes até o ensino superior, as percepções sobre o universo acadêmico, suas lutas pela permanência nesse espaço, as contribuições da bolsa para o acesso ao mercado de trabalho e a mobilidade social e, por fim, as visões dos entrevistados sobre a política pública da qual são beneficiados.

Para analisar tais trajetórias, tomei como ponto de partida questões de natureza empírica e teórica: 1) de natureza empírica, os relatos orais e escritos produzidos pelos estudantes bolsistas; 2) de natureza teórica, os estudos de Pierre Bourdieu e de Boaventura de Sousa Santos. Do primeiro autor, utilizo o conceito de poder simbólico e reprodução social no acesso à educação e do segundo autor a compreensão de que a universidade e conseqüentemente o ensino superior possuem o desafio de gerar as transformações sociais exigidas na atual conjuntura social, marcada pelo avanço do pensamento neoliberal que impôs sua hegemonia nas últimas décadas.

Bourdieu e Passeron (2014) avaliam que o sistema educativo funciona de modo contraditório entre o princípio da igualdade de oportunidades e da mobilidade social dos sujeitos através do acesso ao ensino superior e a continuação e consolidação das desigualdades sociais por outro e que estas últimas não sejam visíveis, contribuindo para perpetuar e legitimar uma ordem estruturalmente incoerente.

O conceito de poder simbólico utilizado nesta pesquisa pode ser entendido a partir da análise de Bourdieu P., para quem os diferentes universos simbólicos são responsáveis pela construção do mundo dos objetos e suas formas simbólicas, reconhecendo o aspecto ativo do conhecimento. Para o autor, o poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem e um sentido imediato do mundo social e a respectiva função social do simbolismo como uma legítima função política. Os símbolos são os instrumentos por

excelência da integração social, “enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social” (BOURDIEU, 1989, p. 10).

Essa ordem social é estabelecida a partir do conflito das diferentes classes e frações de classes envolvidas numa perene luta simbólica para imporem sua definição de mundo social observando seus interesses. sendo as tomadas de posição ideológica dos dominantes através da cultura, da educação e da comunicação mecanismos de reprodução e legitimação da dominação exercida por esta classe sobre os dominados. Nesse contexto, analisamos o poder simbólico da educação e, em especial, do ensino superior, como uma ferramenta de inclusão social dentro de uma estrutura de dominação exercida pelas classes dominantes na sociedade brasileira que se utilizam do simbolismo da educação para implantar e aprofundar o modelo de sociedade por ela defendido, baseado na lógica neoliberal (BOURDIEU, 1989; BOURDIEU; PASSERON, 2014).

Sousa Santos, B. (2003) defende que a universidade é o lugar onde, por concessão do Estado e da sociedade, uma determinada época pode cultivar a mais lúcida consciência de si própria, sendo as instituições de ensino superior responsáveis por formar as consciências de um tempo. A análise feita pelo autor refere-se às universidades públicas, porém o mesmo compreende o papel do Estado nacional como fundamental na formatação de uma visão solidária na construção de um ensino superior capaz de romper com a lógica da exclusão das camadas inferiores da sociedade.

O Estado pode ceder às pressões do capitalismo neoliberal, defendido pelos países hegemônicos, ou optar por meios alternativos na busca por democratizar o acesso ao ensino superior através do aumento da rede federal, que tem sido feito nas últimas décadas e foi por nós discutido no capítulo dois desta pesquisa; como também através da democratização do ingresso no ensino superior com políticas públicas em parceria com a iniciativa privada, caso do PROUNI, que explicita o grande abismo histórico do acesso à educação superior no Brasil. O Estado brasileiro busca através de políticas públicas como as supracitadas ampliar os espaços de discussão que permitem a democratização, o ingresso nesse nível de educação restrito.

Após compreender esse contexto, buscamos analisar se os grupos sociais outrora alijados do acesso ao ensino superior, hoje inclusos através do PROUNI, interferem na mobilidade social, na formação de ideias inerentes ao ensino superior e se ampliam esses conhecimentos que, durante séculos, foram negados a esse grupo. Entre o paradigma da reprodução social e da emancipação social dos indivíduos, através do acesso ao ensino superior, analisamos as trajetórias dos estudantes pesquisados (SANTOS, 2003, 2004).

O lócus da pesquisa

A escola Padre Coriolano localiza-se no município de Pacajus, região metropolitana de Fortaleza. A cidade, de acordo com projeção do IBGE para o ano de 2016, possui 69.877 mil habitantes em uma área geográfica de 254,636 km, tendo uma densidade demográfica de 243 habitantes por quilômetro quadrado. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,659, abaixo do registrado no Brasil que é de 0,755. O número de alunos matriculados no ensino médio em 2016 foi de 2.901 estudantes em duas escolas regulares. (IBGE, 2017; CEARÁ, 2017).⁶

Originado do antigo aldeamento jesuíta, a cidade de Pacajus tem como principais atividades econômicas: o comércio, a indústria e a produção de caju e seus derivados, funcionando como um polo comercial da microrregião. Durante os anos 1980-1990 o município de Pacajus foi impactado pelas importantes transformações econômicas e espaciais, fruto de um plano nacional e mundial de industrialização das regiões periféricas do capitalismo, organizada pelo modelo desenvolvimentista elaborado durante o primeiro governo Tasso Jereissati e seus sucessores, um processo de industrialização subsidiado pelo Estado, “sendo os incentivos fiscais, o apoio financeiro e a implantação de uma infraestrutura básica de funcionamento suas principais preocupações” (PEREIRA JÚNIOR, 2005, p. 53). Esse modelo de organização política e econômica facilita a penetração do capital nacional e internacional no Ceará, alterando o modelo de produção econômica dominante no município, o comércio e a agricultura, e implementando um novo elemento, a indústria.

⁶ A aldeia dos Paiacus, posteriormente denominada de Monte Mor o Velho, foi o núcleo formador do município de Guarani, hoje Pacajus (GIRÃO, 1990).

As alterações socioeconômicas originadas a partir das modificações das atividades econômicas geraram a necessidade de mão de obra qualificada para as novas funções exigidas pelas indústrias multinacionais instaladas no município, aumentando a demanda por qualificação profissional da população pacajuense. A proximidade do município com a capital Fortaleza facilita o deslocamento dos estudantes em busca de educação técnica e profissional, por outro lado não atrai instituições públicas ou privadas para desenvolver suas atividades de formação profissional na cidade, sendo essa demanda atendida pelas IES situadas na capital.

A rede estadual de ensino, responsável legal pelo atendimento no ensino médio, possui três unidades em Pacajus: a escola de Educação Profissional José Maria Falcão, que atende na modalidade de educação profissional, com regime integral e formação técnica para o mercado de trabalho da região; o Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJAP), responsável pela demanda do público de jovens e adultos; e a escola de ensino médio Padre Coriolano que, até o ano de 2016, foi a única a atender a demanda na modalidade regular, contando com 2.341 alunos matriculados em 2016, dos quais 521 concluíram o ensino médio no mesmo ano (CEARÁ, 2017).

A Escola Padre Coriolano, de onde se originam os estudantes objetos desta pesquisa, foi fundada em 22 de outubro de 1.942, de acordo com o artigo 67 do Regulamento de Instrução Pública, com o nome de Escolas Reunidas de Guarani, nome este por ter sido formada por duas escolas em um mesmo local. Teve como primeiras professoras D. Hermínia Mendonça de Queiroz, que lecionava aos meninos, D. Maria Lobo de Abreu, que lecionava as meninas e que faz parte do patrimônio cultural da cidade, tendo participado da formação de diversas gerações de pacajuenses, desde que ainda se chamava Escolas Reunidas de Pacajus. Essa escola encontra-se sobre a jurisdição da 9ª Coordenadoria Regional do Desenvolvimento da Educação (9ª CREDE), que foi fundada no ano de 1996, no governo de Tasso Ribeiro Jereissati, gestão do Secretário de Educação Antenor Naspolini, conforme o Decreto Nº 24.274 de 22, de novembro 1996, sua sede está localizada no município de Horizonte, na Região Metropolitana de Fortaleza e sob a coordenação da Secretaria da Educação Básica do Estado do Ceará (SEDUC) e abrange os seguintes Municípios: Horizonte, Pacajus, Chorozinho, Cascavel, Beberibe e Pindoretama (CEARA, 2017).

Por se tratar da única escola regular de nível médio do município, ela atende a todas as comunidades, desde a circunvizinhança onde está localizada até as comunidades mais remotas, diferencia-se, dessa forma, das escolas de “comunidade”, com ampla participação de todos. A E.E.M. Padre Coriolano é um gigante que abraça todas as localidades, todos os pacajuenses.

Tal feito traz algo positivo que é o de ter, sobre seu teto, representantes de toda a cidade e de todas as classes sociais, formando uma colcha de retalhos capaz de integrar os diferentes bairros e localidades, tornando-a uma escola heterogênea, eclética e complexa. Porém, por outro lado, pelo seu tamanho, fora dos padrões, é complicado criar um sentimento de comunidade de pertencimento, pela grande quantidade de grupos e comunidades que se aglutinam nesse estabelecimento de ensino. É desta escola que saem a maioria dos universitários de Pacajus, grupo que tem crescido rapidamente nos últimos anos, frutos dos investimentos do governo federal em diversas políticas públicas que fomentam o acesso ao ensino superior, dentre as quais destacamos nosso objeto de estudo, o PROUNI.

No que tange ao número de estudantes no ensino superior, os dados oficiais disponíveis são da Secretaria Municipal de Educação (SME), que realiza o transporte dos estudantes matriculados em IES que se localizam em outros municípios, ficando fora dessa contagem os estudantes que se utilizam de recursos próprios para se deslocar para as instituições que ficam fora do município e aqueles que estudam em polos da Faculdade Kurius (FAK) e do Instituto Dom José (IDJ) que se localizam no município. De acordo com o referido órgão municipal, o serviço de transporte universitário, instituído por lei municipal, possui 1.240 estudantes cadastrados, que são transportados para o município de Horizonte, distante dez quilômetros, e para Fortaleza, distante 50 quilômetros. O cadastro da SME não dispõe de dados estatísticos detalhados como quantidade de alunos bolsistas PROUNI ou que utilizam do financiamento estudantil, FIES, ou mesmo que estudam em IES públicas; os dados cadastrais restringem-se aos dados pessoais dos beneficiários, horário e instituição na qual o mesmo está matriculado (PACAJUS, 2017).

Os sujeitos da pesquisa

Os sujeitos da pesquisa foram escolhidos de forma intencional entre bolsistas que concluíram o ensino médio no município de Pacajus. O grupo pesquisado é de dez estudantes egressos da escola estadual de ensino médio Padre Coriolano de Pacajus - Ceará, que alcançaram as notas no Enem, cumpriram os pré-requisitos estabelecidos pelo PROUNI e ingressaram no ensino superior entre os anos de 2009 e 2014, matriculados em diferentes áreas do conhecimento de diferentes IES localizadas em Fortaleza. Os referidos estudantes residiam no período da pesquisa no município de Pacajus e Fortaleza, ocupando postos de trabalho em Pacajus, Fortaleza e em outras cidades da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).

A coleta de dados foi realizada através de um roteiro de entrevistas individuais semiestruturadas em que se utilizaram questões norteadoras, levando em consideração os mundos dos entrevistados e o meio social no qual estão inseridos, bem como a linguagem do grupo pesquisado (BAUER; GASKELL, 2002).

Esse modelo de entrevista, de acordo com Minayo (2012, p.65), permite a produção de “informações diretamente construídas no diálogo com o indivíduo entrevistado e tratam da reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivencia”. Com esses instrumentos, buscamos coletar dados que nos auxiliem na concepção e interpretação do PROUNI como uma ferramenta de inclusão social, ou seja, uma política pública de matriz educacional que é capaz de romper com o paradigma histórico de um ensino superior para um determinado grupo social, discurso esse alimentado pelo argumento da meritocracia, que é pautada sobre o argumento do benefício para quem merece (ANHAIA, 2013).

As políticas públicas vêm justamente para questionar o *status quo*, ofertando oportunidades de inserção de camadas excluídas do espaço onde se constrói o “mérito”, sendo os mecanismos de oferta dessas oportunidades objeto de críticas, elogios e investigações sobre os mais diferentes argumentos. Em nossa pesquisa, optamos por ir além da bibliografia e ouvir através dos instrumentos acima mencionados os sujeitos alcançados pela política pública, através da observação e indagação sobre a percepção destes sobre o PROUNI e as mudanças nas vidas destes e de suas famílias. A partir de agora, iremos analisar as categorias escolhidas para esta pesquisa.

5.1 A TRAJETÓRIA FAMILIAR DOS ESTUDANTES BOLSISTAS

A escolha dessas questões surgiu da necessidade de compreender qual o significado e a importância dada pelos pais dos entrevistados à escolarização dos filhos e na preparação dos estudantes para o ingresso no ensino superior.

Compreendemos a educação como uma prática social, estando a atividade do homem no mundo inserida em um sistema de relações sociais, e a educação é uma dessas atividades. Ela está presente desde os povos antigos, tendo cada sociedade, em determinado momento de seu desenvolvimento, um sistema de educação que se impõe como uma força irresistível, permeada de simbolismos, sendo o acesso a esse direito social condição fundamental para rompimento das desigualdades sociais históricas enfrentadas em nossa sociedade (VYGOTSKY, 1988; DURKHEIM, 2012; BOURDIEU, 1989).

Essa compreensão nos leva a analisar as trajetórias dos estudantes bolsistas entrevistados ao ensino superior, sua formação social e as contribuições da família nesse longo processo.

Os estudantes entrevistados obtiveram significativa ascensão educacional em relação aos seus genitores, sendo eles a primeira geração de suas famílias a ultrapassar a barreira da educação básica e chegar ao ensino superior. Buscamos compreender como esses pais pertencentes a um estrato social desprovido de bens educacionais, culturais e econômicos contribuíram para que seus filhos chegassem a essa nova etapa e qual o significado disso para eles.

A partir deste ponto, identificaremos os estudantes pesquisados pela palavra entrevistado (a), seguido do número da entrevista, o curso (para os que não concluíram) ou profissão (para aqueles que já concluíram o curso superior) e a idade do entrevistado.

A minha família me ajudou muito, mesmo minha mãe só tendo feito até a quarta série e meu pai só assinar com a digital, eles me estimularam a sempre estudar, a compra do meu material escolar era sempre prioridade para minha família. Mas assim eles não entendiam o que é o ensino superior, mas mesmo assim me apoiavam muito (Entrevistado 1, Estudante de pedagogia 22 anos).

Na verdade, eu nunca pensei em cursar o ensino superior durante a minha infância e adolescência, eu venho de uma família bastante pobre e eu sou a única mulher dos quatro filhos e a minha família ainda tem muito aquela concepção de que a mulher é dona do lar, tem que ter filho arranjar um marido para sustentar e cuidar da casa. Meus pais são analfabetos, né? Portanto, fazer faculdade não foi cogitado em casa. Eu vim acordar através

da experiência no ensino médio, minha participação no movimento estudantil secundarista abriu meus olhos e daí vislumbrei o ensino superior (Entrevistada 2, Pedagoga, 26 anos).

Por mais que eu tivesse pais que não tiveram muito estudo, uma mãe que não terminou o ensino fundamental e um pai que mesmo só com o ensino médio nunca sonhou com o ensino superior, mesmo assim eu tive muito apoio, meu pai dizia uma frase: “meu filho se você quer ser alguém na vida, estude. Esse é seu único caminho.” Portanto, a minha família serviu como base de apoio um estímulo, hoje entendo que eles nem sequer sabiam a dimensão do curso superior, mas apoiavam mesmo assim (Entrevistado 3, Professor de informática, 27 anos).

Na minha família, educação nunca foi prioridade, nunca foi negado, fui criada pela minha família materna e minha mãe e minha avó sempre proporcionaram o básico para que eu tivesse educação, mas o ensino superior, isso não, era algo muito distante. Vim ter contato, saber o que era faculdade já no ensino médio, pra ser sincera, no final deste. Não tinha ninguém na família formado, ou cursando faculdade (Entrevistada 4, Jornalista, 24 anos).

Pela leitura dos fragmentos, é possível perceber que as famílias dos entrevistados valorizam a continuidade dos estudos de seus filhos, mesmo sem conhecer com propriedade a dimensão do acesso ao ensino superior. Então, eles buscaram dar apoio durante a trajetória educacional dos seus filhos através de estímulos, ressaltando a importância de estudar e através da compra do material escolar necessário para a educação básica. Isso ocorre graças ao poder simbólico que a educação possui de ser uma ferramenta de inclusão e mobilidade social aos indivíduos excluídos pela sociedade. Percebe-se nos fragmentos o poder simbólico da educação e a visão da mesma como instrumento de mudança social, como podemos ver afirmado a seguir:

Na minha família, somos três irmãos. Meu pai é pedreiro e minha mãe é merendeira, ambos pararam de estudar no ensino fundamental. Portanto, não tínhamos muita renda, passamos muitas privações e era consenso na minha casa que a aplicação nos estudos era nossa única chance de melhorar as condições de vida, mesmo sendo a faculdade algo desconhecido para nós já existia a crença nos estudos como algo bom, eu fui o primeiro da família e hoje meus outros dois irmãos são universitários (Entrevistado 7, Contador, 26 anos).

Eu não tinha referências familiares de ensino superior, na verdade nem próximas, meus pais não conseguiram concluir nem o ensino médio que dirá o ensino superior, então eu cresci sem uma base que me inspirasse cursar o nível superior. Foi no ensino médio que eu comecei a despertar e ouvir falar em faculdade e que isso era possível, palavras como ENEM, SISU, PROUNI passaram a fazer parte do meu cotidiano. Em casa mesmo não tive referências (Entrevistado 6, Estudante de Web designer, 21 anos).

Os estudos proporcionam qualificação e inserção no mercado de trabalho que é visto nas sociedades modernas como condição de cidadania e mecanismo de

inclusão a grupos de consumidores de serviços e produtos. Os pais influenciam os filhos a buscar um espaço que a eles foi negado, cinco dos entrevistados destacam essa particularidade, o apoio dos pais e a visão destes de que o acesso à educação é a porta para a resolução dos problemas sociais enfrentados pela família. De forma consciente ou não, esses pais acabam buscando através dos filhos o direito que lhe fora negado, gerando certo orgulho e sentimento de dever cumprido ao ver o filho ir além dele na esfera educacional (BOURDIEU, 1989; CASTEL, 1995).

Quatro dos entrevistados destacam a “falta de referências” familiares para cursarem o ensino superior e todos os entrevistados são “a primeira geração” de suas famílias a chegarem ao ensino superior quebrando um paradigma histórico, pois os pais de todos os entrevistados conseguiram no máximo concluir o ensino médio, sendo a presença de analfabetos e semianalfabetos marcante. Essa falta de referência nada mais é do que o retrato da estrutura social profundamente desigual do país, gerações que tiveram seus direitos sociais básicos negados e o direito à educação é um desses direitos.

É perceptível, nos discursos desses indivíduos, o fosso gerado pelas desigualdades sociais históricas do nosso país e a importância das políticas públicas de inclusão social através da educação para a ruptura da reprodução social presente em nosso país. As falas que seguem ilustram essa desigualdade: “A minha mãe ela estudou ainda algumas séries do ensino fundamental, mas meu pai nunca estudou.” (Entrevistado 1, Estudante de Pedagogia 22 anos). Outra estudante destaca: “Meus pais são analfabetos não tiveram oportunidades de estudar, no interior onde moravam não tinha escola e também tinham que ajudar nos trabalhos de casa ou na roça.” (Entrevistada 2, Pedagoga 26 anos).

A partir da informação de que os entrevistados são os primeiros membros de suas famílias a cursarem o ensino superior, buscamos compreender se essa condição influenciou outros membros de suas famílias a ingressar no ensino superior. Para as famílias de sete dos entrevistados, o ingresso destes foi um abrevial para os demais familiares, como podemos confirmar nos fragmentos a seguir:

“Meus irmãos são mais velhos do que eu não entraram no ensino superior, mas depois que eu ingressei eles tomaram gosto de voltar a estudar, os dois concluíram o ensino técnico e estão em busca de uma faculdade.” (Entrevistada 2, Pedagoga 26 anos).

“O ensino superior contagiou minha família, meu irmão hoje cursa engenharia na UFC (Universidade Federal do Ceará) e minha prima está concluindo enfermagem com bolsa do PROUNI.” (Entrevistado 3, Professor de informática 27 anos).

A presença de um membro da família no ensino superior funcionou para as famílias dos entrevistados acima como uma demonstração de que é possível para os demais conseguirem o mesmo. A democratização do acesso e o ingresso em uma IES permitiu aos membros desse núcleo familiar a capacidade de sonhar e executar a busca pela qualificação profissional através da educação e a consciência de seu lugar na sociedade (FREIRE, 2013).

Outro grupo de entrevistados descreve o desejo dos parentes em adentrar o ensino superior e o aumento da capacidade de sonhar desses indivíduos a partir da conquista da bolsa do PROUNI, como disposto abaixo:

“Minha irmã caçula terminou o ensino médio em 2016 e está se preparando para o Enem e quer conseguir uma vaga numa universidade pública, ou uma bolsa do PROUNI para fazer faculdade de enfermagem”. (Entrevistada 4, Jornalista 24 anos).

“A faculdade é um sonho que você realiza e não fica só para você, hoje meu irmão também é universitário e já não sou o único da família, é bom ver os filhos do pedreiro estudando.” (Entrevistado 6, estudante de web designer 21 anos).

“Eu fui o primeiro, mas não o único, hoje meus dois irmãos são universitários.” (Entrevistado 7, Contador 26 anos).

“Eu e meu irmão somos universitários agora. Estamos fazendo faculdade e nossa família está orgulhosa.” (Entrevistado 8, estudante de engenharia da produção 21 anos).

“Eu consegui a bolsa do PROUNI e no ano seguinte minha irmã mais nova também conseguiu, agora somos duas mulheres universitárias.” (Entrevistada 9, estudante de ciências contábeis 21 anos).

O Brasil proporcionou, através das políticas públicas de inclusão na educação superior, democratizar o acesso a esse nível como podemos analisar nos trechos das entrevistas acima transcritos. Os estudantes demonstram que as diferentes políticas públicas de incentivo e expansão da rede de ensino superior permitem a inserção de um grupo significativo nesta modalidade, demonstrando que a concatenação entre as diversas políticas postas em prática nos governos Lula da

Silva (2003-2010) tem adquirido êxito em promover a inclusão de indivíduos pobres na seara da educação superior.

Para esse estrato social alijado do acesso à educação, a chegada dos filhos ao ensino básico e, posteriormente, ao ensino superior funciona como uma ascensão desse grupo a direitos outrora não apenas negados, mas por eles desconhecidos, ficando explícito que a inclusão dos filhos da classe trabalhadora neste universo é um passo importante, uma resposta ao atraso e uma possibilidade de acesso a bens culturais e de consumo em outro momento inviáveis para estes indivíduos (SANTOS 2004).

Nesse contexto, a educação básica tem um papel preponderante na preparação dos estudantes oriundos da classe trabalhadora, na próxima categoria de análise discutiremos a visão dos estudantes sobre a preparação que receberam da escola de ensino médio.

5.2 A ESCOLA PÚBLICA E A PREPARAÇÃO PARA O INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR

Esta categoria foi trabalhada a partir da minha observação como professor da rede pública estadual do Ceará há mais de uma década. Nessa experiência, observamos o isolamento da educação básica no nível médio das políticas públicas de acesso ao nível superior desenvolvidas no Brasil. A imbricação entre elas não existia e até mesmo a divulgação das políticas de acesso ao ensino superior do governo federal eram escassas e não faziam parte da rotina escolar.

Durante a primeira década do século XXI, essa divulgação era trabalhada de forma isolada por professores e não como uma ação contínua das escolas da rede pública. Os estudantes eram desprovidos de informações sobre as mesmas. Em nosso trabalho cotidiano na escola acima descrita, buscamos proporcionar de forma perene o acesso à informação sobre as formas que os estudantes tinham de ingressar no ensino superior.

Sobre as contribuições da escola pública na preparação para o ingresso no ensino superior, destacamos os fragmentos a seguir:

“Quando eu terminei o terceiro ano do ensino médio e fui fazer o ENEM, eu não me senti preparado pela escola e aí eu disse: eu quero fazer faculdade e

agora? E vi que a escola pública que eu estudei não me preparou, salvo as dicas de um ou dois professores isoladamente.” (Entrevistado 1, Estudante de pedagogia 22 anos)

Eu tenho uma lembrança ruim do ensino médio, uma visão pessimista até da escola onde eu estudei sobre ingressar no ensino superior, alguns professores me ajudaram, mas de forma geral eles impunham medo na gente, tipo: “ou você estuda ou vai ser caixa de supermercado ou operário”. (Entrevistada 2, Pedagoga 26 anos)

Os estudantes entrevistados não se sentiram preparados pela escola, para esse grupo a instituição escolar não contribuiu de forma direta na preparação para o ingresso em uma instituição de nível superior. Esse grupo, no entanto, ressalta a participação positiva de professores na sua trajetória até o ensino superior.

Eu não sei se por falta de verbas ou desinteresse mesmo, o certo é que eu não tive um direcionamento durante o meu ensino médio, a gente nunca teve. Da escola em si não tive apoio, tive de alguns professores que ajudavam dando dicas para chegar até a faculdade. (Entrevistado 3, Professor de informática 27 anos)

A escola que eu estudei me impôs o medo, foi a única preparação que eu tive, eles diziam: “ou você estuda ou vai trabalhar numa fábrica”. Mas alguns professores em sala incentivavam bastante a gente, inclusive um grupo deles dava aulas extras nos sábados. (Entrevistada 4, Jornalista, 24 anos).

Podemos concluir pela leitura dos fragmentos acima que a escola pública frequentada pelo grupo pesquisado não ofertou de forma sistemática uma preparação dos estudantes durante o ensino médio. Essa carência foi sentida pelos entrevistados que reconhecem o esforço isolado de professores que buscam esclarecer e preparar os estudantes para uma etapa superior, mas não reconhece o esforço vindo da instituição.

A falta de imbricação entre as políticas educacionais da educação básica e do ensino superior gerou um sub-aproveitamento das políticas públicas de acesso ao ensino superior por falta de divulgação das mesmas. Ressaltamos que o total dos estudantes entrevistados ingressou no PROUNI entre 2008 e 2012, sendo sua avaliação importante para implementação de políticas de preparação para a inclusão dos estudantes nessa modalidade.

O fato de que apenas grupos isolados de professores desenvolverem atividades junto aos estudantes, ampliando a visão sobre as possibilidades de ingresso no ensino superior, reflete por um lado o compromisso desses profissionais

e por outro a falta de direcionamento da instituição escolar em preparar o conjunto de seus profissionais para desenvolverem essas atividades no período em que os estudantes concluíram o ensino médio.

A partir de 2012, o governo do Estado do Ceará reconheceu esse problema e tem buscado, nos últimos anos, desenvolver ações a fim de corrigi-los como, entre elas destacamos o projeto “ENEM, chego junto, chego bem”. Esse projeto desenvolve atividades de preparação para o exame, por meio de ações com a finalidade de:

Mobilizar e preparar os estudantes da rede estadual para que possam fazer o Exame com segurança e perspectiva de ingresso no ensino superior. Entre as atividades pedagógicas ofertadas, os alunos contam com o Plantão Tira-Dúvidas; Preparação: Rumo à Universidade; Ciclo de Palestras; Sabadões do Enem e os Simulados feitos pelo Descomplica, Geekie e Seduc, além do fortalecimento da aprendizagem em sala de aula no dia a dia da escola. Cada Crede e a Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza têm autonomia para desenvolver atividades que julgarem necessárias em suas abrangências (CEARÁ, 2017).

Ações como essa contribuem de forma decisiva para a preparação dos alunos, realização do Exame Nacional do Ensino Médio e sua posterior inserção no ensino superior. O governo do estado do Ceará também lançou como incentivo aos estudantes da rede pública o projeto Avance – Programa Bolsa Universitário, que tem por objetivo melhorar, por meio de auxílio financeiro, as condições de acesso e permanência para alunos oriundos da rede pública estadual, “a ação tem o objetivo de melhorar, por meio de auxílio financeiro, as condições de acesso à universidade para alunos de baixa renda” (CEARÁ, 2017).

Na categoria anterior, abordamos o papel da família na trajetória dos estudantes e constatamos a pouca escolaridade dos pais desses estudantes, essa falta de conhecimentos gera nesse grupo uma carência de informação que cumpre a escola suprir. Atividades capazes de orientar os estudantes são fundamentais para que as políticas públicas dos diferentes níveis do Estado dialoguem entre si, ou seja, a imbricação das políticas públicas educacionais federais e estaduais, complementando-se e juntas cumprindo o seu papel de diminuir as desigualdades sociais.

Para Durkheim (2012, p. 52), cada sociedade elabora um certo ideal de homem, ou seja, daquilo que ele deve ser nos diferentes aspectos, intelectual, físico e moral, esse ideal é, em certa medida, o mesmo para todos os membros da sociedade, e a educação é responsável por determinar esse ideal que permeia o

conjunto da sociedade, sendo esta um instrumento de cooperação entre os membros que compõe o tecido social, devendo respeitar a diversidade. Assim, a educação assegura a persistência da necessária diversidade e por essa diversidade quebra os paradigmas de classe ao incluir os que foram durante muitos séculos excluídos. Essa inclusão é responsável por uma educação mais sólida em sua base, rompendo com a exclusão anterior ao permitir a inclusão de grupos outrora excluídos. Partindo desse pressuposto, as diferentes políticas educacionais devem ser desenvolvidas e trabalhadas em conjunto para cumprir seus papéis.

A educação básica precisa dialogar com o ensino superior, o aluno filho da classe trabalhadora precisa conhecer desde cedo que existem outras modalidades de ensino para além da educação obrigatória, um universo que ele pode conhecer e vivenciar. E a política pública de ensino médio precisa propor esse diálogo entre estudantes, família e escola.

A democratização do acesso ao ensino superior é um dos pressupostos do PROUNI e incluir um grupo social que não possuía esse acesso é desafiador por vários motivos, entre eles pela compreensão destes sobre o tema que não é comum em suas rotinas. Na análise seguinte abordaremos a importância que os estudantes entrevistados vislumbram sobre o ensino superior.

5.3 A IMPORTÂNCIA DO ENSINO SUPERIOR PARA OS ESTUDANTES PESQUISADOS

Meu objetivo em elencar esta categoria de análise é compreender a visão dos estudantes sobre o ensino superior e a inclusão do grupo social no qual os mesmos estão inseridos nesta etapa educacional.

Durkheim (2012) ao citar Rousseau esclarece que a vida social, sob todas as suas formas, funciona com base na reflexão, ou seja, no pensamento iluminado pela ciência, tornando-se o conhecimento científico indispensável nas relações sociais, e a sociedade o impõe como um dever. A educação é responsável por garantir a transmissão dos conhecimentos adquiridos às novas gerações. No mundo contemporâneo, tem a universidade o papel de desenvolver esses conhecimentos, portanto o acesso a essa etapa é condição primordial para que os indivíduos que

compõem a sociedade possam ter acesso e desenvolver conhecimentos essenciais para a vida em grupo.

O PROUNI é responsável por permitir o acesso de um grupo significativo da população brasileira excluído desse direito, um universo de produção de conhecimento, onde se desenvolvem pesquisas e constroem-se ideias. A partir da consciência dos estudantes sobre a negação desse direito a uma parcela considerável da população, buscamos compreender as visões destes sobre a importância da política pública educacional e seu papel de inclusão social através do acesso ao ensino superior. Os estudantes entrevistados compreendem a importância das políticas públicas de educação superior como ferramentas de inclusão social, combatendo as desigualdades sociais enfrentadas por esse grupo, como percebemos na leitura dos fragmentos a seguir:

Eu acredito que o acesso ao ensino superior é uma ferramenta que busca sanar essas relações de desigualdade, que foram estabelecidas ao longo da construção da vida das pessoas. Quando o sujeito tem acesso ao nível superior, ele tem uma oportunidade de acessar o que lhe foi negado durante toda a sua vida (Entrevistado 1, Estudante de Pedagogia, 22 anos).

O ensino superior é uma das principais portas para aqueles que infelizmente não nasceram com as melhores condições conseguirem dar uma mudada no rumo de suas vidas e ter perspectivas de um futuro melhor não só para você, mas para sua família também. (Entrevistado 3, Professor de informática, 27 anos).

“Entendo o acesso ao ensino superior através de uma política de inclusão como uma forma de inserção de um grupo que não teve uma educação básica de qualidade.” (Entrevistado 6, Estudante de Web designer 21 anos).

“Chegar ao ensino superior representa uma via para que os jovens pobres e de pais analfabetos possam conseguir ascender socialmente e ter acesso a bens de consumo antes negados a eles e a seus pais.” (Entrevistado 7, Contador, 26 anos).

“Permite um novo futuro para aquelas pessoas que foram excluídas, dar a elas uma perspectiva de vida que não tinham.” (Entrevistada 10, Estudante de Ciências contábeis 21 anos).

O acesso ao ensino superior é compreendido pelos entrevistados, como podemos comprovar nos fragmentos acima, como capaz de romper as barreiras das desigualdades sociais enfrentadas por eles, gerando oportunidades de qualificação profissional e inserção social que só é possível aos portadores de diploma de nível

superior, é o poder simbólico da educação compreendido pelos indivíduos (BOURDIEU, 1989).

Com a possibilidade de inserção social, os indivíduos passam a ocupar espaços de discussão e formação de conhecimentos que os permite compreender e discutir a sociedade e suas contradições a partir de outro prisma, como destacado abaixo:

“O ensino superior ele é extremamente importante, nele você consegue formar cidadãos críticos que podem questionar o modelo social que nós vivemos. Para mim a maior importância do ensino superior é possibilitar uma nova visão de mundo.” (Entrevistada 2, Pedagoga, 26 anos).

“Ao ingressar no ensino superior, você permite que o indivíduo tenha acesso a conhecimentos novos, torna ele pleno.” (Entrevistada 4, Jornalista 24 anos).

“É um meio de trazer conhecimentos para as pessoas que foram excluídas de diversas formas” (Entrevistada 5, Estudante de Engenharia ambiental 23 anos).

“Ter um curso superior muda sua vida, porque tanto te qualifica para o mercado de trabalho com um emprego digno como também abre sua mente para entender melhor o mundo que você vive.” (Entrevistado 8, Estudante de Engenharia da produção 21 anos).

“O ensino superior ajuda os estudantes a ver o mundo com outros olhos.” (Entrevistada 9, Estudante de Ciências contábeis 23 anos).

“Permite um novo futuro para aquelas pessoas que foram excluídas, dar a elas uma perspectiva de vida que não tinham.” (Entrevistada 10, Estudante de Ciências contábeis 21 anos).

A formação integral do ser humano é um desafio ainda em fase de construção. O acesso aos espaços de conhecimento científico possibilita aos outrora excluídos a chance de romper com uma visão limitada de sociedade, permitindo que estes sejam capazes de realizar uma análise crítica do meio social no qual estão inseridos (BAUMAN, 1999; SANTOS, 2011).

A universidade é um campo de conhecimento fundamental para o desenvolvimento nacional, o Estado nacional que busca o seu desenvolvimento não pode pensá-lo sem a construção de conhecimentos capazes de embasá-lo. No que tange à universidade no Brasil, analisamos no capítulo dois de forma breve seu

histórico e os interesses aos quais ela, serviu, educar as elites e manter o *status quo*, esse paradigma que permeou o ensino superior durante séculos, desde a criação das primeiras faculdades, ainda no período imperial até o início do século XXI, foi responsável pela supressão de direitos a grupos sociais historicamente afetados pelo caráter excludente da sociedade brasileira (SANTOS, 2003; FERNANDES, 1979).

No período pós-ditadura militar, tivemos uma ampliação da discussão sobre os direitos sociais. Essas discussões foram fundamentais para a inclusão no texto constitucional de 1988 dos direitos sociais, entre eles o direito à educação. As questões de reforma e democratização do acesso ao ensino superior são amplamente discutidas nos anos 1990, durante os governos FHC, no entanto, o neoliberalismo exacerbado que foi implantado reduziu a ação do Estado e conseqüentemente não permitiu a implementação de políticas públicas capazes de modificar estruturalmente a inserção de grupos menos favorecidos no ensino superior.

Em 2003, com a ascensão ao governo do partido dos trabalhadores – PT e de Lula da Silva inicia-se um processo de discussão e implementação de políticas públicas de distribuição de renda voltadas para diminuir as desigualdades sociais históricas do país. Nesse cenário, surgem ações e programas estatais que incluem grupos sociais que não tinham acesso a direitos básicos. No campo da educação superior, nosso objeto de estudo, lembramos programas que foram discutidos nos capítulos dois e três deste trabalho: REUNI, Expansão da rede de Institutos Federais de Educação e o PROUNI, como ferramentas que democratizam o acesso e permitem a inclusão social.

Interessou-me especificamente, nesta categoria, compreender a visão dos estudantes sobre essas políticas públicas de inserção no ensino superior, e como constatado nos fragmentos acima retirados das entrevistas esse grupo reconhece que o ensino superior é uma importante ferramenta que lhes possibilita uma inserção social outrora negada, permitindo acesso a conhecimentos que ampliam a visão de mundo, mostram as contradições sociais e preparam para ingressar no mercado de trabalho. A frase retirada da entrevista número três ilustra muito bem essa visão: “O ensino superior é uma das principais portas para aqueles que infelizmente não nasceram com as melhores condições conseguirem dar uma

mudada no rumo de suas vidas e ter perspectivas de um futuro melhor” (Entrevistado 3, Professor de informática, 27 anos).

O fato dos entrevistados utilizarem palavras como: “oportunidade de melhores condições de vida” (Entrevistado 3, Professor de informática 27 anos); “ascender socialmente e ter acesso a bens de consumo” (Entrevistado 7, Contado, 26 anos); “ter acesso ao que foi negado durante anos” (Entrevistado 1, Estudante de pedagogia 22 anos) demonstra a importância das políticas públicas de inclusão no ensino superior para a democratização e a ruptura da negação que acompanha as vidas desses estudantes – a exclusão de direitos sociais. Eles demonstram capacidade de consciência sobre o tema da desigualdade e se enxergam como sujeitos que, através de uma política pública de inclusão educacional, foram inseridos em um novo grupo, os de portadores de diploma de nível superior.

A valorização do ensino superior é ponto de consenso entre os entrevistados. A conquista do acesso é comemorada, mas para os estudantes oriundos das camadas mais pobres do estrato social manter-se na academia é um desafio diário. Nossa próxima categoria a ser analisada é a das dificuldades enfrentadas para a permanência desses estudantes no ensino superior.

5.4 A LUTA PELA PERMANÊNCIA

Nessa categoria, apresentamos fragmentos das entrevistas dos estudantes em relação às dificuldades enfrentadas por eles em sua trajetória acadêmica, o pós conquista da bolsa e o caminho entre o entrar na universidade e o diploma de nível superior. Eles foram questionados sobre as dificuldades enfrentadas para a sua permanência nas instituições, sejam elas financeiras ou de adaptação a uma nova realidade.

Expomos a seguir os relatos mais ricos e abrangentes que, em nossa interpretação, demonstram de forma mais efetiva o que buscamos. Os trechos ficaram longos, porém necessários para a interpretação desta categoria.

Na minha cidade, não tinha faculdade que aceitasse a bolsa do PROUNI, então a primeira dificuldade era me deslocar até a capital, Fortaleza, para cursar o nível superior. Depois vem a segunda parte, como me deslocar. Aí entre a prefeitura que oferecia o serviço de transporte universitário para os estudantes do município, uma grande ajuda, pois a gente não tinha que pagar passagem. Mas ensino superior não é só chegar lá na faculdade e pronto, tem o custo dos materiais, xerox, livros e a alimentação também que

não é barata. Muitas vezes eu e minhas colegas bolsistas tínhamos que optar entre comprar a xerox do material indicado pelos professores ou lanchar. E daí tivemos a ideia de partilhar, cada uma de nós comprava de uma disciplina diferentes e partilhávamos para poder ter acesso ao que era trabalhado em sala, lembro que todo início de semestre logo que o professor passava a bibliografia e a lista dos livros corríamos para a biblioteca para garantir os livros, na pedagogia, que é um curso muito feminino, nos ajudávamos muito. (Entrevistada 2, Pedagoga, 26 anos).

Depois que eu cheguei na faculdade para cursar sistemas da informação não foi fácil, passei por muitas coisas, eu vim de um lar pobre, minha mãe é empregada doméstica e me sustentou com muita dificuldade. Eu muitas vezes não tinha dinheiro para tirar xerox sempre que os professores passavam, comprar livros praticamente impossível e eu tinha que me esforçar mais que os outros, anotar tudo e tentar memorizar o máximo possível para poder fazer os trabalhos e avaliações. Morar em outra cidade não é fácil, eram três horas e meia para ir e voltar todos os dias, o que salvava gente pobre como eu era o transporte público municipal. (Entrevistado 3, Professor de informática, 27 anos).

Entre as dificuldades que eu enfrentei a distância foi a maior delas da minha casa em Pacajus até a FANOR no Dunas é longe e teve vários momentos do meu curso que não tinha o ônibus da prefeitura. Eu trabalho de oito às dezessete horas e vou direito para a faculdade sem ir em casa para sequer comer alguma coisa e comer na faculdade é muito caro e muitas vezes você ou come ou compra as xerox dos materiais orientados pelos professores. (Entrevistada 5, Estudante de Engenharia ambiental, 23 anos).

Minha maior dificuldade foi a questão geográfica mesmo eu moro em um município e estudo em outro e a gente fica a mercê do transporte público que o município oferta ou então conseguir um emprego em Fortaleza e se manter por lá mesmo. (Entrevistado 8, Estudante de Engenharia da produção 21 anos).

A distância entre a cidade de origem dos estudantes entrevistados e Fortaleza/CE, cidade mais próxima e que é sede das IES conveniadas com PROUNI, é um dos principais desafios a ser vencido pelos estudantes. Destacamos a questão da dependência do transporte ofertado pela prefeitura municipal de Pacajus que é importante condição para a manutenção destes nos respectivos cursos, pois, além do alto custo para fazer o percurso por linhas regulares de transportes coletivos, existem também restrições de horários que não condizem com o do término dos horários de aula das IES frequentadas pelos estudantes entrevistados. Outro ponto que mereceu destaque nas entrevistas foram os custos dentro da IES para manter-se nos cursos como exposto nos fragmentos abaixo:

Quando eu ganhei a bolsa de 100% do PROUNI eu só tinha dezoito anos, foi uma festa. Mas depois vem o choque eu morava em Pacajus como fazer para me deslocar? Minha sorte é que pude contar com o transporte para Fortaleza da prefeitura, mas empregos não tinham na minha área aqui, então tive que estagiar em Fortaleza e me mudar para lá. Tem também outras dificuldades que é se alimentar e comprar material na faculdade, mas

you know a lot of people in the same situation and it creates a solidarity that is nice. (Interviewee 4, Journalist, 24 years).

After the shock of reality, being in a space of a higher level has the stigma, right? I came from a poor family, no one in my family went to university and I had the worry of living together and I was very calm, I was surprised with so many people who had the same difficulties that I had with transport, food and buying material. I always had the awareness that to stay in university I had to work and study, my parents didn't have the means to help me financially and I got what I wanted. (Interviewee 6, Web designer student, 21 years).

The biggest difficulty is the question of mobility, because you study in one city and live in another, that's very difficult. Another point is the lack of resources to buy materials like books, photocopy and eat. (Interviewee 10, Sciences student, 21 years).

These excerpts describe the main difficulties faced by these students to stay in higher education. The scholarship is a very important condition for the arrival of this group in higher education, but there, they face other problems related to their social condition of disadvantage.

Students also highlight the lack of financial resources for the purchase of didactic material, books, photocopy of texts and even the difficulty in getting a loan in libraries due to the high demand. Another point described by the interviewees is the high cost of food in the IES they study. Because they live in a different municipality from the IES, they have to leave home early and return late, making it essential to have at least one meal during the period that lasts around seven hours between leaving home, classes and return.

As mentioned earlier, the parents of these students did not have access to higher education and many of them not even to basic education. This fact includes them in a group that has precarious jobs with low salaries that do not allow them to invest in the education of their children, leaving the students in precarious conditions in front of the dream of completing higher education (CASTEL, 1995).

The public policies aggregated to PROUNI, such as the Bolsa Permanência, the FIES and the public policies of income distribution, such as the Bolsa Família, the economic policy of real wage growth of the minimum wage allied to the increase in the number of jobs at the end of the 20th century, are fundamental for the permanence of these students in higher education. These factors together contribute to the success of PROUNI and the rupture of

estruturas desiguais que afetam as famílias dos estudantes beneficiados pela bolsa de estudos.

Notamos quem, mesmo diante das dificuldades enfrentadas, a esperança e a persistência dos estudantes em concluir seus cursos e buscar a sonhada emancipação social e econômica prevalecem e fazem sucumbir as dificuldades surgidas nos caminhos. Nesse aspecto, o ingresso no ensino superior cumpre seu papel histórico que é modificar as circunstâncias e a atividade humana que só pode ser apreendida e racionalmente compreendida como prática transformadora, agindo a educação como um instrumento de transformação do quadro social e cumprindo suas históricas e vitais funções de mudança (MARX; ENGELS, 1977; MÉSZÁROS, 2008).

Romper o ciclo histórico de miséria e pobreza não é uma tarefa rápida, muito menos fácil. É necessário modificações drásticas na estrutura social que se apresenta, formulando e implantando ações capazes de romper com as estruturas estabelecidas e essa transição requer um longo prazo, no entanto, para serem credíveis essas mudanças, sociais políticas e culturais, é preciso que elas aconteçam num curto prazo dentro de uma mesma geração, modificando suas vidas. Esse modelo mostrou sua eficácia através do PROUNI como podemos confirmar através das entrevistas analisadas (SANTOS, 2004).

Após o ingresso no ensino superior, as expectativas por parte dos beneficiados, seus familiares e o grupo social que os mesmos compõem são muitas, sendo ingresso no mercado de trabalho a principal delas. A partir deste ponto, iremos analisar a trajetória dos estudantes na preparação e conquista de espaços no mercado de trabalho.

5.5 TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS: O ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO E MOBILIDADE SOCIAL

Nesta categoria, é importante a análise da dicotomia entre educação e mercado. O PROUNI, como já demonstrado, é uma política pública de inclusão social através da educação, porém tem uma relação intrínseca com o capital, uma das principais fontes das críticas a sua implantação. Cabe-nos, neste trabalho, observar as contribuições do programa para a inserção dos bolsistas no mercado de

trabalho e o aumento de seu poder de consumo de bens e serviços nos diferentes setores, levando em consideração a importância social do trabalho já exposta neste trabalho.

Em sociedades de capitalismo periférico, como o Brasil, o acesso ao emprego e renda é um dos maiores desafios para os indivíduos oriundos dos estratos mais pobres da sociedade, a baixa escolaridade é sempre um dos fatores preponderantes para o desemprego ou o acesso apenas a empregos precários. O acesso a condições que proporcionem conhecimentos formais e de técnicas de trabalho são fundamentais para a saída dessas condições de precariedade; é nesse contexto que está o PROUNI, uma política pública que permite o acesso ao ensino superior e posteriormente oportunidades profissionais. Consideramos, na análise, as dificuldades enfrentadas pela juventude no que tange à inserção no mercado de trabalho (CASTEL, 1995; BAUMAN, 1999; IPEA, 2014).

Nesta categoria, os entrevistados foram perguntados sobre experiências de trabalho antes da bolsa e as contribuições que o programa trouxe para a inserção deles no mercado de trabalho formal e se o mesmo proporcionou ou não alguma mobilidade social para eles e suas famílias. Sobre o tema, destacamos das entrevistas aplicadas os fragmentos que seguem:

Para falar de mercado de trabalho, é preciso eu lembrar das minhas experiências ao longo da minha vida. A primeira vez que eu saí de casa para trabalhar e ganhar alguma coisa eu tinha onze anos, minha mãe fazia bolinhos e eu ia vender no bairro, depois fui trabalhar numa *lan house*, em seguida fui trabalhar como garçom numa lanchonete da cidade. Sempre conciliando com os estudos. Mas, foi depois da bolsa do PROUNI que as portas se abriram mesmo, já como estudante de pedagogia fui trabalhar na secretaria de educação do município, foi uma experiência fantástica na minha vida. Hoje sou professor do ensino fundamental na rede pública da minha cidade e tenho muito orgulho disso. Trabalho quatro horas por dia e recebo mais do que minha mãe recebe por oito horas e hoje o que eu ganho ajuda muito lá em casa, não são apenas meus pais para tudo. Temos melhorado muito nossas condições de vida (Entrevistado 1, Estudante de Pedagogia 22 anos).

Tive muitas experiências de trabalho na adolescência, hoje eu entendo que todas foram precárias, fui babá, ajudante na feira e caixa de supermercado que me ajudaram a suprir minhas necessidades básicas de vestir e comer, pois minha mãe é operária numa fábrica e nós éramos quatro irmãos para serem sustentados com um salário mínimo. A bolsa para mim foi fantástica, logo que entrei na faculdade consegui uma bolsa para trabalhar num projeto social e conforme os anos iam passando fui crescendo no projeto e me tornei supervisora. Depois que me formei em poucos meses passei num concurso público e hoje sou professora efetiva da rede municipal de minha cidade, tenho um emprego garantido. Já quanto a ascensão tive sim, hoje tenho acesso a bens de consumo que nunca tive e culturais também como: cinema, teatro, livrarias (Entrevistada, 2, Pedagoga 26 anos).

Eu não tive experiências de trabalho antes de entrar na faculdade. Minha primeira experiência já foi depois de bolsista na escola que eu estudei como educadora social de um projeto do governo do estado. Depois vieram outros estágios o que mais me marcou foi na TV Jangadeiro, foi uma experiência muito boa. Hoje sou jornalista e trabalho na escola de gestão pública do governo do estado e me sinto realizada com meu trabalho. Quanto à mobilidade social tive sim, não foi muita, mas tive. É muito bom poder ver seu nome e embaixo uma profissão sabe, essa é minha maior ascensão (Entrevistada 4, Jornalista, 24 anos).

Entrei na faculdade com uma bolsa de cem por cento e consegui estágio logo nos primeiros semestres de curso em uma empresa multinacional de renome. Fixei-me nela e hoje depois de formado trabalho no setor de contabilidade da mesma. Quanto à mobilidade social é um fato na minha família, somos parte dos milhões de brasileiros que ascenderam socialmente nos últimos anos, temos acesso a bens de consumo que somente com os salários de pedreiro do meu pai e de merendeira da minha mãe não seriam possíveis (Entrevistado 7, Contador, 26 anos).

A presença dos estudantes entrevistados no nível superior rompe uma barreira significativa, os trechos acima demonstram a forte presença da imbricação entre trabalho e estudo dentro dos estudantes oriundos da classe trabalhadora e que pela primeira vez tem seus filhos inseridos no ensino superior. A inserção destes desde cedo no mercado de trabalho informal desnuda as desigualdades enfrentadas por grupo social (BAUMAN, 1999a; CASTEL, 1995)

Além desses relatos mais longos sobre o acesso ao emprego, renda e mobilidade social destacamos alguns trechos mais curtos, porém também ilustrativos:

“Graças ao PROUNI eu hoje consegui ser professor de informática em uma escola técnica e ajudar a minha família.” (Entrevistado 3, Professor de informática 27 anos).

“Não estou ainda no emprego que eu desejo, mas faço estágio em uma multinacional que me proporciona uma renda que permite acesso a equipamentos culturais que antes não tinha.” (Entrevistado 6, Estudante de Web designer 21 anos).

“Eu curso engenharia da produção e não consegui ainda um emprego formal legal, pois os estágios pagam mal e por enquanto eu prefiro desenvolver o que eu aprendi na pequena confecção da minha família.” (Entrevistado 8, Estudante de Engenharia da produção, 21 anos).

“Eu ainda não atuo na área da engenharia ambiental por opção minha mesmo, eu sou concursada em outra área e não compensa sair de um emprego garantido para me prender em estágios, concluo meu curso no final de 2017 e estou

me preparando para um concurso na área.” (Entrevistada 5, Estudante de Engenharia ambiental, 23 anos).

Nos trechos acima identificamos a importância da bolsa para o desenvolvimento profissional dos estudantes beneficiados. Dos oito fragmentos demonstrados acima é possível concluir que o PROUNI contribuiu de forma decisiva para a conquista de um emprego formal e o aumento da renda nas famílias dos estudantes. É perceptível nas falas a carência de recursos financeiros das famílias e a contribuição do ingresso dos estudantes no mercado de trabalho para a melhoria da renda das famílias e conseqüentemente para o acesso a bens de consumo outrora inalcançáveis pelos mesmos.

Interessante destacar que os entrevistados falam com orgulho de suas posições de trabalho e da evolução que tiveram ao sair de condições de trabalho precárias e sem garantias reais para condições mais dignas não somente para eles, mas também para suas respectivas famílias. Esses jovens ocupam cargos no serviço público – órgãos municipais e estaduais; e no setor privado, inclusive em empresas multinacionais. Nesse último caso, uma mudança não apenas simbólica, mas também efetiva, pois as empresas que atuam na região de Pacajus traziam, nas décadas de 1990 e 2000, essa mão-de-obra qualificada de outras cidades e de outros estados e, com a inserção dessa camada da população pacajuense no ensino superior, as vagas passam a serem ocupadas por moradores do município.

Interessa-nos também o que neste trabalho convencionamos chamar de mobilidade social dos estudantes pesquisados. Definimos nesse termo como a melhoria das condições de sobrevivência e acesso a bens culturais e de consumo desse grupo. Compreendemos que o acesso ao ensino superior pressupõe não apenas acesso ao conhecimento formal das disciplinas estudadas em cada curso, mas também amplia as visões de mundo dos indivíduos, apresentando-lhes novos cenários e espaços que lhes eram desconhecidos.

Pudemos perceber, nos fragmentos acima descritos, que a bolsa contribuiu para além da inserção no mercado de trabalho e no aumento do consumo por parte dos estudantes e suas famílias. Além do aspecto inclusivo do trabalho, da inserção que este traz ao indivíduo e de sua subsistência, observamos a inclusão cultural desses indivíduos. O ingresso nesta nova etapa da educação permitiu que eles tivessem contato com livrarias, bibliotecas, teatros, exposições artísticas e

outros equipamentos que não figuram em suas realidades cotidianas no seio de suas famílias e em sua cidade de origem (SANTOS, 2011).

Como abordado nos capítulos dois e três desta dissertação, existem as questões econômicas que contribuíram para a criação do PROUNI e sua imbricação com as políticas do capitalismo neoliberal implantado no Brasil no início da década de 1990. A partir dessa realidade, a conquista da bolsa de estudos ofertada pelo programa é uma credencial e certificadora de competência técnica e social, que proporciona uma entrada diferenciada ao mercado de trabalho e, conseqüentemente, melhores condições econômicas e sociais. Nesse ponto, convergem as finalidades antagônicas do capital e do mercado; e a necessidade da redução das desigualdades sociais vivenciadas por esses grupos (SANTOS, 2011; CASTEL, 1995; COSTA, 2012).

De acordo com Ferreira (2012), o diploma de nível superior assegura formalmente uma competência e um título, seu portador sofre um ganho simbólico, passando a estar legitimado pela competência atribuída pelo diploma a ocupar determinadas posições ou cargos. Criando uma expectativa dos estudantes, das famílias e do grupo social para que os estudantes alcancem as posições que os respectivos conhecimentos adquiridos lhe conferem. Como destacamos nos fragmentos as expectativas foram alcançadas e os estudantes bolsistas entrevistados encontram-se inseridos no mercado de trabalho em posições melhores do que a época que ingressaram no ensino superior.

Desse modo, diante das constatações acima extraídas das indagações feitas por mim durante a pesquisa, pude perceber a empolgação e o reconhecimento dos estudantes quanto à conquista da bolsa e à conseqüente formação e suas melhores condições econômicas e sociais. Essa percepção nos fez desenvolver uma categoria de análise que trata da visão dos bolsistas sobre o PROUNI, a importância que esse grupo dá a essa política pública que mudou suas vidas.

5.6 PROUNI: O OLHAR DO ESTUDANTE BENEFICIADO

Nesta categoria, tivemos como objetivo perscrutar o significado atribuído ao PROUNI pelos estudantes bolsistas. A justificativa para essa categoria advém de

minha curiosidade em conhecer os impactos do programa a partir do olhar dos beneficiários das bolsas e suas percepções.

A partir de uma visão holística, creio ser relevante para a pesquisa brasileira sobre o tema estudos que permitam um olhar sobre o papel e os impactos dessa política pública de inclusão social através da educação de grupos alijados desse processo. Através das perguntas realizadas sobre esse tema, buscamos compreender a visão dos bolsistas sobre a importância do programa do qual foram beneficiados e da compreensão sobre as mudanças que a condição de bolsista trouxe sobre a visão de mundo dos beneficiados. A seguir, destacamos alguns fragmentos das entrevistas aplicadas:

“O PROUNI é uma ferramenta de inclusão social, ele amplia as possibilidades de acesso e gera oportunidades para quem não tem e hoje eu tenho um emprego graças a bolsa.” (Entrevistado 1, Estudante de Pedagogia, 22 anos).

“É um dos melhores programas que já foi desenvolvido, eu realmente não teria conseguido cursar uma faculdade sem o PROUNI, esse programa foi feito para pessoas pobres como eu.” (Entrevistado 3, Professor de informática, 27 anos).

“Eu estava uns três passos atrás, e o PROUNI me igualou na corrida, eu sou filha de manicure, minha avó é dona de casa e meu avô era jardineiro, eu não tinha perspectivas e o programa me deu essas perspectivas.” (Entrevistada 4, Jornalista, 24 anos).

Os entrevistados acima destacam a importância democrática do PROUNI, pois compreendem que o programa como gerador de oportunidades e capaz de colocá-los em condição de preparar-se para seu ingresso no mercado de trabalho e posterior melhoria de suas condições sociais. Outro grupo destacou nas entrevistas que, além da inclusão no trabalho, o PROUNI proporcionou também elevação da autoestima e de sua valorização como indivíduo que passou a ter uma chance de crescer individual e coletivamente (SANTOS, 2004; 2011). Observemos os fragmentos a seguir:

“É um programa bem inclusivo, tem público certo, nós que não tivemos uma boa educação pública e pra quem tem que trabalhar e estudar é bom demais.” (Entrevistado 5, Estudante de Engenharia ambiental, 23 anos).

“Eu sempre digo que o PROUNI foi feito pra mim. Eu sempre tive a consciência que teria que trabalhar e estudar, com a bolsa eu consigo trabalhar de dia e estudar a noite.” (Entrevistado 6, Estudante de Web designer, 21 anos).

“Para pessoas como eu, menos favorecidas, é uma oportunidade única de sair da condição de pobreza em que eu e minha família vivíamos.” (Entrevistado 7, Contador, 26 anos).

“O PROUNI é uma grande oportunidade para o estudante de classe mais pobre, proporciona uma autoestima na gente.” (Entrevistada 9, Estudante de Ciências contábeis, 23 anos).

“Vejo o PROUNI como uma segunda chance para aqueles que foram prejudicados e não conseguiram ir para uma universidade pública.” (Entrevistada 10, Estudante de Ciências contábeis, 21 anos).

Os entrevistados em suas falas enaltecem o programa, colocando-o em um patamar de contribuição única em suas vidas, proporcionando ingresso ao ensino superior e acesso ao mercado de trabalho, esses temas foram debatidos em categorias anteriores. Partindo dessa observação, resolvemos aprofundar e questionei os estudantes sobre as outras áreas, para além do emprego, que a condição de bolsista tinha lhes proporcionado, buscamos compreender a visão dos entrevistados sobre as relações sociais de exploração e seu comportamento diante das mesmas após o acesso ao conhecimento inerente ao ensino superior. A seguir destacamos as respostas:

“O PROUNI contribuiu na minha vida pessoal, na minha formação crítica, hoje eu não sou uma pessoa alienada, eu participo das decisões, ocupo espaços de discussão no movimento LGBT e negro que antes eu não sabia que existiam.” (Entrevistado 1, Estudante de Pedagogia, 22 anos).

“Foi através do PROUNI que eu me inspirei a ser um educador e isso mudou minha vida, porque não é só um trabalho é minha vida, eu me tornei cidadão, milito em movimentos sociais graças à visão de mundo que a faculdade me deu.” (Entrevistado 3, Professor de informática, 27 anos).

“Aprendi a conviver com a diversidade, a enxergar outros mundos fora da minha caixinha e romper com o comodismo.” (Entrevistada 5, Estudante de Engenharia ambiental, 23 anos).

“Antes eu julgava as coisas pelo que eu via na televisão, depois que eu entrei na faculdade eu vi que tudo sempre tem dois lados, enxerguei o mundo de forma diferente.” (Entrevistado 8, Estudante de Engenharia da produção, 21 anos).

Como observado nos fragmentos acima, a condição de estudante de nível superior proporcionou aos entrevistados uma ampliação de sua visão sobre o mundo

que os cerca e a consciência das desigualdades sociais presentes em nosso país, buscando compreender através dos conhecimentos adquiridos, nesse campo, formas de contribuir para a redução dessas desigualdades a partir de uma reflexão crítica sobre o espaço onde estão inseridos (SANTOS, 2004; 2011).

Os dois fragmentos que seguem são mais longos, porém julgamos interessante elencá-los, pois trazem visão diferente dos destacados acima, as entrevistadas destacaram dois pontos muito relevantes: primeiro, a certeza da contribuição do acesso ao ensino superior para outras áreas, além do emprego e renda; segundo, de uma consciência sobre a sua contribuição social como bolsistas, de dar um retorno para a sociedade com seus trabalhos e suas atuações como cidadãos, nas palavras de uma delas “uma obrigação moral” com as gerações futuras.

Como bolsista, eu sempre soube que teria que ser melhor, não por orgulho, mas por entender de onde eu vim. Provar que eu mereço aquele lugar e que eu posso ser uma boa profissional, isso eu trouxe para a minha vida que apesar de ter nascido pobre e de não ter as oportunidades que deveria ter eu consegui fazer a transformação em minha vida e eu tento levar isso para os meus alunos em sala de aula. A bolsa me trouxe uma obrigação moral, é como se ela não pertencesse só a mim e eu preciso dizer que sou prouinista e que através da bolsa eu venci as barreiras impostas pela sociedade, o PROUNI proporcionou mexer nas estruturas que estavam lá intactas. (Entrevistada 2, Pedagoga, 26 anos).

A condição de bolsista modificou minha forma de ver o mundo. Quando eu estava concluindo meu curso, eu fiz uma retrospectiva como bolsista do PROUNI e cheguei à conclusão que nós bolsistas temos uma tarefa de casa a fazer, a gente tem que protagonizar, por mais que isso não seja dito na faculdade, mas é uma consciência do bolsista, de mostrar que é possível e servir de inspiração para as novas gerações. Dizer eu consegui, você também consegue. Está nítido que somos uma geração que marcou a história do país, hoje filho de pedreiro e de manicure vira doutor graças a ações como essa. (Entrevistada 4, Jornalista, 24 anos).

Os fragmentos seguintes nos chamaram a atenção por destacarem a imbricação das políticas públicas desenvolvidas pelos governos Lula da Silva, os entrevistados reconhecem que não foi apenas a bolsa do PROUNI que lhes proporcionou melhores condições socioeconômicas, mas um conjunto de políticas públicas voltadas às camadas mais pobres da população brasileira. Na segunda parte dos trechos destacados, fica explícito o sentimento de emancipação dos estudantes ao destacarem a oportunidade de sonhar e de reforçar suas convicções. Vejamos:

Eu percebo muitas mudanças sociais nos Brasil, e não apenas o PROUNI, mas outras políticas públicas que a gente não pode deixar de citar que vieram com o mesmo governo que criou o programa. Essas ações refletiram em minha família e hoje nós temos condições de vida bem melhores e o principal o acesso a uma faculdade me deu a oportunidade de sonhar com coisas que nunca poderia sonhar antes. (Entrevistado 6, Estudante de Web designer, 21 anos).

Minha forma de enxergar o mundo sempre foi a esquerda, nunca me conformei com as desigualdades que eu via. Na faculdade, houve o confronto de ideias o que foi muito bom, pois muita coisa foi reforçada no meu pensamento e novos aprendizados vieram. Eu me tornei uma pessoa livre e hoje reconheço o conjunto de ações que modificaram o país nos últimos anos. (Entrevistado 7, Contador, 26 anos)

É possível concluir, ao final desta categoria de análise, que os estudantes bolsistas do PROUNI reconhecem que conseguiram ampliar suas visões de mundo após sua inclusão no ensino superior e possuem uma visão positiva sobre o programa, compreendem o papel democratizante de uma política pública com a envergadura do PROUNI e a contribuição deste para suas trajetórias.

Merece destaque a posição de altivez que esses estudantes têm diante da realidade de serem bolsistas, demonstrando orgulho por terem chegado ao ensino superior através de uma política pública de inclusão. Os resultados de um estudo realizado pelos pesquisadores Tatiana Melguizo e Jacques Wainer vinculados a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), reforça a tese do orgulho e da aplicação desses estudantes, o referido estudo demonstrou, após analisar as notas de mais de um milhão de estudantes universitários brasileiros no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), que os alunos bolsistas do PROUNI tiveram notas mais altas que os demais estudantes não beneficiados pelo programa. Os dados dessa pesquisa de âmbito nacional coadunam com as falas extraídas das entrevistas realizadas, onde os bolsistas destacam a papel preponderante da bolsa de estudos para suas vidas e, partindo desse ponto, agarram como “oportunidade única”, “minha única chance de melhorar de vida”, a chance de cursar o ensino superior (WAINER; MELGUIZO, 2017).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo teve como finalidade investigar o PROUNI como política pública de acesso ao ensino superior, sua função de inclusão social, e as contribuições de forma estrutural na redução das desigualdades sociais. Observamos a referida política pública de educação de forma holística, buscando analisá-la para além do acesso ao ensino superior, observando as nuances sociais. Partimos do pressuposto de que a educação é um direito social, e o Estado deve responder às demandas apresentadas pela sociedade através de políticas públicas capazes de beneficiar o conjunto da população brasileira.

A universidade cumpre um papel social de destaque no Brasil, sendo responsável pelo desenvolvimento de pesquisas e conhecimentos fundamentais para o crescimento econômico e para o desenvolvimento social do país, devendo ser considerada uma questão nacional e ser inserida de vez na agenda de prioridades do Estado brasileiro, como estratégia para a redução das desigualdades sociais.

Nossa expectativa inicial foi demonstrar as dificuldades enfrentadas pelos filhos da classe trabalhadora do Brasil em acessar essa etapa da educação. A negação desse direito é fruto das históricas desigualdades sociais presentes por séculos na estrutura social do país. Optamos por estudar as políticas públicas de educação na última década do século XX e na primeira década do século XXI, respectivamente os governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Nesse período, tivemos profundas mudanças nas políticas educacionais de ensino superior que proporcionaram a expansão das redes públicas e privadas de ensino, especialmente nestas últimas. Com a implantação dessas políticas, houve um avanço na democratização do acesso a essa modalidade de ensino. Políticas de expansão dos campi das universidades federais, ampliação do número de Institutos Federais de Educação IF's – são significativos exemplos dessa preocupação do governo brasileiro neste início de século, como já discutido.

A expansão das universidades federais e da rede de IF's, porém não são suficientes para atender a uma demanda reprimida por décadas de vagas no ensino superior. O PROUNI surge, nesse contexto, para atender de forma emergencial uma demanda por vagas em IES de uma parcela da população que foi alijada desse

direito. A análise de uma política pública de educação superior em plena atividade é desafiador e envolve as inúmeras nuances de uma política pública dessa envergadura. As contradições inerentes ao PROUNI, como o paradoxo entre o investimento estatal no ensino superior privado em detrimento dos investimentos nas universidades públicas, permeiam as discussões em torno dessa política, como já apresentado.

Buscamos incessantemente reconhecer e considerar a realidade nacional e local ao enfrentar os obstáculos inerentes ao estudo das ciências sociais. Após a constatação do aumento das políticas públicas de educação superior no Brasil, em especial na primeira década do século XXI, procuramos demonstrar a contribuição de um dessas políticas, o PROUNI, para a redução das desigualdades sociais, possibilitando aos jovens outrora excluídos desse direito que se tornaram beneficiados pelas bolsas de estudos novas perspectivas econômicas e de mobilidade social através dos conhecimentos adquiridos nessa nova etapa educacional.

Em um Estado que possui uma dívida histórica com as populações de baixa renda, como o Ceará, com uma ampla parcela de seu povo excluído de direitos sociais mínimos, torna-se necessária e urgente a expansão de políticas públicas capazes de diminuir esse fosso. Nesse cenário, a expansão das universidades públicas, da rede de IF's, o PROUNI, juntamente com os investimentos na educação básica, como parte de um conjunto de políticas públicas, permitem que a população brasileira, em especial a parcela que corresponde a juventude, amplie suas condições de acesso à educação superior e ao mercado de trabalho em condições melhores que seus antepassados, proporcionando uma mobilidade social a esses indivíduos.

Não pretendemos findar todas as possibilidades que surgiram no decorrer desta pesquisa, na qual trabalhamos de forma central os temas: democratização do ensino superior, inclusão social e emancipação. Entre as reflexões e descobertas durante o trabalho, expomos a seguir os principais elementos que emergiram como resultado da pesquisa a partir do olhar dos estudantes beneficiados.

A trajetória deste estudo foi marcada por reflexões, ajustes e desenvolvimentos na pesquisa que nos proporcionaram explorar e aprofundar as possibilidades do PROUNI para além da sua função educacional. Compreendemos

as mudanças sociais e econômicas que essa política pública de democratização do ensino superior proporcionou aos beneficiados.

Para compreender a profundidade do tema, foi preciso refletir sobre a trajetória desses estudantes, seu local de origem, uma cidade pequena da região metropolitana de Fortaleza – CE. Esses estudantes superaram barreiras sociais e econômicas peculiares, oriundos de famílias de baixa renda, das quais foram os primeiros a romper a barreira da educação básica. O fato de seus pais serem analfabetos ou com poucos anos de estudos contribuiu significativamente para a responsabilidade que essa geração carrega em serem os primeiros de suas famílias a sentarem no banco de uma IES. Essa condição social foi responsável pelos percalços enfrentados para a sua inserção e manutenção no ensino superior. Dificuldades geográficas e financeiras estiveram presentes durante a trajetória.

Esses indivíduos, primeiro, romperam com a herança de uma educação básica precária, na qual receberam uma preparação limitada para o ingresso na educação superior; segundo, a distância entre o município que residem e a IES na qual conseguiram a bolsa, dependendo do transporte público e gratuito ofertado pelo governo municipal, sendo a presença diária na IES e a manutenção no curso – alimentação, livros, xerox, materiais básicos - um desafio para esse grupo, um rompimento com as desigualdades vivenciadas no cotidiano.

Percebemos a importância das políticas públicas de inserção e dos programas de permanência para continuidade dos estudantes de baixa renda nas IES que estão matriculados e a necessidade de que elas sejam ampliadas. A tarefa de incluir esse grupo no ensino superior do poder público não pode se dar por conclusa na oferta e manutenção da bolsa. Esses estudantes possuem carências socioeconômicas que precisam ser levadas em consideração e abordadas como prioridade na avaliação e ampliação dessas políticas pelo Estado, para garantir a permanência e a conclusão do ensino superior.

O acesso ao ensino superior é visto pelos estudantes pesquisados como uma chance para a qualificação e a inserção no mercado de trabalho e, com essa oportunidade, ter melhores condições econômicas de ascender socialmente. Essa nova etapa na leitura destes é vista também como uma libertação das condições sociais do passado. O ensino superior proporciona não somente um trabalho e renda, mas também um *status* social de acesso a bens de consumo e culturais outrora negados. O trabalho inclui socialmente o sujeito, possibilitando seu

desenvolvimento pessoal e coletivo, a partir de sua inclusão em espaços culturais e econômicos dantes negados.

Foi compreendido que a educação superior ofertada pelo PROUNI possui uma lógica de preparação dessa população para o mercado de trabalho, de acordo com os padrões estabelecidos pelos Ol's, implantados no Brasil na década de 1990, no auge das políticas neoliberais, às quais o país fora submetido na ótica da globalização econômica engendrada nas décadas finais do século XX. A entrada no século XXI e a chegada do Partido dos Trabalhadores não inverteu essa lógica e a educação é vista sobre o prisma da preparação para o mercado de trabalho, buscando atender as demandas do setor produtivo que gera uma pressão para a qualificação profissional dos jovens, como condição básica para a sua inserção no mercado de trabalho. Os cursos das IES privadas nos quais existe a disposição de bolsas são direcionados ao objetivo de oferecer cursos de formação com a finalidade de atender às novas demandas de profissionais do mercado.

No grupo pesquisado, percebemos que a finalidade acima descrita, ou seja, a inserção a melhores postos no mercado de trabalho foi alcançada pelos estudantes pesquisados, que já trabalhavam antes de conquistar a bolsa, porém em empregos informais ou com salários inferiores aos que recebem hoje. A condição de estar inserido no ensino superior proporcionou ocupações que fogem da lógica de empregos precários, tendo nesses novos postos: direitos trabalhistas, estabilidade, evolução na carreira e melhorias nos níveis salariais.

Essa mudança proporcionou a essa parcela da população brasileira melhores condições financeiras, que, por seguinte, permitiu o acesso a bens de consumo e culturais outrora impossíveis a esse grupo. A inserção nos postos de trabalho das respectivas profissões permitiu a esses sujeitos uma mobilidade social. A garantia do direito social à educação proporcionou a esses jovens novas perspectivas profissionais e sociais em suas vidas.

Procuramos, no decorrer deste estudo, compreender a percepção dos estudantes bolsistas sobre a política pública da qual são beneficiados. Os entrevistados entendem o PROUNI como uma ferramenta de inclusão social capaz de proporcionar uma chance àqueles que não tiveram preparação adequada para competir por uma vaga no ensino superior público. Sem a bolsa, os estudantes afirmaram que não teriam chances de ingressar no ensino superior privado por não possuírem condições financeiras para tal.

Cumpra o PROUNI, a partir desse olhar, o seu papel de democratização e inclusão social ao proporcionar o ingresso dessa parcela da população em IES, direito esse negado a muitas gerações passadas. O acesso aos espaços de construção de conhecimento e debates proporciona a esse grupo social participar dessa construção e imprimir nos debates uma visão sobre as desigualdades, a partir do prisma de quem a vivencia, tornando esses estudantes sujeitos de suas histórias.

Reflexões interessantes extraímos acerca da percepção dos entrevistados sobre as contribuições que a condição de estudante de nível superior proporcionou em suas trajetórias pessoais, profissionais e familiares. Uma parcela dos beneficiados expressou um sentimento de dívida social, uma questão moral com a sociedade, com a qual eles devem contribuir com os conhecimentos adquiridos através da bolsa de estudos do programa, para as gerações futuras. Nesse aspecto, concluímos que o PROUNI rompe o mero acesso ao mercado de trabalho e promove uma construção coletiva que modifica o espaço social onde esses estudantes estão inseridos, de modo que os sujeitos beneficiados passam a ser agentes de transformação social a partir do desenvolvimento da consciência coletiva e da necessidade de participação como sujeitos de direitos nos espaços sociais que ocupam.

Coadunamos que as condições sociais impostas aos excluídos é fruto das relações sociais estabelecidas pela dominação de uma classe sobre outra e que políticas educacionais, mesmo avalizadas pelos dominantes, proporcionam uma nova visão sobre a sociedade e sobre as próprias condições sociais de submissão de uma classe à outra pelo próprio caráter dinâmico da educação como instrumento de relações sociais. Os conhecimentos adquiridos pelos estudantes ao ingressarem no ensino superior não são suficientes para construir uma sociedade mais justa e igualitária, mas tão pouco sem a consciência crítica, que a educação superior pressupõe, essas mudanças serão possíveis.

Esta pesquisa teve como objetivo apresentar uma modesta contribuição ao debate sobre a relevância de uma política pública de inclusão social através do acesso à educação superior, o PROUNI. Temos convicção dos imensos desafios do Estado brasileiro para diminuir sua dívida histórica com a população excluída deste país e de que a educação, como um direito social, é condição primordial para essa redução. Políticas públicas de educação ampliam a democracia, sendo ao menos tempo instrumento democratizante a partir da participação de seus beneficiados nos

diferentes espaços de saber, conflitando com as ideias que buscam a reprodução das condições desiguais.

Esperamos que as reflexões presentes nesta dissertação possam incentivar novas pesquisas em espaços fora do eixo geográfico tradicional de estudos acadêmicos, região Sudeste e capitais dos estados da federação. A imbricação entre o tema da democracia, que ora se destaca pelo momento vivido em nosso país, da desigualdade social e da educação, deve estar presente de forma indispensável nos debates sobre as políticas públicas, proporcionando novos sonhos e lutas para a juventude brasileira.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio Henrique; SANTOS, Wanderley Guilherme; COIMBRA, Marcos Antônio (Orgs.). **Política social e combate a pobreza**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ALMEIDA, Wilson Mesquita de. **Ampliação do acesso ao ensino superior privado lucrativo brasileiro**: um estudo sociológico com bolsistas do Prouni na cidade de São Paulo. 2012. 294 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-11122012-103750/pt-br.php>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

ANHAIA, Bruna Cruz de. **Educação superior e inclusão social - um estudo comparado de duas ações afirmativas no Brasil**: dos debates à prática. 2013. 234 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/81370/000902162.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 12 maio 2017.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016.

BASTOS, Ana Paula Barbosa Leite. **Herdeiros ou sobreviventes**: mobilidade social no ensino superior no Rio de Janeiro. 2004. 135 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/1199/1/tese.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999a.

_____. **Globalização**: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999b.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. (Coord.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2012a.

_____. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012b.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes, 2014. 280p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Congresso Nacional, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 fev. 2017.

_____. **Fundo de Financiamento Estudantil**. Disponível em: <<http://sisfiesportal.mec.gov.br/?pagina=fies>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

_____. Lei n.11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 jan. 2005. p.7. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm>. Acesso em: 26 jan. 2017

_____. Lei n.12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis n.7.998, de 11 de janeiro de 1990, n.8.212, de 24 de julho de 1991, n.10.260, de 12 de julho de 2001, n.11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 out. 2011. p.1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm>. Acesso em: 12 maio 2017.

_____. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 06 ago. 2013. p.1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm>. Acesso em: 15 mar. 2017.

_____. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

_____. **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pronatec>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

_____. **Programa universidade para todos**: dados e estatísticas. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br/dados-e-estatisticas/10-representacoes-graficas>>. Acesso em: 11 fev. 2017.

_____. **Secretaria nacional de juventude**. Disponível em: <<http://juventude.gov.br/juventude/orgaos-responsaveis#.WWPTIxXyu00>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

CALDAS, Ricardo Wahrendorff (Coord.). **Políticas públicas**: conceitos e práticas. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

CALDAS, Sólón. Prouni completa 10 anos: veja os avanços e as críticas ao programa. **Terra on line**, São Paulo, 06 fev. 2014. Disponível em: <<https://noticias.terra.com.br/educacao/prouni-completa-10-anos-veja-os-avancos-e-as-criticas-ao-programa,8fa03f94133e3410VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 11 fev. 2017.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CEARÁ (Estado). Coordenadora Regional de Desenvolvimento da Educação. **EEM Padre Coriolano**. 17 mar. 2009. Disponível em: <http://www.crede09.seduc.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=97>. Acesso em: 17 mar. 2017.

_____. **Governo do Ceará lança programa bolsa universitária para alunos da rede estadual**. Disponível em: <<http://www.ceara.gov.br/component/content/article/20114/20114>>. Acesso em: 25 maio 2017.

_____. Governo do Estado. **Matrícula 2016**. Disponível em: <<http://www.crede09.seduc.ce.gov.br/>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

CHAUÍ, Marilena. **A ideologia da competência**. Belo Horizonte; São Paulo: Autêntica; Fundação Perseu Abramo, 2014.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2014.

COLLEONI, Cristini. **A educação superior no contexto do Prouni**. 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Federal do Oeste do Paraná, Cascavel/PR, 2012. Disponível em: <<http://portalpos.unioeste.br/media/File/educacao/Dissertacao%20Cristini%20Colleoni.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

CORTELLA, Mario Sérgio; FRIGOTTO, Gaudêncio. Pense nisso. In: CASALI, Alípio; RIOS, Iaci; TEIXEIRA, José Emídio; CORTELLA, Mario Sergio (Orgs.). **Empregabilidade e educação: novos caminhos no mundo do trabalho**. São Paulo: EDUC, 1997.

COSTA, Fabiana de Souza. **O Prouni e seus egressos: uma articulação entre educação, trabalho e juventude**. 2012. 201 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São

Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/9684/1/Fabiana%20de%20Souza%20Costa.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

DIAS SOBRINHO, José. **Universidade e avaliação**: entre a ética e o mercado. Florianópolis: Insular, 2002.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2012.

FERNANDES, Florestan. **A universidade brasileira**: reforma ou revolução? São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

FERREIRA, Nara Torrecilha. **Programa Universidade para Todos**: uma avaliação sobre efetividade da política pública. 2012. 112 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/bancodeteses/#!/>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Pense nisso. In: CASALI, Alípio; RIOS, Iaci; TEIXEIRA, José Emídio; CORTELLA, Mario Sergio (Orgs.). **Empregabilidade e educação**: novos caminhos no mundo do trabalho. São Paulo: EDUC, 1997.

GENTILI, Pablo (Org.). **Pedagogia da exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. **Pacajus**: de aldeia a cidade. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1990.

GOMES, Alfredo Macedo; OLIVEIRA, João Ferreira de (Orgs.). **Reconfiguração do campo da educação superior**. Campinas: Mercado das letras, 2012.

GONZÁLEZ-REY, Fernando. Os processos de construção da informação na pesquisa qualitativa orientada pela epistemologia qualitativa. In: GONZÁLEZ-REY, Fernando. **Pesquisa qualitativa e subjetividade**. Os processos de construção da informação. São Paulo: Thomson Learning, 2005.

HADDAD, F.; BACHUR, J. P. Um passo atrás, dois à frente. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 dez. 2004. Opinião. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opinioao/fz1112200409.htm>>. Acesso em: 06 fev. 2017

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

_____. **IBGE @cidades**. Disponível em:
<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=230960&idtema=16&se arch=ceara|pacajus|sintese-das-informacoes>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Juventude e políticas públicas no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

_____. **Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Resumo técnico censo da educação superior**: resumo técnico. Brasília: INEP, 2014.

_____. **Censo Escolar da Educação Básica 2013**: resumo técnico. . Brasília: INEP, 2014.

LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O desmonte da nação**: balanço do governo FHC. Petrópolis: Vozes, 1999.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Teses sobre Feuerbach**. São Paulo: Alfa Omega, 1977.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MINTO, Lalo Watababe. **As reformas do ensino superior no Brasil**: o público e o privado em questão. Campinas: Autores associados, 2006.

_____. A educação superior na particularidade do capitalismo brasileiro: sentido histórico e questões para os movimentos sociais. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL, 9., 2012, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2012. p.1-21. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.histedbr.fe.uni camp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/6.16.pdf&gws_rd=cr&ei=PKtmWd6FL4eVwASHmlfQAQ>. Acesso em: 17 mar. 2017.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo**: de onde vem, para onde vai? São Paulo: SENAC, 2001.

NOGUEIRA, Marco Aurélio; GIOVANNI, Geraldo di (Orgs.). **Dicionário de políticas públicas**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2015. 1072p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Políticas públicas de/para/com juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Trabalho decente e juventude no Brasil**. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2009.

OTRANTO, Célia Regina. A reforma da educação superior do governo Lula: da inspiração à implantação. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 29., 2006, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPED, 2006. p.1-19. Disponível em: <<http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT11-1791--Int.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

PACAJUS (Município). Secretaria de Educação. **Lei n. 120/2016**, de 18 de junho de 2016. Regulamenta o transporte de universitários residentes no município e dá outras providências. Pacajus: Secretaria de Educação, 2016.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Cadastro dos beneficiários do transporte público universitário**. Pacajus: Secretaria de Educação, 2016.

PAIVA, Gabriel de Abreu Gonçalves de; REIS, Luiz Fernando. Uma análise sobre as despesas com manutenção e desenvolvimento da Educação Superior no Governo Requião (2003-2006). **Educere et educare**, Cascavel/PR, v.5, n.10, p. 135-145, 2010. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/5378/4052>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

PASTORE, J. **Desigualdade e mobilidade social no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

PELLEGRINI, Marcelo. Prouni criou milionários em troca de má qualidade na educação. **Carta Capital on line**, São Paulo, 19 dez. 2014. Educação. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/educacao/prouni-criou-milionarios-em-troca-de-ma-qualidade-na-educacao-7396.html>>. Acesso em: 06 fev. 2017.

PEREIRA JÚNIOR, Edilson. **Industrialização e reestruturação do espaço metropolitano**: reflexões sobre o caso de Horizonte-Pacajus. Fortaleza: Eduece, 2005.

POCHMANN, Márcio. **A inserção ocupacional e o emprego dos jovens**. São Paulo: ABET, 1998.

REGO, Walquiria; PINZANI, Alessandro (Orgs.). **Vozes do bolsa família**: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Unesp, 2013.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SAMPAIO, Maria Helena Sant'na. **Ensino superior no Brasil**: o setor privado. São Paulo: Fapesp; Hucitec, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **A universidade no século XXI**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUI, Marilena (Orgs.). **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores associados, 2009.

SOUSA, Antônia de Abreu *et al.* **Trabalho capital mundial e formação dos trabalhadores**. Fortaleza: Edições UFC; Senac Ceará, 2008.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v.8, n.16, p.20-45, jul./dez.2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 30 maio 2017.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.24, p.16-39, set./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a03>>. Acesso em: 12 maio 2017.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

WAINER, Jacques; MELGUIZO, Tatiana. Políticas de inclusão no ensino superior: avaliação do desempenho dos alunos baseado no Enade de 2012 a 2014. **Portal de notícias G1**, Rio de Janeiro, 23 fev. 2017. Educação. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/bolsistas-do-prouni-tem-nota-mais-alta-no-enade-que-seus-colegas-de-classe-diz-estudo.ghtml>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2012.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e método**. Porto Alegre: Bookman, 2015.